

Redação

Pensar Paranhos!
Exercício Experimental
de reflexão para uma estratégia
local de combate à pobreza

Elizabeth Santos | Fátima Veiga | Sandra Couto

Elizabeth Santos, Fátima Veiga e Sandra Couto

Pensar Paranhos!
Exercício experimental de reflexão
para uma estratégia local de combate à pobreza

Ficha técnica**Título_**

Pensar Paranhos! Exercício experimental de reflexão para uma estratégia local de combate à pobreza

Autoras_

Elizabeth Santos, Fátima Veiga e Sandra Couto

Colaboração_

Alexandra Lopes

Joana Topa

Junta de Freguesia de Paranhos

Fotografia da capa_

Junta de Freguesia de Paranhos

Edição_

EAPN Portugal

Rua de Costa Cabral, 2368

4200 – 218 Porto

Tel. 225 420 800 | Fax. 225 403 250

www.eapn.pt

Conceção gráfica_

Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

Data da publicação_

2024

ISBN_

978-989-35489-6-7

Depósito legal_

541024/24

Nota editorial___11

Prefácio___13

I – Enquadramento___15

II – Notas metodológicas___19

III – Paranhos nos Censos: diagnóstico da freguesia___23

- a) População: estrutura etária, envelhecimento e núcleos familiares___25
- b) Educação___31
- c) Migrações, interculturalidade e diversidade religiosa___36
- d) População com dificuldades___39
- e) Mercado de trabalho e rendimentos___41
- f) Habitação:___45
- g) Respostas da Junta de Freguesia de Paranhos às principais vulnerabilidades da população:___50

IV – Breve Retrato da Freguesia___53

V – Paranhos pelos residentes___57

- a) Envelhecimento___59
- b) Educação, Formação e Qualificações___61
- c) Migrações___63
- d) A voz de Paranhos: residentes e instituições locais___65

VI – O que pode ser feito? Desenho de microprojectos___67

VII – Contributo dos peritos: Envelhecimento e Migrações___73

Alexandra Lopes___75

Joana Topa___79

VIII – Considerações finais___83

IX – Bibliografia/Webgrafia___89

Anexos___91

- Gráfico 1** | População residente em Paranhos, total e por sexo segundo o grupo etário___25
- Gráfico 2** | Índice de envelhecimento em Paranhos nos censos 2011 e 2021___27
- Gráfico 3** | Índice de longevidade por local de residência e sexo___28
- Gráfico 4** | Índice de renovação da população em idade ativa por Local de residência e sexo___29
- Gráfico 5** | Filhos nos núcleos familiares em Paranhos por tipo de núcleo familiar (%)___29
- Gráfico 6** | Núcleos familiares residentes em Paranhos por dimensão (%)___30
- Gráfico 7** | Núcleos familiares residentes em Paranhos por número de filhos (%) em 2011 e 2021___31
- Gráfico 8** | População residente em Paranhos segundo a escolaridade (%)___31
- Gráfico 9** | Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência e sexo___32
- Gráfico 10** | Taxa de analfabetismo (%) em Paranhos por sexo em 2011 e 2021___33
- Gráfico 11** | Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (%) por Local de residência e sexo___33
- Gráfico 12** | Proporção da população residente em Paranhos com ensino superior completo (%) por sexo em 2011 e 2021___34
- Gráfico 13** | Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino (%) por local de residência e sexo___35
- Gráfico 14** | População residente em Paranhos com o ensino superior por Áreas de estudo___35
- Gráfico 15** | Proporção da população residente que um ano antes residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro (%) por local de residência à data dos Censos___36
- Gráfico 16** | Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência à data dos Censos e sexo___36
- Gráfico 17** | População residente em Paranhos que entrou em Portugal após 2010 por Sexo e Motivo de entrada em Portugal (%)___37
- Gráfico 18** | População residente (Portuguesa nascida no estrangeiro) em Paranhos por sexo___38
- Gráfico 19** | População residente em Paranhos (Que residiu no estrangeiro por período contínuo de pelo menos 1 ano) por Proveniência (Continente)___38
- Gráfico 20** | População residente em Paranhos com 15 e mais anos de idade por religião___39
- Gráfico 21** | População residente em Paranhos com pelo menos uma dificuldade por sexo (%)___40

- Gráfico 22** | Dificuldades da população residente em Paranhos por grau e tipo de dificuldade (%)___40
- Gráfico 23** | Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em Paranhos por entrada acessível a cadeira de rodas (%)___41
- Gráfico 24** | População residente em Paranhos com 15 e mais anos de idade por fonte de rendimento (%)___42
- Gráfico 25** | População residente em Paranhos empregada por situação na profissão e por sexo (%)___43
- Gráfico 26** | Taxa de desemprego (%) por local de residência e sexo___44
- Gráfico 27** | População residente em Paranhos nos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por Escalão do valor mensal da renda (%)___45
- Gráfico 28** | Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual em Paranhos por existência e tipo de apoio ao arrendamento (%)___46
- Gráfico 29** | Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual em Paranhos por existência e tipo de apoio ao arrendamento (%)___46
- Gráfico 30** | Alojamentos familiares clássicos em Paranhos por forma de ocupação e tipo de utilização___46
- Gráfico 31** | População residente em Paranhos nos alojamentos familiares clássicos por escalão de divisões por ocupante___47
- Gráfico 32** | Edifícios em Paranhos por dimensão da reparação___47
- Gráfico 33** | População residente em Paranhos nos alojamentos por tipo de aquecimento utilizado com maior frequência (%)___48
- Gráfico 34** | Fogos por Conjunto de Habitação Social de Paranhos___48
- Gráfico 35** | Fogos por tipologia em Paranhos (%)___49
- Gráfico 36** | Pedidos de habitação instruídos de 1 janeiro a 30 de junho de 2023___49
- Gráfico 37** | Pedidos a aguardar atribuição de habitação em 2023___50

- Tabela 1** | Índice de dependência de idosos segundo o local de residência___27
- Tabela 2** | Índice de dependência de jovens por local de residência em 2011 e 2021___28
- Tabela 3** | Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) por Local de residência em 2011 e 2021___30
- Tabela 4** | Taxa de atividade (%) da população residente em Paranhos por sexo___41
- Tabela 5** | População ativa e população empregada em Paranhos por sexo___42
- Tabela 6** | População residente em Paranhos em 2021 segundo a condição perante o trabalho e o local de trabalho ou estudo___43
- Tabela 7** | Proporção (%) de agregados domésticos privados com todos os indivíduos membros desempregados por local de residência (à data dos Censos 2021)___45
- Tabela 8** | Miniprojectos cocriados com a comunidade___70

Figura 1 | Pirâmide Etária do Porto__26

Figura 1 | Pirâmide Etária de Paranhos__26

Anexo 1	Tabela respostas sociais da JF___	93
Anexo 2	Guião da reunião com o Executivo e com a Comissão Social da Junta de Freguesia de Paranhos___	98
Anexo 3	Guião grupo focal do Envelhecimento___	99
Anexo 4	Guião grupo focal da Educação/Formação e Qualificações___	100
Anexo 5	Guião grupo focal das Migrações___	101
Anexo 6	Guião grupo focal dos cidadãos___	102

A EAPN Portugal desenvolveu o projeto “Pensar Paranhos! Exercício experimental de reflexão para uma estratégia local integrada de combate à pobreza”, em parceria com a Junta de Freguesia de Paranhos. Trata-se de um projeto que foi financiado pelo Programa Colaborativo de Paranhos, e que decorreu de setembro de 2023 a abril de 2024.

Com este projeto procuramos aprofundar o conhecimento dos problemas sociais da Freguesia, através da recolha de dados estatísticos e da auscultação de diferentes stakeholders, assim como apontar pistas para a construção de micro-projetos que pudessem responder localmente a algumas das problemáticas identificadas.

Gostaríamos de ressaltar o pouco tempo em que foi realizado todo o trabalho, tendo em conta a complexidade dos temas a abordar e as diferentes metodologias que procuramos acionar. Muito pouco tempo quando em causa está um processo que pretende criar reflexão dentro dos territórios e em conjunto com organizações e também os cidadãos.

E a reflexão exige tempo. Num mundo asoberbado pelas emergências sociais dedicamos cada vez menos tempo à reflexão social como se o combate à pobreza pudesse ser feito apenas com base na *ação* social, desvinculada da *reflexão* coletiva sobre as causas da pobreza, os novos desafios sociais, os obstáculos ao combate à pobreza ou os resultados desta intervenção. Ou como se a reflexão fosse uma etapa concreta do combate à pobreza, circunscrita no tempo e adjudicada a terceiros.

Temos, de facto, de trazer os processos reflexivos sobre o combate à pobreza e sobre a intervenção social e política, efetuado com instituições e com as pessoas em situação de pobreza, para as rotinas organizacionais.

No caso concreto deste projeto, consideramos que o relatório produzido e aqui apresentado, bem como o evento realizado a 7 de junho de 2024 de apresentação dos dados, constituem um ponto de partida que poderá ter continuidade, não só através da aplicação dos micro-projetos e das recomendações, mas também dando continuidade ao processo reflexivo que teve início com este exercício experimental.

A EAPN pauta, desde sempre, a sua atuação através de um diagnóstico dos problemas sociais – só poderemos intervir eficazmente se conhecermos as causas dos problemas sociais e mesmo assim temos muitas variáveis que não controlamos em todo o percurso. A base de uma intervenção tem que ser o conhecimento, a investigação e essa é a nossa preocupação sempre. Precisamos de conhecer a realidade com os atores envolvidos, com quem beneficia das intervenções, com quem trabalha no terreno e também com aqueles que tomam as decisões. Foi isso que fizemos e que faz a diferença num diagnóstico – ouvir as pessoas e procurar ir ao encontro das suas necessidades e preocupações.

Os dados estatísticos estão disponíveis e dão-nos um retrato fiel da situação, mas datado no tempo e que nos exige atualizações permanentes. Por exemplo, os dados dos Censos de 2021 dão-nos um retrato aproximado, mas em pouco tempo a realidade muda. Desde 2021 até agora aconteceram fenómenos muito marcantes no panorama internacional que influenciam as nossas vidas. Os fenómenos sociais mudaram e a prova disso são os resultados deste estudo.

Os dados que recolhemos e analisamos foram relevantes para aprofundar algumas temáticas que percebemos como urgentes: a questão das migrações, do envelhecimento e da educação/formação. Estes fenómenos preocupam todos os atores envolvidos e exigem respostas diferenciadoras.

O que temos que fazer?

Temos de nos ocupar dessas pessoas, de as acompanhar. Temos cada vez mais pessoas muito idosas (com 80 anos e mais) que precisam que cuidem delas e as respostas sociais que existem não são suficientes. Estas pessoas precisam de mais cuidados médicos, mas também de apoio social e familiar que muitas vezes não existe. A percentagem de idosos isolados é grande e muitos destes não têm retaguarda familiar e são os vizinhos e as instituições sociais ou de saúde que procuram responder às suas necessidades.

Ao nível da educação/formação são também muitos os desafios que se colocam: desde escolas cada vez mais multiculturais que necessitam de mais recursos e respostas diferenciadas, passando pelas baixas qualificações dos adultos em idade ativa. Temos cada vez mais escolas com crianças de múltiplas nacionalidades. Precisamos de apoiar as nossas escolas e a comunidade educativa para uma melhor resposta a estes novos desafios.

Não é apenas ao nível da educação que verificamos o aumento das migrações para a freguesia. Esta também é visível nas ruas, nas empresas, nos centros de saúde, etc. Este aumento vem responder às necessidades causadas pelo envelhecimento da população, e muitas vezes é esta população imigrante que vem cuidar da população idosa. Mas é essencial que haja uma boa integração desta população. Esta boa integração passa pelo acesso ao mercado de trabalho com salários decentes e sem precaridade social; passa pelo acesso à habitação com preços acessíveis e condizentes com as remunerações em Portugal; passa pelo acesso à educação e à saúde; e passa também pelo conhecimento mútuo e pela desconstrução de preconceitos.

As juntas de freguesias têm a sua área de competências bem definida e limitações na capacidade de responder às causas estruturais dos problemas sociais. Mas a proximidade às populações permite um conhecimento constantemente atualizado dos fenómenos sociais e das suas alterações, permitindo identificar precocemente novas dinâmicas sociais e promover uma intervenção micro e próxima das pessoas. As Juntas de freguesia têm um papel de proximidade junto das populações que é essencial no combate à pobreza.

Há cada vez mais estratégias e planos de ação em curso e multiplicam-se estruturas para resolver problemas antigos. Saibamos usar essas Estratégias em prol dos mais desfavorecidos. Saibamos territorializar estas Estratégias. Temos de passar das intenções às ações e temos de trazer o pensamento estratégico sobre o combate à pobreza para o território das freguesias.

Consideramos que a grande mais-valia desta metodologia, que já aplicamos também em algumas freguesias em Lisboa, é a de fazer nascer uma nova forma de olhar para os problemas sociais - a partir do local.

Maria José Vicente
Coordenadora da EAPN Portugal

“Pensar Paranhos! Exercício experimental de reflexão para uma estratégia local de combate à pobreza”, resulta da vontade expressa do atual executivo da Junta de Freguesia de Paranhos em compreender as novas dinâmicas sociais em sentido holístico, com o intento de imprimir e implementar ações adaptadas e ajustadas às necessidades e às oportunidades do seu território, enquanto espaço de fruição e criação de vivências, modos de vida e de sistemas, cada vez mais diversificados.

Paranhos, à semelhança de outras freguesias tem vindo a registar mudanças profundas da sua realidade sociocultural, resultado em grande parte, dos ciclos migratórios que se têm vindo a verificar no nosso país e na região norte, em particular, mas também resultado da natural evolução e desenvolvimento das sociedades. Conhecer para perceber e implementar políticas públicas ajustadas, úteis e vantajosas para os seus destinatários, constitui uma premissa que pautou a vontade de realizar o presente exercício de reflexão, cujos resultados (in)esperados serão o mote para a experimentação de projetos a concretizar.

O presente estudo resulta, portanto, da conjugação da vontade política e da experiência dos técnicos da Rede Europeia Anti Pobreza / Portugal, cuja contribuição e colaboração foram essenciais para o resultado obtido, que mais não foi, do que aquele que se pretendia desde o momento da sua idealização inicial: um retrato fidedigno da freguesia, através da análise e interpretação dos seus diferentes e múltiplos domínios correlacionando-os entre si. Só com uma metodologia de análise de dados, associada à auscultação dos seus atores e agentes, poderíamos obter como resultado, um diagnóstico realista, mas sobretudo honesto, da nossa comunidade.

Assim, pretendo aqui deixar um sentido agradecimento a todos quantos colaboraram para que este exercício de reflexão se concretizasse. Um agradecimento à Direção e Técnicos da EAPN, à Comissão Social de Freguesia e nela, a todas as Instituições e Organismos da Freguesia que diariamente contribuem para amenizar e debelar as dificuldades da nossa população mais vulnerável, mas igualmente, aos inúmeros paranhenses que anuíram ao desafio de integrar grupos focais, que nos permitiram refletir sobre algumas áreas chave e no nosso entendimento prioritárias, considerando a sua transversalidade e o seu impacto na vida de todos, a saber, a educação/formação, o envelhecimento e as migrações.

Dado o mote para o que se apresenta neste testemunho de realidade da Freguesia de Paranhos, cabe-me convidar a que todos os interessados possam emergir na análise deste estudo e refletir sobre os fenómenos sociais identificados. Estes exemplos podem ser facilmente um espelho da realidade que se verifica em outras localidades portuguesas e podem por isso ser úteis para futuras intervenções transversais no tempo e no território.

Luís Miguel Seabra de Freitas
Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos



Enquadramento

Esta iniciativa “Pensar Paranhos! Exercício experimental de reflexão para uma estratégia local integrada de combate à pobreza” surge de uma parceria entre a EAPN Portugal, enquanto entidade promotora, e a Junta de Freguesia de Paranhos (JFP) com o propósito de conhecer o território de Paranhos e pensar em soluções inovadoras capazes de ir ao encontro dos problemas sociais identificados. Na sua base estão exercícios reflexivos semelhantes que estão a decorrer em três freguesias de Lisboa: Marvila, Lumiar e Santa Clara. A transposição deste projeto ao contexto territorial de Paranhos, à linha de financiamento disponível e à necessidade de definição de objetivos comuns com a JFP implicou uma adaptação da metodologia, uma redução do tempo disponível para este exercício reflexivo e a necessidade de orientar a reflexão para a construção de microprojetos territorializáveis em substituição da reflexão sobre a construção de uma estratégia local integrada de combate à pobreza. De referir que este trabalho decorreu de novembro de 2023 a abril de 2024, no âmbito de um contrato Programa do Orçamento Colaborativo de Paranhos 2023 através do contrato inter-administrativo entre o Município do Porto e a JFP.

Os objetivos propostos eram os seguintes:

1. Aprofundar o conhecimento sobre os elementos-chave e as relações de interação que permitam compreender as dinâmicas estruturais que beneficiam ou bloqueiam o desenvolvimento do território e a evolução das condições de pobreza dos indivíduos no território;
2. Apontar pistas para um modelo de governança e governação integrado que delineie propostas de intervenção adequadas ao conhecimento alcançado;

O resultado deste trabalho permitirá a construção de microprojetos que possam responder às necessidades identificadas e que possam ser implementados ao nível local. O objetivo é que este trabalho permita igualmente criar uma base de trabalho tendo em vista a definição futura de uma Estratégia local integrada de combate à pobreza, como se se tratasse dos “passos prévios” para a mesma.

Este trabalho foi desenvolvido em 2 partes: uma parte de diagnóstico dos problemas sociais da freguesia e uma outra de reflexão conjunta com os atores socioinstitucionais chave no sentido de conhecer a realidade e de, posteriormente, co-construir estratégias de combate a alguns dos problemas sociais que a Freguesia enfrenta.



Notas metodológicas

Tal como referido anteriormente, este projeto surge em relação direta com um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela EAPN Portugal noutros territórios do país, nomeadamente em Lisboa, no âmbito do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. Este trabalho desenvolveu-se em Marvila, onde se procurou perceber quais os fatores bloqueadores de superação da pobreza e quais os mecanismos sociais e económicos que colocam as pessoas em situação de pobreza e exclusão social. Assim, o processo idealizou-se semelhante, mas enfrentou vários desafios no Porto.

Ao contrário daqueles que foram os primeiros passos na capital, aqui, a EAPN Portugal partiu do pressuposto que todas as freguesias portuenses da sua forma singular apresentariam indicadores que necessitariam de atenção no combate à pobreza. Nesta linha, pensado um plano de ação geral, a EAPN deu início a uma divulgação pelas várias Juntas de Freguesia, procurando acolhimento ao projeto. Paranhos foi uma delas e, determinado um orçamento colaborativo, deu-se início ao “Pensar Paranhos!”.

Aqui surgiu o primeiro grande desafio: o tempo. Projeto inicialmente desenhado para 7 meses, sendo os dois primeiros focados na recolha e análise de dados estatísticos por parte da Junta de Freguesia, este objetivo não foi cumprido e obrigou a uma adaptação. Assim, a EAPN ficou com 5 meses e todo um projeto pela frente. A recolha de dados no terreno teve de ser ajustada, sob pena de não se alcançar o nível de reflexão e de acesso a informação ideal.

Como ponto prévio gostaríamos de referir que se tratou de um trabalho em estreita colaboração com a equipa técnica e com o Executivo da Junta de Freguesia de

Paranhos. Trata-se de um tipo de intervenção que não resulta sem este trabalho em parceria e sem esta vontade de aprofundar os problemas sociais que o território enfrenta, sobretudo num contexto externo também de grande instabilidade quer nacional, quer internacional.

O primeiro levantamento efetuado prendeu-se com as respostas sociais que a Junta de Freguesia proporciona aos seus fregueses e desde logo percebemos que as respostas existentes vão ao encontro de muitas das necessidades dos diferentes públicos identificados. Elencamos as respostas no final deste relatório em anexo. Este trabalho de levantamento das respostas, associado ao diagnóstico permitiu logo à partida definir os próximos passos.

Assim, a primeira etapa consistiu na análise de dados dos Censos 2021 e de outras fontes como a Domus Social, que permitiram o acesso mais próximo possível àquela que é a realidade de Paranhos, estabelecendo, muitas vezes, uma comparação entre freguesias portuenses e com o próprio concelho e país. Os indicadores analisados foram múltiplos, como se perceberá no próximo capítulo, e percorrem múltiplas categorias: população; educação; migrações, interculturalidade e diversidade religiosa; população com dificuldades; mercado de trabalho e habitação.

A segunda fase visou complementar a informação já recolhida e aprofundar o conhecimento sobre a freguesia. Neste sentido, realizaram-se duas reuniões (Executivo da Junta de Freguesia e Comissão Social de Freguesia) e três grupos focais temáticos (Envelhecimento; Educação, Formação e Qualificações; Migrações) e um quarto com cidadãos residentes (comunidade).

Para a seleção dos participantes dos grupos focais e, tendo em linha de conta, o curto período disponibilizado para a realização do projeto, optou-se por mobilizar os conhecimentos privilegiados da Junta de Freguesia, selecionando previamente as entidades que seriam pertinentes pelo seu trabalho de campo, considerando cada tema.

Nesta linha, a reunião com o Executivo da Junta de Freguesia realizou-se no dia 9 de janeiro pelas 18h, contando com a presença de 6 pessoas e a Comissão Social de Freguesia no dia 22 do mesmo mês, às 9h30, estando presentes 14 pessoas.

O grupo de trabalho focado no Envelhecimento foi a sessão seguinte, no dia 8 de fevereiro às 10h, com 6 participantes mais um elemento da JF e os restantes dois Grupos Focais – Educação, Formação e Qualificações, e Migrações – decorreram no dia 20 desse mês, divididos pela manhã e tarde do dia, tendo o primeiro 9 representante de múltiplas instituições e o segundo 8 representantes.

O *focus group* com os cidadãos teve lugar, no dia 13 de março pelas 18h, estando presentes 6 fregueses.

Todos estes momentos de recolha de dados qualitativos tiveram lugar em espaços da Junta de Freguesia, ora na sala de reuniões, ora no auditório. De notar que a dinâmica de grupo de partilha foi mais produtiva e fluída quando realizada no auditório com os participantes em círculo, criando uma roda de conversa. O ambiente informal estimulou a partilha e envolvimento dos mesmos, enquanto o contacto visual com todos os participantes facilitou a moderação.

Assim, também o grupo focal dos cidadãos foi pensado na mesma lógica: em parceria com a JF definiu-se o interesse por um grupo heterogéneo a nível etário, de sexo, mas também de condicionantes sociais, quer a nível habitacional, familiar ou de origem social, geográfica e económica.

Todo este processo de recolha de dados qualitativo foi realizado pela aplicação de um guião de discussão semiestruturado (em anexo), que procurou perceber, na ótica dos intervenientes, quais as dificuldades e obstáculos enfrentados no dia a dia, que mecanismos existem na freguesia para o combate dos mesmos e que soluções se podem desenhar em conjunto para desenvolver no futuro.

Efetivamente, sendo um dos objetivos a criação participativa de miniprojectos pertinentes no combate à pobreza sob os obstáculos sociais apontados na etapa anterior, este era sempre o tópico que concluía as entrevistas. Assim, esta publicação apresenta algumas linhas orientadoras que podem (e se espera) ser aplicadas futuramente.

Um último passo foi dado antes de finalizar o relatório: a realização de uma primeira apresentação aberta à comunidade, no dia 10 de abril pelas 10h, no auditório da Junta de freguesia. Estiveram presentes 14 pessoas, entre cidadãos e representantes de várias instituições, procurou-se uma última auscultação para garantir que este trabalho retrata, o mais fielmente possível, a comunidade da freguesia.



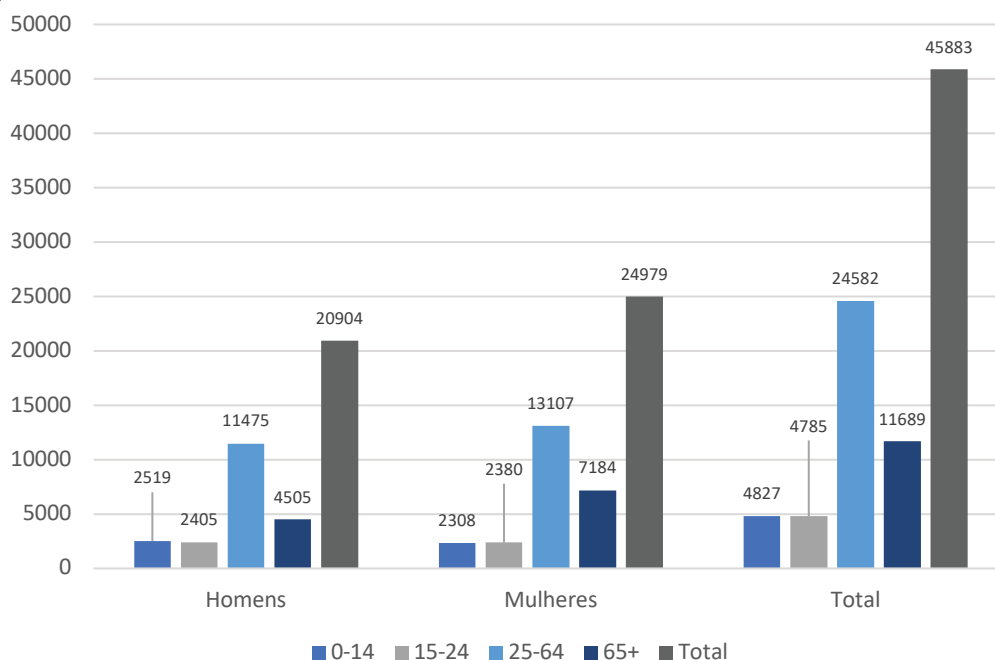
Paranhos nos Censos: diagnóstico da freguesia

a) População: estrutura etária, envelhecimento e núcleos familiares

À data dos Censos 2021, registou-se um total de 45.883 habitantes na freguesia de Paranhos, sendo que 54% são do sexo feminino. A nível etário, a população de Paranhos situa-se sobretudo em idade ativa, isto é, entre os 25 e os 64 anos. Assim, a proporção de população residente com 14 ou menos anos de idade é de 10,54% e da

população com 65 ou mais anos de 25,48%. Nesta linha, a idade média dos residentes de Paranhos é de 46,30 anos, sensivelmente mais baixa do que a verificada na cidade do Porto (46,62 anos). Na verdade, a freguesia é a terceira com menor idade média no município, sendo apenas ultrapassada por Ramalde com uma idade média de 45,34 anos e a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos de 45,89 anos, segundo os censos 2021. No entanto, perante o contexto nacional¹, Paranhos apre-

Gráfico 1. População residente em Paranhos, total e por sexo segundo o grupo etário



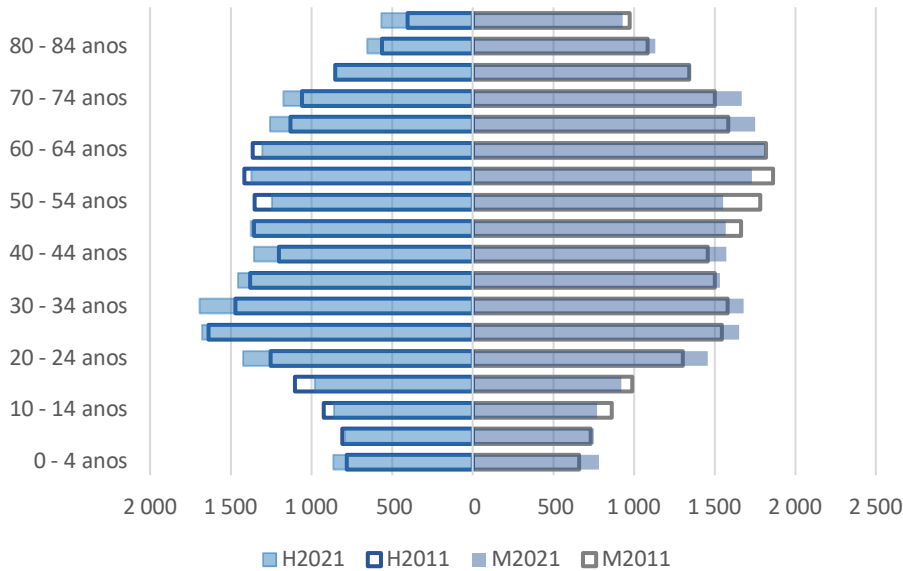
Fonte: INE, Censos 2021

¹ _ Portugal, em 2021, apresentava uma idade média na ordem dos 45,44 anos.

sentam uma idade média mais elevada. Tal significa que Paranhos é, então, uma freguesia envelhecida, mas no contexto municipal apresenta uma população um pouco mais rejuvenescida, sobretudo ao nível da população em idade ativa.

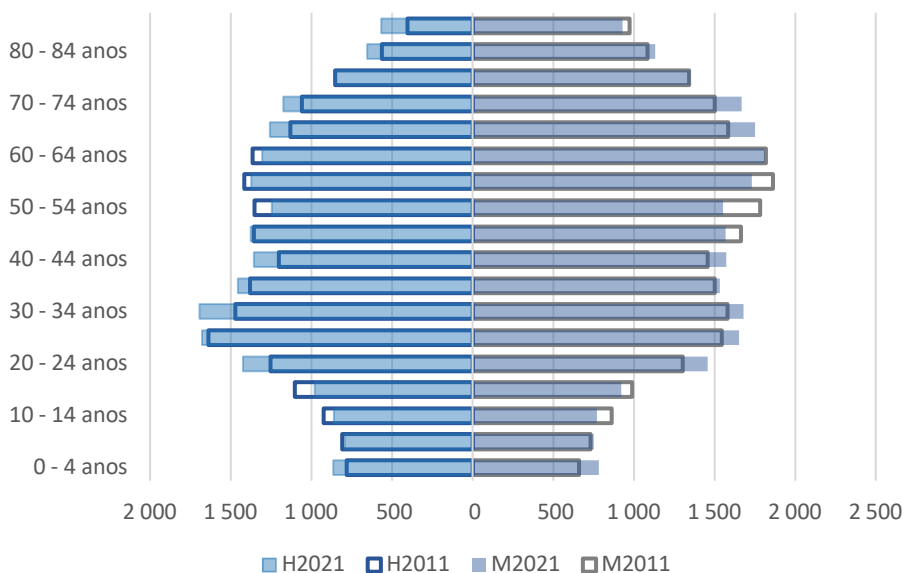
As Figuras 1 e 2 permitem uma melhor análise sobre estas questões etárias no Porto e em Paranhos. No que ao município diz respeito, percebe-se que, tal como já verificado em Paranhos, a maior parte da população situa-se entre os 25 e os 64 anos, sendo um fenómeno ainda mais acentuado nas mulheres. Por outro lado, focando

Figura 1. Pirâmide Etária do Porto



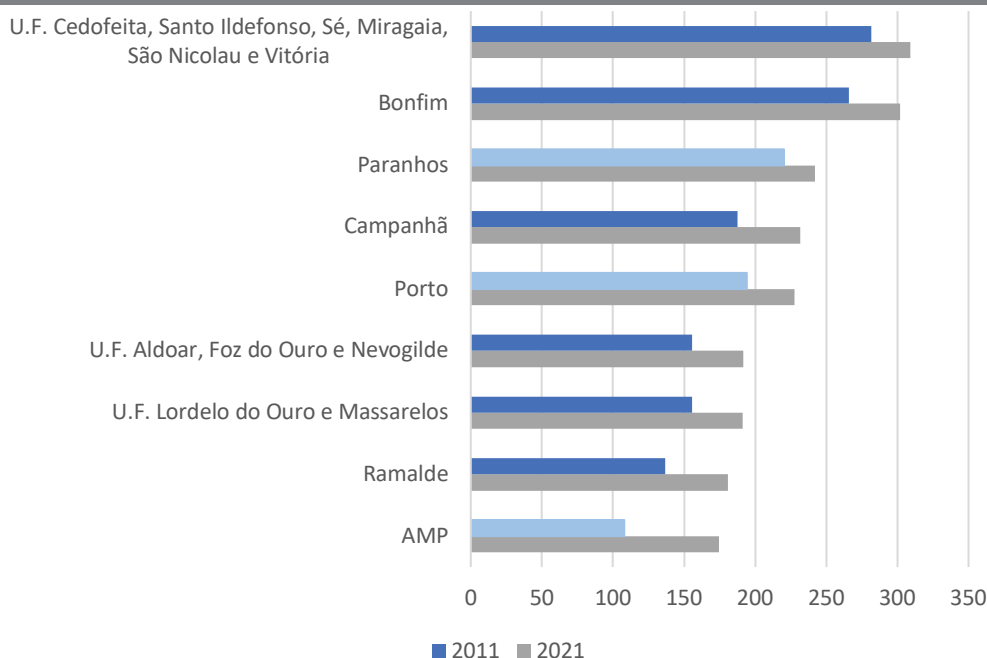
Fonte: Dados INE (Censos 2021), pirâmide pela EAPN Portugal

Figura 2. Pirâmide Etária de Paranhos



Fonte: Dados INE (Censos 2021), pirâmide pela EAPN Portugal

Gráfico 2. Índice de Envelhecimento em Paranhos nos Censos 2011 e 2021



Fonte: INE, Censos 2021

a evolução dos homens entre 2011 e 2021, é perceptível uma diminuição do número de crianças e jovens e um aumento dos idosos. Nas mulheres, verifica-se igualmente uma redução do número de crianças e jovens. No caso da população com mais de 64 anos, o aumento ocorre sobretudo na faixa etária entre os 65 e os 74 anos. Ainda assim, o número de mulheres idosas é superior ao número de crianças e jovens entre os 5 e os 19 anos.

Paranhos, contudo, é marcadamente mais jovem que o Porto. É de salientar o peso dos jovens entre os 20 e os 34 anos em ambos os sexos, podendo ser explicado pela forte atratividade da freguesia, graças à sua proximidade com o polo universitário. Contudo, este efeito é efémero, já que a pirâmide etária parece apontar para a saída destes residentes um pouco após a conclusão dos estudos.

O último recenseamento permite, de igual forma, perceber uma evolução de sentido positivo na freguesia, com um aumento populacional na ordem dos 3,6%. De notar que esta taxa de variação populacional é mais acentuada nas faixas etárias dos 65 e mais anos e entre os 15 e os 24 anos. Neste sentido, é interessante observar que no Porto a taxa de variação populacional é negativa, verificando-se uma perda na ordem dos 2%.

Ao nível das crianças até aos 14 anos, pelo contrário, Paranhos apresenta uma baixa proporção no contexto municipal e nacional. Apenas as freguesias de Bonfim e da União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória apresentem proporções (9% ambas) inferiores à de Paranhos (11%). Com uma baixa proporção de crianças e apesar de uma proporção de pessoas com 65 anos ou mais inferior à média municipal, Paranhos apresenta o terceiro maior índice de envelhecimento do Porto, com 242.16 idosos por 100 crianças até aos 14 anos.

O gráfico 2 permite levantar outra tendência: o visível agravamento do envelhecimento da população portuguesa nas áreas geográficas delimitadas entre 2011 e 2021. Paranhos segue esta tendência ainda que não seja das freguesias com maior aumento neste indicador.

Tabela 1. Índice de dependência de idosos segundo o local de residência

	2021
Porto	41,48
Paranhos	39,80

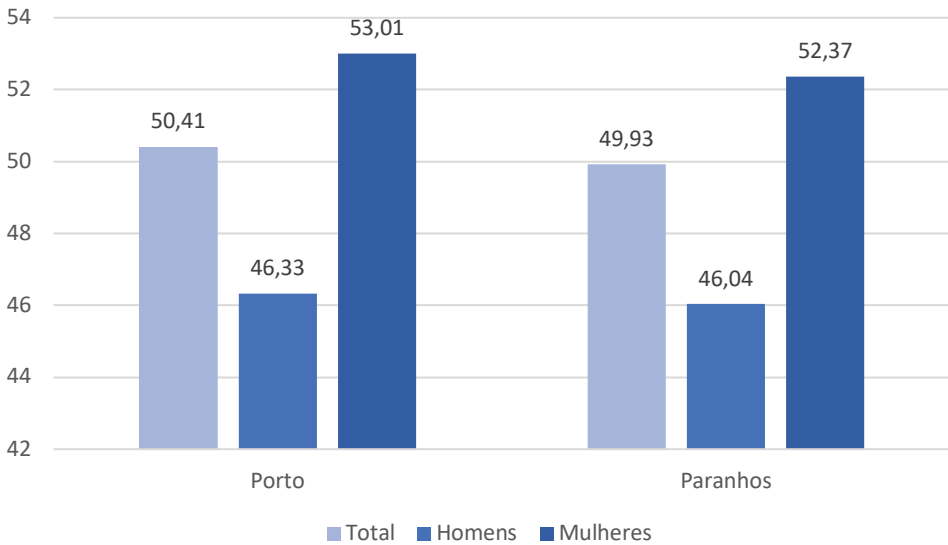
Fonte: INE, Censos 2021

Tal como explicado anteriormente, uma menor idade média em Paranhos, dentro do contexto municipal, está relacionada com o importante peso da população em idade ativa: 64% da população residente tem entre 15 e 64 anos, valor que apenas é equiparado ao encontrado na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. Assim, enquanto na perspetiva do índice de envelhecimento Paranhos posiciona-se entre as freguesias mais envelhecidas do Porto, quando olhamos para o índice de dependência de idosos a situação é a oposta. Com 39.80 idosos por 100 pessoas dos 15 aos 64 anos, Paranhos é a terceira freguesia com menor índice de dependência.

2021. Apenas Bonfim e a União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória apresentam um índice de dependência de jovens inferior ao de Paranhos. Por outras palavras, é possível perceber que o número de crianças e jovens até aos 14 anos por 100 pessoas em idade ativa tem diminuído no município, indo no sentido da tendência de envelhecimento da população, como já referimos. Na freguesia verificou-se um ligeiro aumento neste indicador, uma evolução que segue o sentido oposto do verificado para a média da concelhia.

O gráfico 4 (pág. 29) dá conta do índice de renovação da população em idade ativa, isto é, a relação entre a popu-

Gráfico 3. Índice de longevidade por local de residência e sexo



Fonte: INE, Censos

Por seu turno, o gráfico 3 expressa o índice de longevidade no Porto e em Paranhos. Este indicador, note-se, expressa o número de pessoas com 75 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos. Quanto mais alto é o índice, mais envelhecida é a população. Em Paranhos, a nível geral este indicador situa-se nos 49,93, registando uma subida ligeira comparativamente com 2011 (49,73). No Porto a tendência foi oposta, em 2011 o índice de longevidade atingiu os 50,61 e em 2021 os 50,41.

Tal como expressa a tabela 2, Paranhos apresenta um índice de dependência de jovens inferior ao concelho do Porto (16,44 e 18,21 respetivamente), segundo os censos

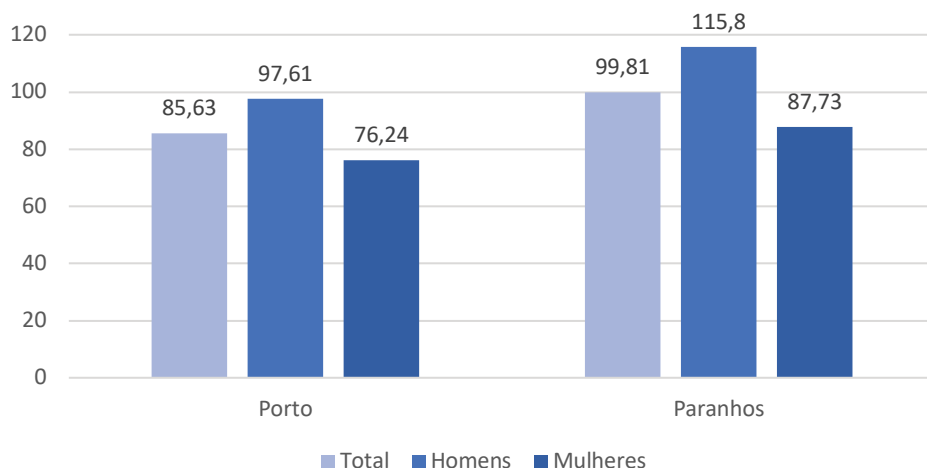
lação que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho. Isto é representado pelo quociente entre o número de pessoas com idades entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades entre os 55 e os 64 anos. Destarte, em 2021 Paranhos apresentava

Tabela 2. Índice de dependência de jovens por local de residência em 2011 e 2021

	2011	2021
Porto	18,41	18,21
Paranhos	16,41	16,44

Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 4. Índice de renovação da população em idade ativa por local de residência e sexo



Fonte: INE, Censos 2021

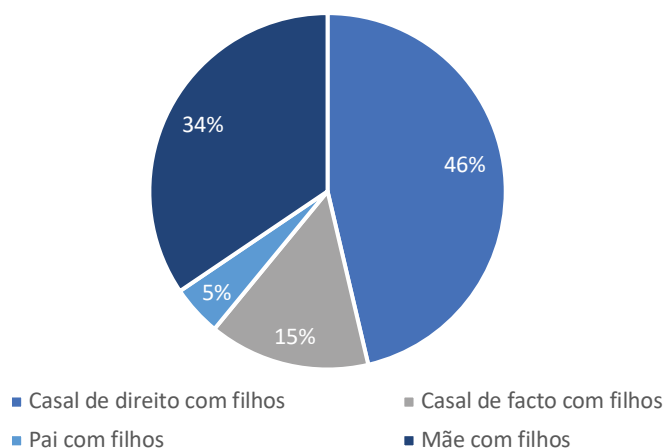
um índice superior ao do Porto, quer a nível total (99,81 em Paranhos e 85,63 no Porto), quer ao comparar homens e mulheres. Por outro lado, a evolução deste indicador na freguesia é positiva, já que ultrapassa o valor anteriormente registado em 2011 (88,87). Assim, percebe-se o aumento de pessoas em idade ativa, garantido aparentemente a renovação do corpo de residentes aptos para laborar. Não podemos, no entanto, ignorar a importância do polo universitário na atração de estudantes nessa faixa etária que residem na freguesia apenas temporariamente e o aumento da população imigrante como veremos mais à frente. A inserção no mercado de trabalho e a acessibilidade do custo com habitação serão dois fatores que irão determinar a fixação destas populações na freguesia,

assim como serão determinantes nos seus percursos de inclusão ou de exclusão social.

46% dos residentes em Paranhos integram casais de direito com filhos, sendo que cerca de 35% são mães com filhos. A este respeito, importa salientar as questões de género que se perpetuam e se materializam na diferença substancial entre a percentagem de mães solteiras com filhos e de pais com filhos, como visível no gráfico 5.

Ainda, salientar que estas questões são transversais quer ao nível municipal, quer ao contexto nacional, com os vários tipos de núcleos familiares a assumirem valores similares em 2021, segundo os Censos.

Gráfico 5. Filhos nos núcleos familiares em Paranhos por tipo de núcleo familiar (%)



Fonte: INE, Censos 2021

Tabela 3. Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) por local de residência em 2011 e 2021

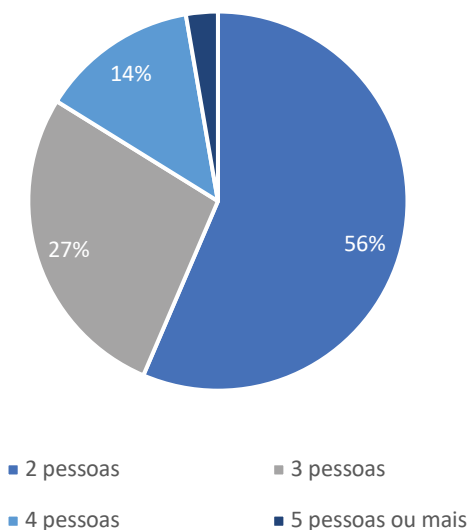
Local de residência	2011	2021
Porto	22,19	25,15
Bonfim	22,52	23,99
Campanhã	23,66	29,17
Paranhos	22,80	26,33
Ramalde	21,30	24,84
U.F de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	20,11	22,27
U.F de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	22,44	23,50
U.F de Lordelo do Ouro e Massarelos	22,23	25,24

Fonte: INE, Censos 2021

Observando a tabela 3, conclui-se que existe um aumento da proporção de famílias monoparentais em Paranhos entre 2011 e 2021, passando dos 22,8% para os 26,33%. Para além deste crescimento da proporção, é de salientar que na freguesia os valores são superiores àqueles encontrados no Porto, mas também em outras freguesias do município. De facto, para além de Campanhã, Paranhos é a freguesia do Porto onde este fenómeno é mais forte.

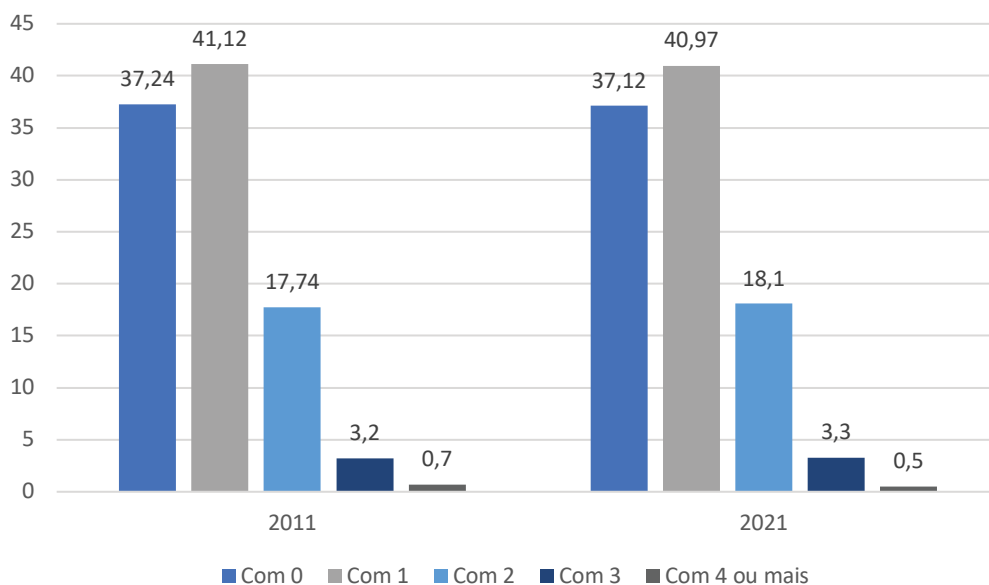
Esta questão ganha relevância, dado que o risco de pobreza ou exclusão social entre as famílias monoparentais (ao nível nacional) é de 35.7%, quando a taxa média para Portugal foi de 20.1% (em 2022).

A maioria (56%) dos núcleos familiares em Paranhos, segundo os Censos 2021 é constituído por 2 elementos. Ainda, 27% conta com 3 elementos. Nesta linha, é importante sublinhar que 3% dos núcleos familiares residentes em Paranhos em 2021 era constituído por 5 ou mais elementos. Note-se que as famílias com dois adultos e três ou mais crianças dependentes têm, tal como as famílias monoparentais, uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social particularmente elevada (27.8%). Não obstante, a evolução desde 2011 oferece observações interessantes. Em primeiro lugar, é clara a diminuição de núcleos familiares com 5 ou mais elementos, dado que em 2011 este grupo representava 7% dos núcleos residentes em Paranhos. Por outro lado, diminuiu a proporção de

Gráfico 6. Núcleos familiares residentes em Paranhos por dimensão (%)

Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 7. Núcleos familiares residentes em Paranhos por número de filhos (%) em 2011 e 2021



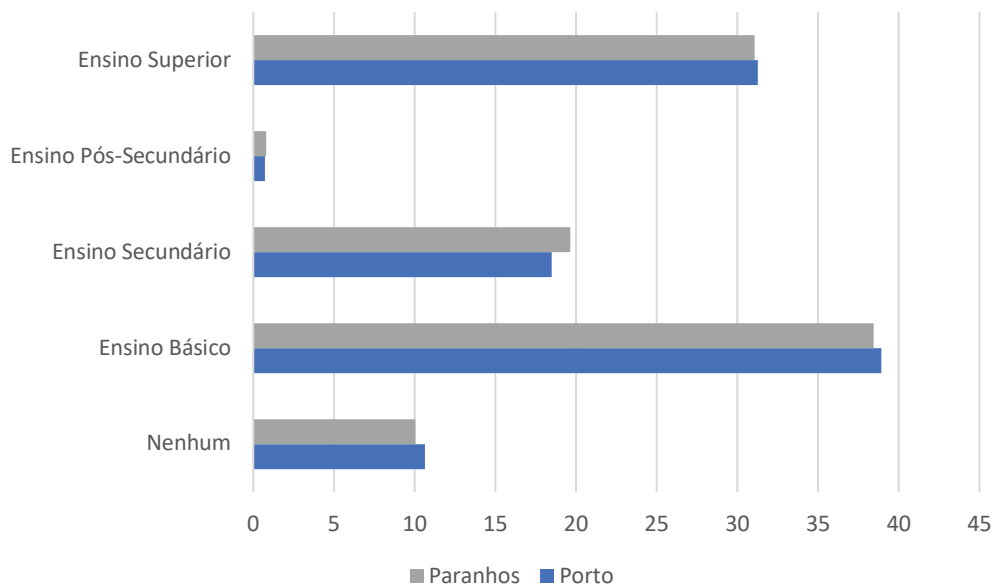
Fonte: INE, Censos

núcleos familiares com 3 elementos (anteriormente 29% em 2011) e aumentou a percentagem de núcleos com apenas 2 elementos (54% em 2011). Assim, em Paranhos, os residentes parecem ter cada vez menos filhos, ainda que a evolução seja subtil (gráfico 7), o que vem reforçar o contexto de envelhecimento populacional.

b) Educação:

Os habitantes de Paranhos detêm, na sua maioria, o ensino básico (38,43%) e o ensino superior (31,07%), seguindo as tendências nacionais de aumento da escolaridade. Ao nível municipal, as tendências são semelhantes como visível no gráfico 8.

Gráfico 8. População residente em Paranhos segundo a escolaridade (%)



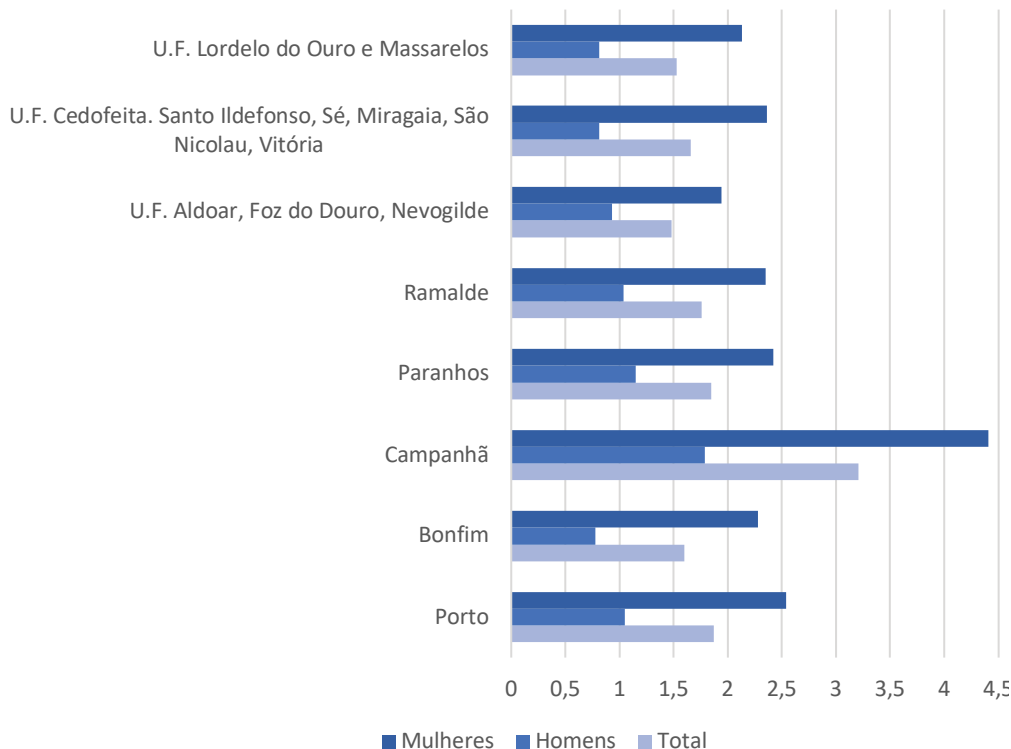
Fonte: INE, censos 2021

Os dados dos Censos sobre a população por nível de escolaridade apontam igualmente para um número significativo de pessoas (10%) que permanece sem qualquer nível de ensino. No entanto, a análise deste dado merece uma leitura cuidada uma vez que este indicador considera toda a população residente na freguesia, independentemente da idade. Quando analisarmos a população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade iremos verificar um decréscimo importante desta proporção, passando para 3.71%. Ainda assim, Paranhos mantém uma posição de vulnerabilidade neste indicador quando comparado com outras freguesias do Porto, sendo a terceira freguesia do município com maior proporção de população com 15 ou mais anos sem nível de escolaridade.

todas os territórios superior à taxa verificada nos homens e à taxa total, o que é explicado pelo peso da população feminina na população com 65 ou mais anos, faixa etária com a proporção de pessoas sem qualquer grau de instrução é maior, tal como veremos em seguida.

A análise da taxa de analfabetismo no tempo levanta várias questões. Num primeiro momento, percebe-se que a taxa tem vindo a diminuir em Paranhos. De facto, entre 2011 e 2021 verifica-se a descida dos valores assumidos por este indicador, quer ao nível geral, quer ao nível específico do sexo. Ainda, a diminuição mais acentuada é no caso das mulheres, passando de 3,65% em 2011 para 2,42% em 2021. Isto traduz-se numa redução de 34% no caso das mulheres e de 29% a nível geral em Para-

Gráfico 9. Taxa de analfabetismo (%) por local de residência e sexo



Fonte: INE, Censos 2021

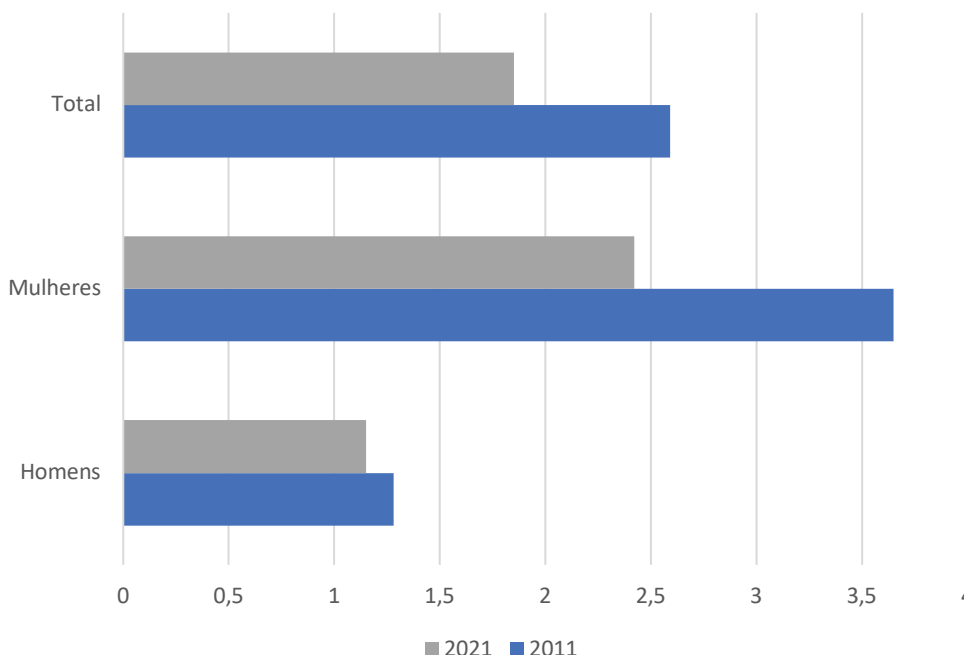
Focando a taxa de analfabetismo por local de residência, as freguesias portuenses onde este indicador atinge valores mais altos são, respetivamente, Campanhã, Paranhos, Ramalde, e a União de Freguesias de Cedofeita. Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. Note-se, ainda, que a taxa de analfabetismo nas mulheres é em

nhos. No Porto, as taxas de variação deste indicador são bastante similares, com as mulheres a diminuir em 38% a sua taxa de analfabetismo e em 42% a nível nacional. Não obstante, as mulheres continuam a apresentar uma taxa de analfabetismo superior às restantes, dado que permanece um efeito geracional.

Quando comparado com o Porto, Paranhos apresenta valores similares: a taxa de analfabetismo geral situa-se

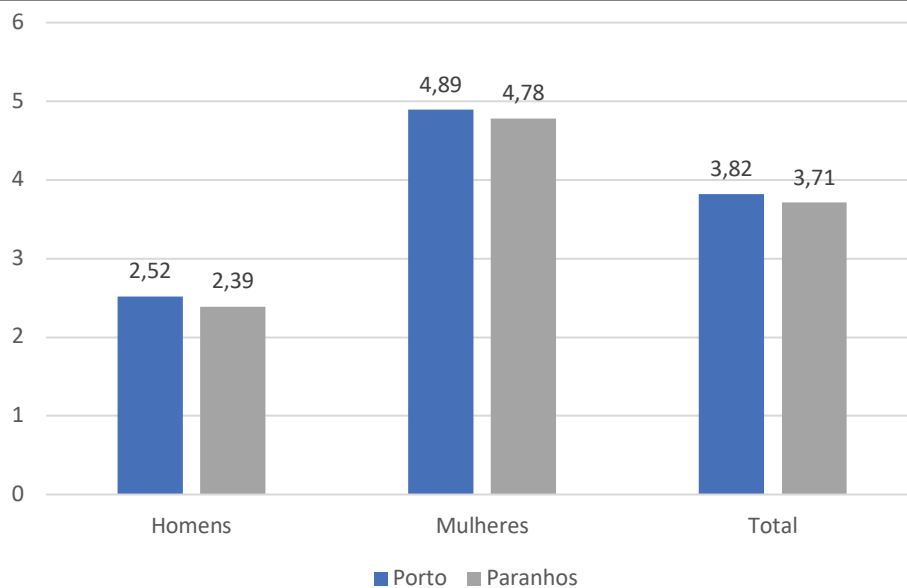
na ordem dos 1,87% no município e 1,85% na freguesia portuense, segundo os Censos 2021.

Gráfico 10. Taxa de analfabetismo (%) em Paranhos por Sexo em 2011 e 2021



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 11. Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo (%) por local de residência e sexo



Fonte: INE, Censos 2021

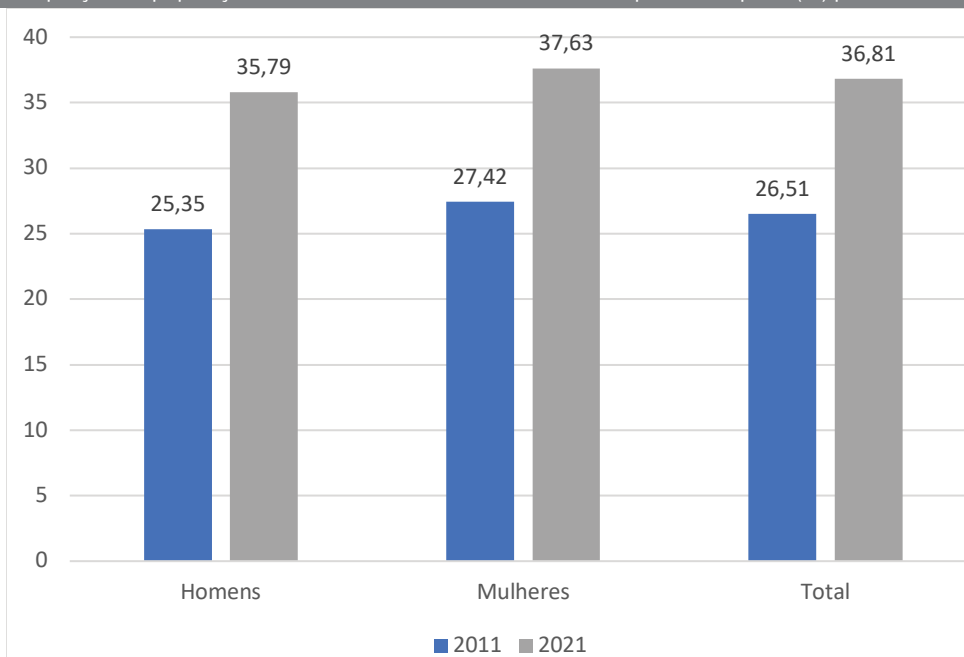
Na mesma linha, a proporção de mulheres residentes com 15 ou mais anos sem nenhum nível de escolaridade completo, quer no Porto, quer em Paranhos, atinge o dobro do valor verificado nos homens. Se olharmos para a população sem qualquer nível de escolaridade por escalão etário, verificamos que é a partir dos 65 anos que a desigualdade de género é mais visível. Na população residente em Paranhos 3% dos homens e 5% das mulheres com idade entre os 65 e os 69 anos não tinha nenhum nível de escolaridade. Na população com 75 anos ou mais a diferença aumenta significativamente: 5% dos homens nessa faixa etária não tinha nenhum nível de escolaridade comparativamente com 15% das mulheres com 75 anos ou mais.

Por outro lado, importa sublinhar que na freguesia reside 1% dos jovens dos 20 aos 34 anos sem nenhum nível de escolaridade completo (108 jovens). Esta proporção sobe para 2% (184 pessoas) quando em causa está a população dos 35 aos 49 anos e para 3% (295 pessoas) na faixa etária dos 50 aos 64 anos. Apesar destas proporções serem aparentemente baixas, em causa está um elevado nível de vulnerabilidade ao nível social e ao nível da pobreza que não pode ser ignorado. Estas proporções são semelhantes a que encontramos no município do Porto e em Portugal

Cerca de 37% dos residentes em Paranhos com 21 ou mais anos têm o ensino superior completo. Seguindo a linha desta tendência crescente de aumento de conhecimento e de formação da população, em Paranhos entre 2011 e 2021 é visível o aumento desta proporção tal como se verifica no gráfico 12. As mulheres mantêm uma maior proporção de população com ensino superior completo, seguindo a tendência nacional e de Paranhos. No entanto, em Paranhos, foi entre os homens que encontramos um maior aumento da proporção da população com ensino superior na última década.

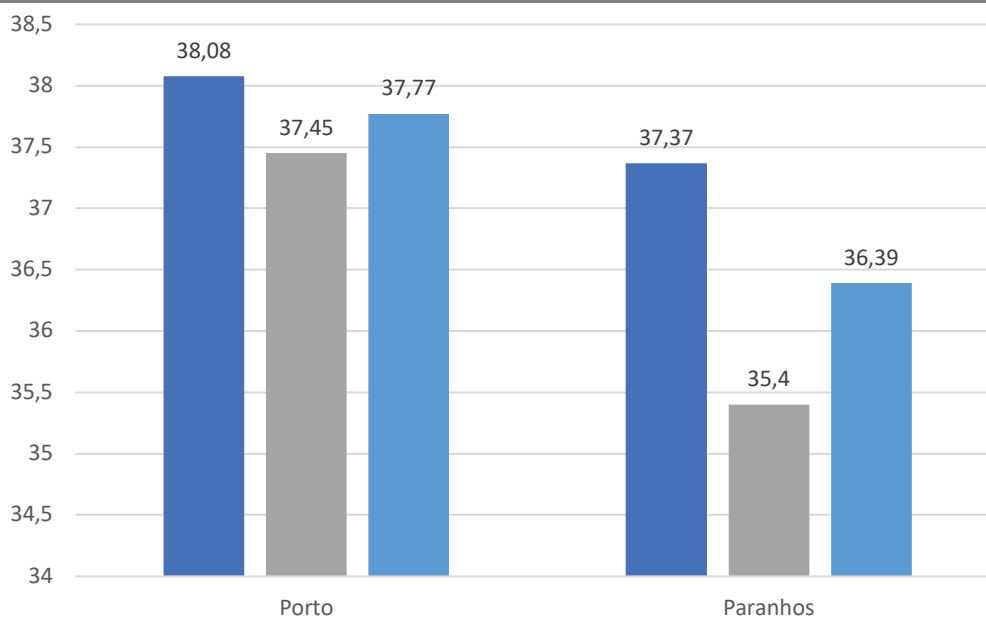
Um outro indicador que nos fornece informação pertinente sobre a população no que à educação diz respeito é a proporção de residentes entre os 18 e os 24 anos com o 3º ciclo de escolaridade completo que não está atualmente a frequentar o sistema de ensino. Paranhos apresenta um número menor de indivíduos nesta situação relativamente ao Porto. Ainda assim importa sublinhar que 37% dos jovens até aos 24 anos com o 3º ciclo estão fora do sistema de ensino que permitiria reforçar os seus níveis de qualificação. Em causa está uma escolaridade baixa e insuficiente para as necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, mais polarizado e com cada vez maiores exigências de qualificação,

Gráfico 12. Proporção da população residente em Paranhos com ensino superior completo (%) por Sexo em 2011 e 2021



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 13. Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino (%) por local de residência e sexo



Fonte: INE, Censos 2021

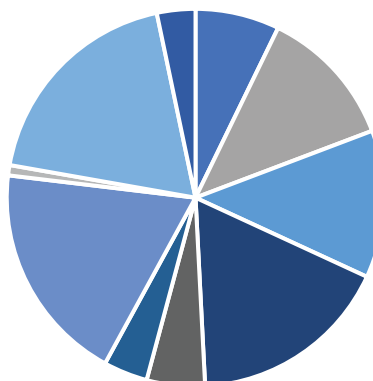
Aqui surge uma tendência interessante: ainda que as mulheres surjam como as principais afetadas pela taxa de analfabetismo elevada e apresentem a maior proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível de escolaridade completo, são os homens a principal proporção a não frequentar a escola depois do 3º ciclo, como vemos no gráfico 13. Isto reitera o efeito geracional sentido nestes indicadores, já que o direito efe-

tivo das mulheres à educação e o seu livre acesso é ainda recente.

Em Paranhos, segundo os Censos 2021, as principais áreas de estudo da população com ensino superior são saúde e proteção social, engenharia, indústrias transformadoras e construção e ainda as ciências empresariais, administração e direito.

Gráfico 14. População residente em Paranhos com o ensino superior por áreas de estudo

- Educação
- Artes e humanidades
- Ciências sociais, jornalismo e informação
- Ciências empresariais, administração e direito
- Ciências naturais, matemática e estatística
- Tecnologias da informação e comunicação
- Engenharia, indústrias transformadoras e construção
- Agricultura, silvicultura, pescas e ciências veterinárias
- Saúde e proteção social



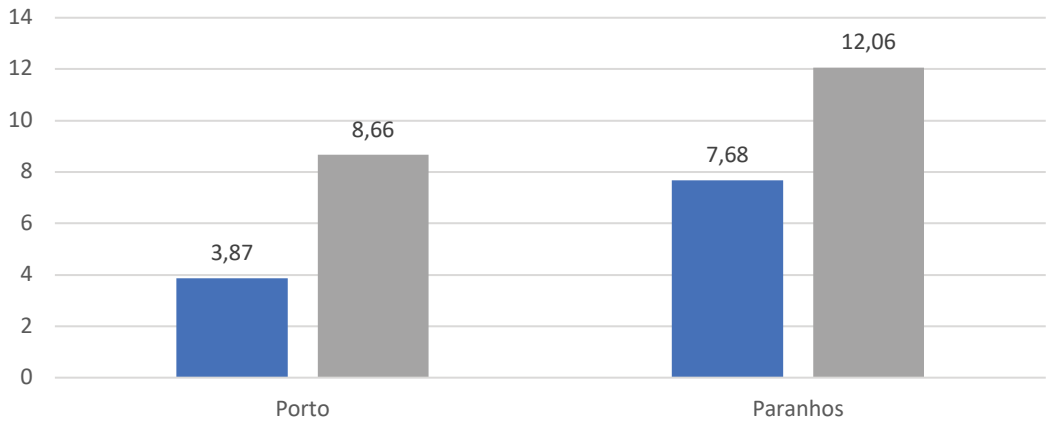
Fonte: INE, Censos 2021

A nível da Ação Social Escolar em 2023/2024, 29% dos rapazes com Escalão A estão no 1º Ciclo e 27% no 3º Ciclo. O mesmo se verifica nas raparigas: 29% no 1º Ciclo e 27% no 3º Ciclo. Relativamente ao Escalão B, 28% dos rapazes frequenta o 1º Ciclo e 26% o 3º. Já as raparigas, 25% frequenta também o 1ºCiclo e 30% o Secundário.

c) Migrações, interculturalidade e diversidade religiosa

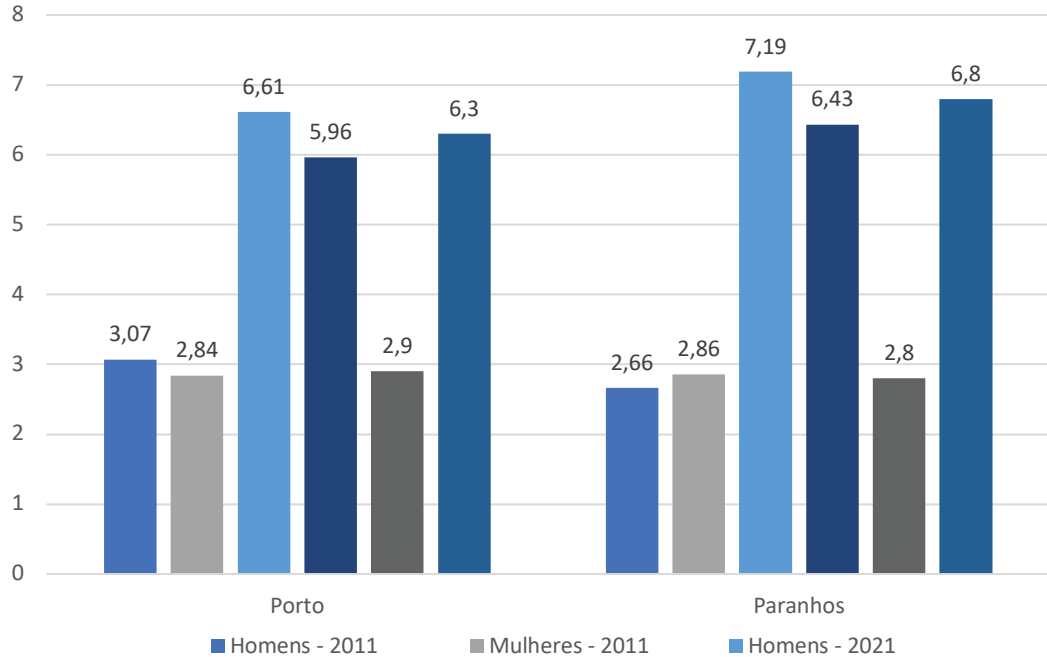
O gráfico 16 torna possível compreender este fenómeno em comparação com a cidade invicta. Numa primeira análise, conclui-se que as duas localizações apresentam valores semelhantes. Em ambas as áreas geográficas, há um aumento claro nas movimentações, isto é, entrada de

Gráfico 15. Proporção da população residente que um ano antes residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro (%) por local de residência à data dos Censos



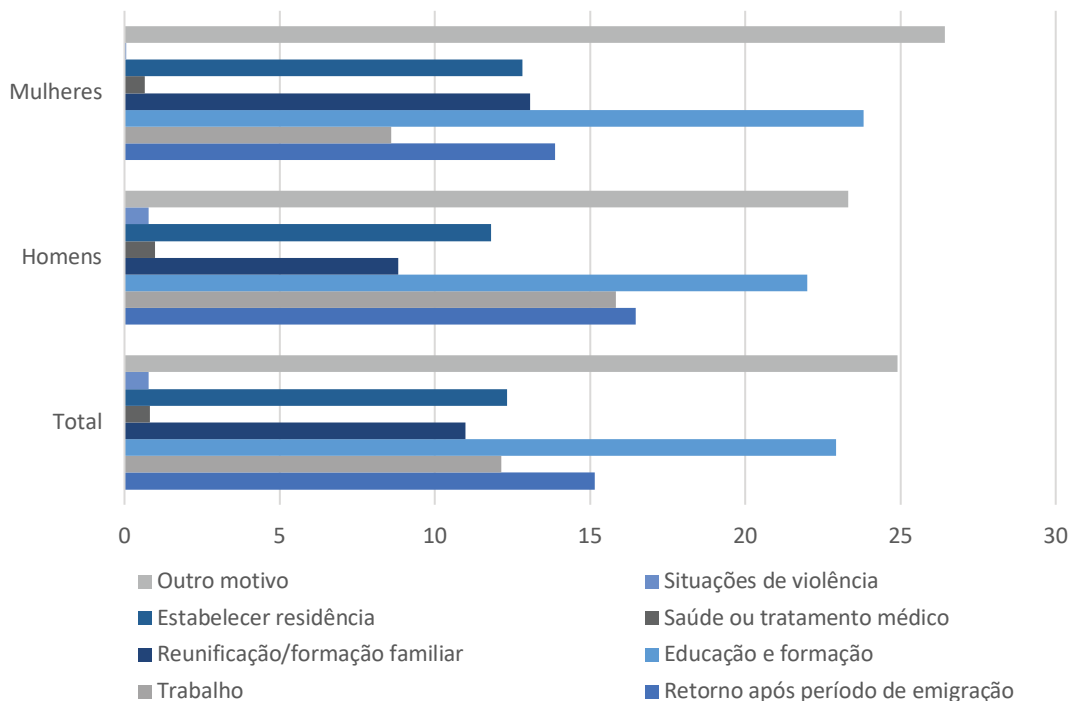
Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 16. Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por local de residência à data dos Censos e sexo



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 17. População residente em Paranhos que entrou em Portugal após 2010 por sexo e motivo de entrada em Portugal (%)



Fonte: INE, Censos 2021

novos residentes quer no Porto, quer em Paranhos nos últimos dez anos.

Focando as migrações, duas tendências merecem atenção. Por um lado, o claro aumento exponencial da proporção de indivíduos estrangeiros a residir na freguesia, dobrando os valores atingidos anteriormente em 2011. Por outro lado, em 2011, ainda que em valores muito semelhantes, a proporção de mulheres estrangeiras em Paranhos ultrapassava a proporção de homens; tendência que se altera em 2021. Ao nível nacional, o aumento percentual de residentes de nacionalidade estrangeira também é verificado, passando dos 3,73% em 2011 para 5,24% em 2021. Relativamente às diferenças entre os sexos, estas são menos evidentes em Portugal continental, já que em 2021 as mulheres representavam 5,10% dos residentes estrangeiros e os homens 5,40%.

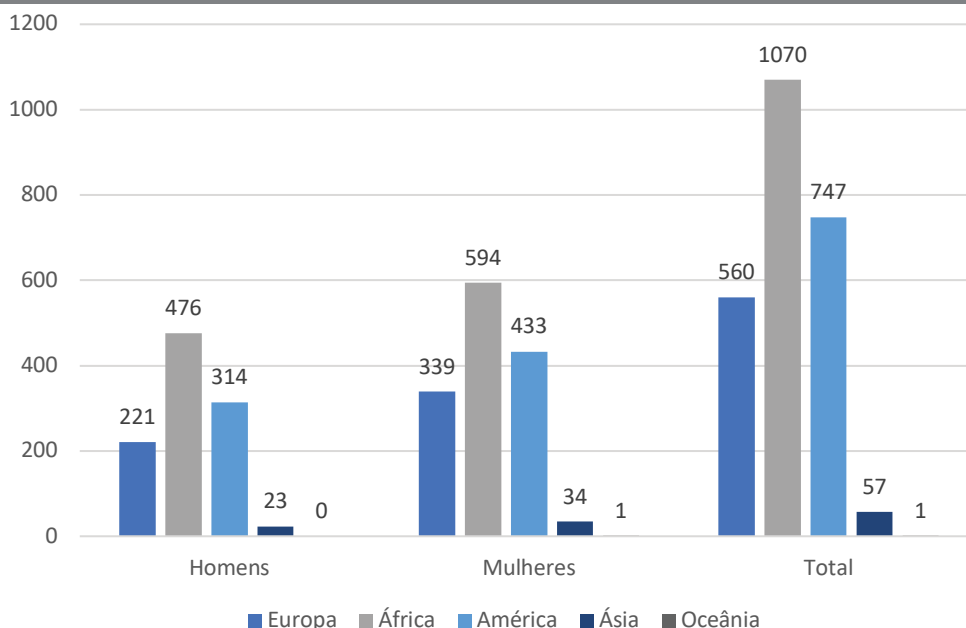
Ainda nesta temática importa debruçarmo-nos sob aqueles que são os motivos pelos quais a população tem imigrado para Paranhos nos últimos anos. “Outro motivo” foi apontado mais vezes (24,9%) pela população, sendo que a educação e a formação (22,93%), assim como o retorno após período de emigração (15,14%) surgem como explicações

em segundo e terceiro lugar respetivamente. O trabalho aparece como quinto motivo mais apontado pela população residente em Paranhos (12,1%). Há a este nível uma diferença importante no motivo de migração para Paranhos na última década. Enquanto os homens indicam o trabalho como o quarto motivo (15,8%) para as mulheres este é a sexta razão para terem migrado para este território (8,6%). A reunificação familiar, adquire, por outro lado, maior peso na população feminina (13,7%) do que na masculina (8,8%)

O gráfico 18 dá conta dos residentes em Paranhos nascidos no estrangeiro com nacionalidade portuguesa. A este respeito, quer no total, quer a nível de sexos, na freguesia portuense a maior parte dos habitantes deste contexto nasceram em África, o que poderá, em parte, ser explicado pelo processo de descolonização e o fenómeno dos retornados que ocorreu na década de 70. Em segundo lugar, estão os nascidos na América e só em terceiro lugar os residentes em outros países europeus.

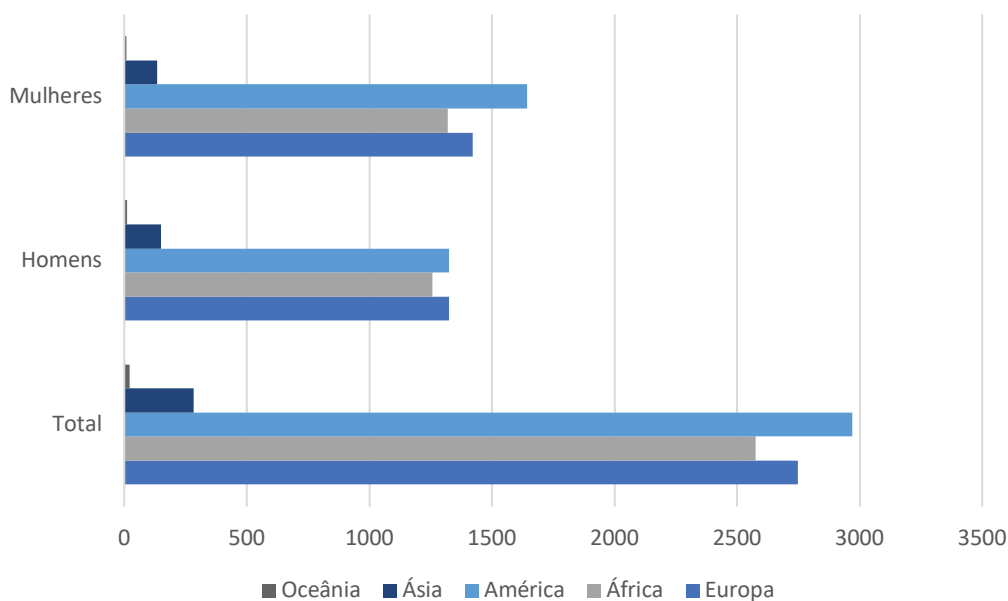
Ainda nesta linha, é possível perceber que as entradas de novos residentes em Paranhos em 2021 são originárias principalmente do continente americano, da Europa e de África respetivamente, como indica o gráfico 19.

Gráfico 18. População residente (portuguesa nascida no estrangeiro) em Paranhos por sexo



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 19. População residente em Paranhos (que residiu no estrangeiro por período contínuo de pelo menos 1 ano) por Proveniência (Continente)

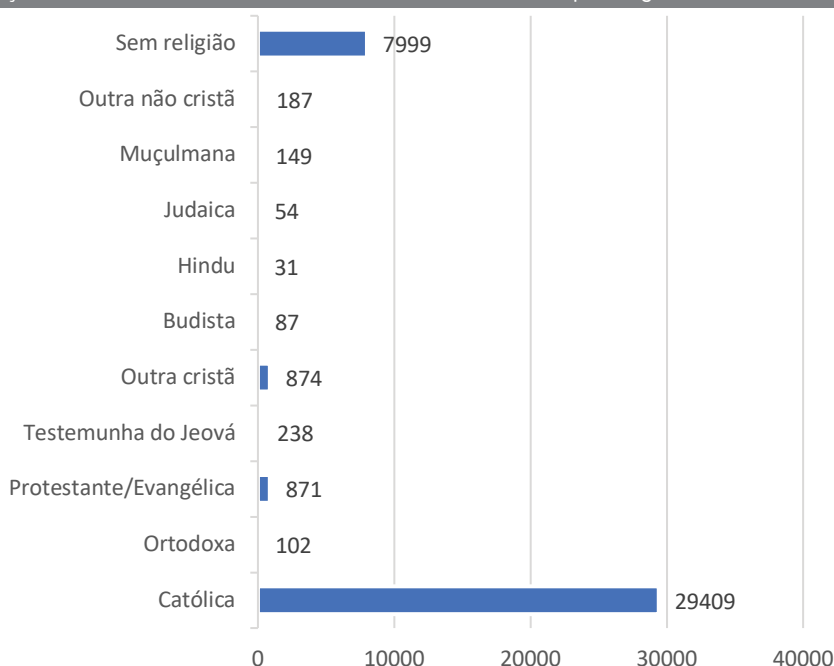


Fonte: INE, Censos 2021

Analisando as nacionalidades segundo os dados dos Censos 2021, 43% dos residentes estrangeiros são oriundos do Brasil, portanto do continente americano. Ainda, 14% são originários de Angola, 5% de Moçambique e 4%

de Cabo Verde. Já os residentes vindos da Europa, partem principalmente de França, representando estes 8% dos habitantes estrangeiros de Paranhos. O Porto segue as mesmas tendências.

Gráfico 20. População residente em Paranhos com 15 e mais anos de idade por religião



Fonte: INE, Censos 2021

Contudo, é possível fazer uma análise mais fina deste fenómeno pela mobilização dos dados disponibilizados pela Junta de Freguesia de Paranhos, relativos ao primeiro trimestre de 2023. A nível geral, sublinha-se a atratividade da freguesia, como anteriormente visto, que se relaciona com o volume elevado de contactos feitos à JF de Paranhos por residentes estrangeiros neste período, sendo que em janeiro se registou o número máximo do trimestre (460). Estes dados apontam para uma imigração recente maioritariamente masculina, ainda que esta discrepância entre os sexos seja mais acentuada no caso dos marroquinos. De facto, se a movimentação para a freguesia é liderada pelos brasileiros, totalizando os 601 residentes nos primeiros três meses do ano a estabelecerem contacto com a JF, os marroquinos, surgem como o segundo maior grupo, totalizando os 97 entre janeiro e março de 2023. Ambos se situam no início dos 30 anos e estão, em média, em Paranhos há menos de 10 meses. Estes fluxos migratórios são, ainda, originários dos PALOP, nomeadamente, Angola e Cabo-Verde, mas também da Argélia, Argentina, Colômbia, Índia, Rússia e Portugal. Por fim, importa destacar que 60% são trabalhadores e 20% estudantes.

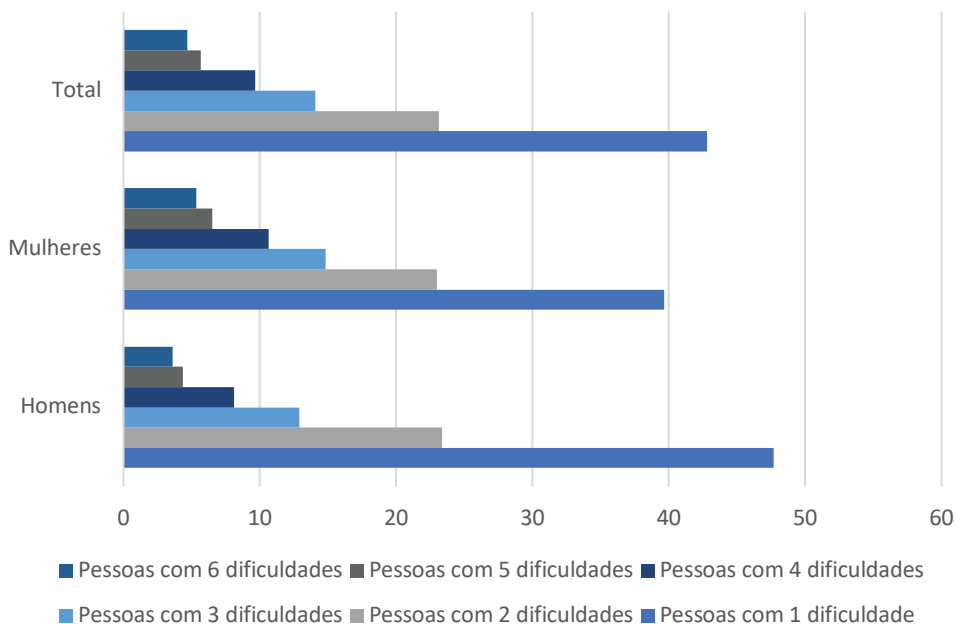
Segundo o Censos 2021, a grande maioria (74%) dos residentes na freguesia de Paranhos afirmam-se católicos e

20% diz não ter religião. No total, residem em Paranhos 508 fregueses de religiões não cristãs, equivalendo a 1,11% da população. Analisando os dados obtidos em 2011, salienta-se uma descida na percentagem de católicos (75% em 2011) e um aumento acentuado da população que afirma não ter religião, passando dos 9% para os 20% como referido. Ainda, sublinha-se o crescimento das religiões não cristãs, tendo-se registado anteriormente em 2011 apenas 0,6% dos residentes identificados neste enquadramento religioso.

d) População com dificuldades

Em Paranhos, a nível geral, a maioria dos residentes afirma ter algum tipo de dificuldade (visual, auditiva, de locomoção/movimento ou ao nível cognitivo). De facto, cerca de 43.18% da população residente (com 5 ou mais anos) tem pelo menos uma dificuldade, uma proporção superior à média municipal (42.34%). Este indicador é importante, uma vez que a existência de algum grau de dificuldade aumenta a vulnerabilidade social e económica das pessoas. Neste sentido, do total de residentes que sentem alguma dificuldade, 43% tem apenas uma dificuldade, 23% tem duas dificuldades, 14% 3 dificuldades e 20% tem 4 ou mais dificuldades.

Gráfico 21. População residente em Paranhos com pelo menos uma dificuldade por sexo (%)



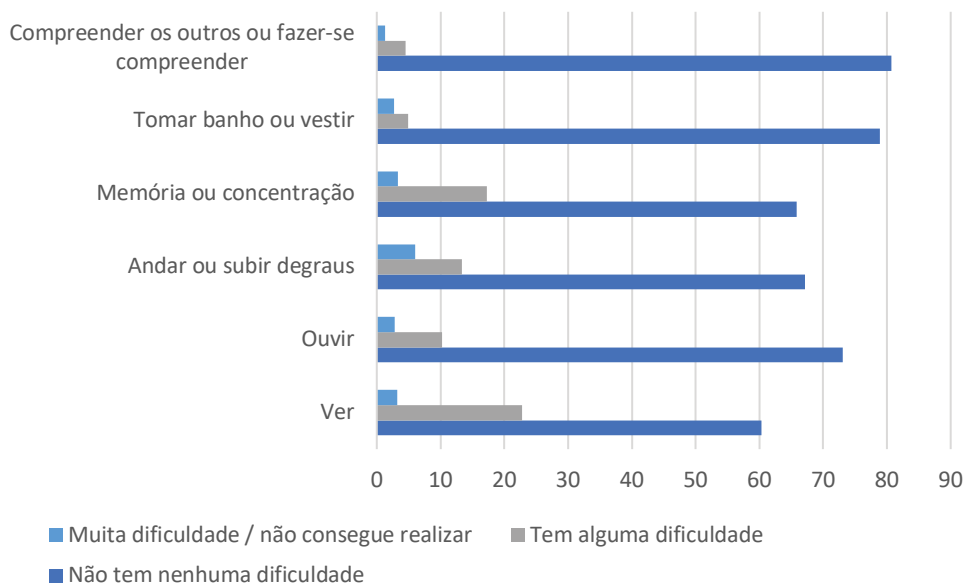
Fonte: INE, Censos 2021

À medida que o número de dificuldades aumenta, diminui naturalmente o número de residentes que se identificam com essa realidade. No entanto, importa sublinhar que é efetivamente na população com múltiplas dificuldades

que é exigida uma maior atenção no acesso a serviços de qualidade, na inclusão social e no combate à pobreza.

Por outro lado, as mulheres são o grupo com mais dificuldades, apresentando, então, maior vulnerabilidade. De

Gráfico 22. Dificuldades da população residente em Paranhos por grau e tipo de dificuldade (%)



Fonte: INE, Censos 2021

facto, as crianças entre os 5 e os 19 anos representam no total cerca de 4% da população com algum grau de dificuldade, sendo que destes 2% são do sexo feminino. Já dos 18 aos 64 anos, a proporção da população residente total com pelo menos 1 dificuldade sobe para os 29,64%, dos quais 17% são mulheres e 13% homens. Mas, tal como seria de esperar, é entre a população mais velha que encontramos maior proporção de pessoas com pelo menos uma dificuldade e um maior peso da população feminina: 44% das pessoas com dificuldade têm 65 ou mais anos, sendo que 28% são do sexo feminino e 16% do sexo masculino.

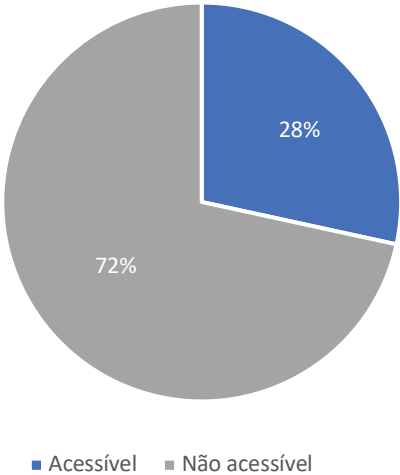
Segundo os dados do gráfico 22 (pág. 40), um número significativo de habitantes da freguesia portuense reconhece em si alguma dificuldade em ver (22,75%) e de memória e concentração (17,22%). Associado ao envelhecimento já percebido quer na área, quer ao nível nacional, andar ou subir degraus surge como a dificuldade que uma maior percentagem (5,98%) de residentes apresenta muita dificuldade ou não consegue realizar de todo, segundo os Censos 2021. Neste sentido, estes dados associados aos

resultados apresentados no Gráfico 23, alertam para o número de pessoas residentes em Paranhos que se encontram isoladas pela dificuldade de acessibilidade das suas casas. Cerca de 72% dos residentes em Paranhos residem em alojamentos sem entrada acessível a cadeira de rodas (gráfico 23). A situação é mais grave na população que não consegue andar ou subir escadas (75%) assim como na população que tem muita dificuldade em executar esta ação (82%). Note-se que 80% dos residentes em Paranhos que apresentam algum grau de dificuldade em andar e subir escadas (seja ele baixo ou elevado) vivem em habitações não acessíveis às cadeiras de rodas, uma proporção superior ao contexto municipal (78%) e nacional (68%).

e) Mercado de trabalho e rendimentos

A taxa de atividade, isto é, o peso da população ativa sob o total da população, ronda os 47% em Paranhos, sendo superior àquele verificado na cidade do Porto, que se situa na ordem dos 46%, como expresso pela tabela 4. No concelho do Porto, apenas a União das freguesias de Cedou-

Gráfico 23. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em Paranhos por entrada acessível a cadeira de rodas (%)



Fonte: INE, Censos 2021

Tabela 4. Taxa de atividade (%) da população residente em Paranhos por sexo

	2011			2021		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Porto	45,17	49,00	41,98	45,78	48,83	43,21
Paranhos	45,43	48,29	43,06	46,83	49,59	43,21

Fonte: INE, Censos 2021

feita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória apresenta uma taxa de atividade superior à de Paranhos. Esta taxa é ligeiramente superior ao contexto nacional (46,58%), no entanto, ao contrário da evolução nacional, onde se verificou uma redução da taxa de atividade na última década, no Porto e em Paranhos encontramos uma variação positiva (+1% e + 3% respetivamente).

do Porto. 3% dos habitantes têm como principal fonte de rendimento o subsídio de desemprego e 2% o rendimento social de inserção (RSI). Ao nível do RSI, Paranhos apresenta uma proporção inferior à do Porto (3%), mas em linha com a maior parte das freguesias da cidade. Em 2023, segundo dados disponibilizados pela Junta de Freguesia, eram 957 agregados que beneficiavam deste

Tabela 5. População ativa e população empregada em Paranhos por sexo			
	Sexo	População ativa	População empregada
Porto	H	51 836	45 867
	M	54 287	47 830
Paranhos	H	10 367	9 151
	M	11 122	9 793

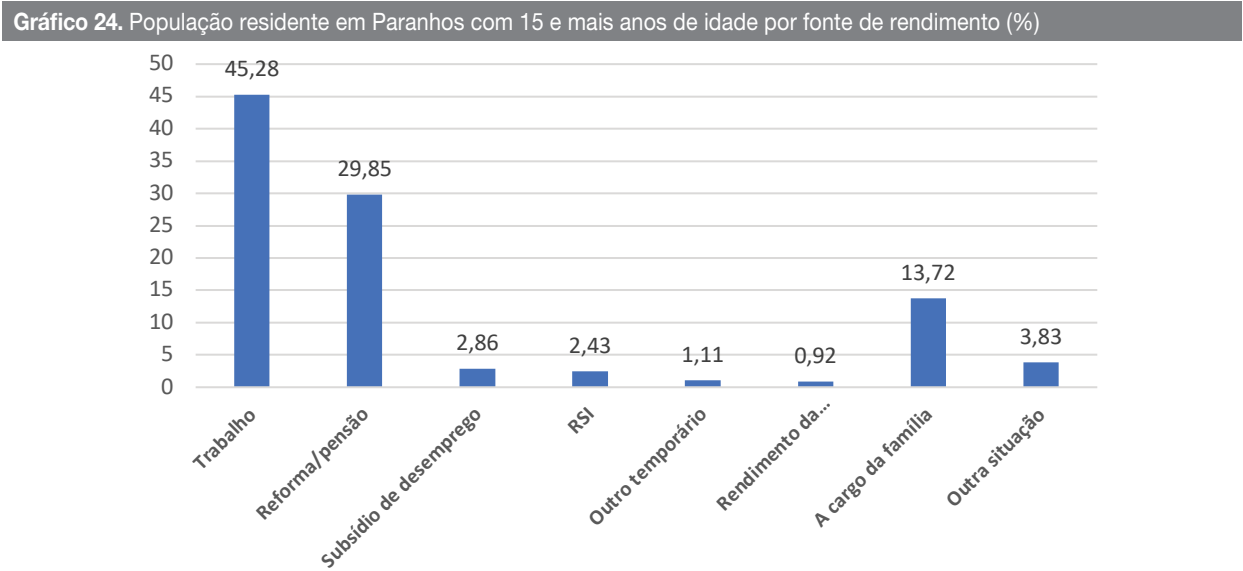
Fonte: INE, censos 2021

Em 2021, a freguesia de Paranhos dispunha de 10 mil homens e 11 mil mulheres ativos para o trabalho, sendo que o número de população empregada se mantinha inferior. Cerca de 88% dos homens e 88% das mulheres ativos da freguesia estavam empregados, tal como se verifica no Porto.

A principal fonte de rendimento dos habitantes de Paranhos é o trabalho, com cerca de 45% a subsistir pelo usufruto deste rendimento, seguido das reformas e pensões (30%), proporções semelhantes ao do município

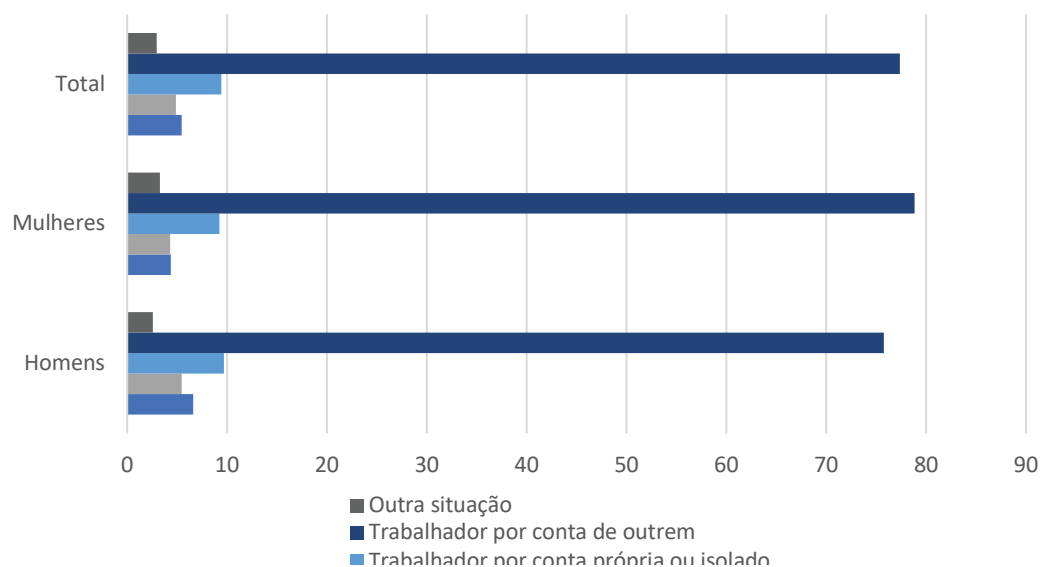
apoio. Analisando a média municipal e as restantes freguesias do município, percebe-se que esta realidade é transversal aos vários territórios. Analisando novamente os dados distritais do Instituto de Segurança Social, do RSI no distrito Porto em outubro de 2023, verificamos que o valor distrital era de 304.28€/mês por família e de 159.55€/mês por pessoa, valores claramente inferiores ao limiar de pobreza.

A maioria dos residentes de Paranhos são trabalhadores por conta de outrem, quer no nível geral (77%), quer ao nível dos sexos (79% das mulheres e 76% dos homens),



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 25. População residente em Paranhos empregada por situação na profissão e por sexo (%)



Fonte: INE, Censos 2021

segundo os Censos 2021. Este é um valor superior ao valor municipal (74%). Por outro lado, importa destacar os trabalhadores por conta própria ou isolados, pela sua vulnerabilidade face ao risco de pobreza. Nesta linha, 10% dos residentes em Paranhos encontravam-se enquadrados nesta situação, menos 2 pontos percentuais que o valor municipal.

casa é uma realidade para 7% desta população a laborar na freguesia onde reside, isto é, em Paranhos. Relativamente aos estudantes, a maioria estudava ou em Paranhos (51%) ou noutra freguesia (35%). As deslocações por parte dos residentes empregados são na sua maioria feitas através de um automóvel ligeiro, enquanto condutores (55,57%), especialmente quando trabalham noutra

Tabela 6. População residente em Paranhos em 2021 segundo a condição perante o trabalho e o local de trabalho ou estudo

Condição perante o trabalho											
Empregada						Estudante					
Em casa	Na freguesia onde reside atualmente	No mesmo município, noutra freguesia	Noutro município	No estrangeiro	Sem local de trabalho ou estudo fixo	Em casa	Na freguesia onde reside atualmente	No mesmo município, noutra freguesia	Noutro município	No estrangeiro	Sem local de trabalho ou estudo fixo
1396	3767	6947	5706	221	907	7	3718	2539	812	38	88

Fonte: INE, censos 2021

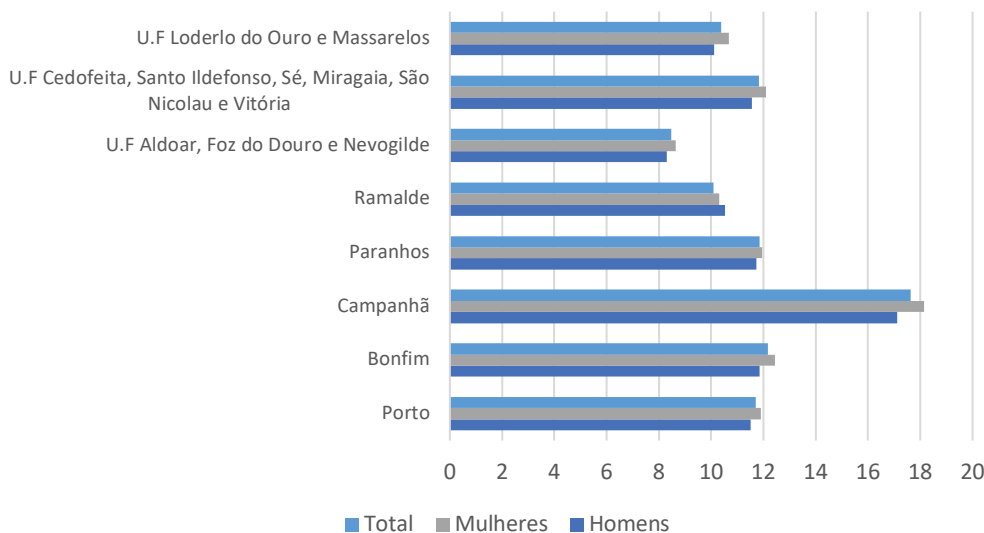
Segundo o último recenseamento à população, em Paranhos, mais da metade dos residentes empregados estavam a trabalhar noutra freguesia dentro do mesmo município, isto é, do Porto ou noutro município (37%) ou a laborar na freguesia onde reside, ou seja, em Paranhos (20%). Ainda assim, encontramos 30% da população empregada da freguesia com necessidade de deslocação para outros municípios. O trabalho efetuado em

freguesia (39,46%) ou noutro município (46,62%). Dos 17% que se deslocam a pé para o trabalho, 68% laboram em Paranhos. Já ao nível dos estudantes, 37% desloca-se a pé para a sua instituição de ensino, sendo que 86% estuda na freguesia e 34% desloca-se de automóvel como passageiro, dado que 48% estuda noutra freguesia. Em ambas as situações os transportes públicos apare-

cem como uma alternativa pouco usada com 13% dos trabalhadores e 17% dos estudantes a usar o autocarro, quando comparado com o recurso aos restantes meios de transporte na localidade. Não obstante, em Paranhos o autocarro é mais utilizado quer por trabalhadores, quer por estudantes do que a nível municipal (12% dos trabalhadores e 8% dos estudantes) e nacional (5% dos trabalhadores e 8% dos estudantes).

representavam 31% dos desempregados em 2021. Estes valores são similares no Porto, com os mais jovens a atingir os 26% e os mais velhos os 30%. De salientar que o último grupo apresenta maior dificuldade em regressar ao mercado de trabalho, estando, assim, em maior risco de pobreza.

Gráfico 26. Taxa de desemprego (%) por local de residência e sexo



Fonte: INE, Censos 2021

O gráfico 26 revela que a taxa de desemprego em Paranhos é das mais elevadas no município do Porto (11,84%), estando bastante próxima dos níveis assumidos na cidade invicta (11,71%), mas claramente superior à taxa nacional (8,13%). Por outro lado, ainda que bastante semelhante, a taxa de desemprego das mulheres é superior em todas as áreas geográficas assinaladas à taxa de desemprego nos homens, sendo, inclusive, muitas vezes mais acentuada que a taxa de desemprego total. Em Paranhos chega aos 11,95% e no Porto aos 11,89%.

Por outro lado, é importante referir a queda da taxa de desemprego desde os Censos 2011 nos dois territórios, passando dos 16,61% ao nível municipal e dos 16,19% em Paranhos.

Em Paranhos os jovens entre os 15 e os 29 anos de idade representavam cerca de 26% da população desempregada, enquanto os residentes com 50 até aos 69 anos

Focando o nível de ensino, quer no Porto, quer em Paranhos os indivíduos com o nível de ensino básico são os mais afetados pelo desemprego (40% nos dois territórios). Em segundo lugar, surgem os indivíduos com o ensino secundário na ordem dos 32% nos dois territórios. De salientar neste ponto, que tanto ao nível da freguesia, como ao nível municipal permanece uma elevada proporção de residentes com ensino superior em situação de desemprego (25,3% no Porto e 26,25% em Paranhos).

Sinal da vulnerabilidade social deste grupo, 31% dos desempregados em Paranhos dependem do subsídio de desemprego como principal fonte de rendimento e 29% do apoio familiar. O mesmo se verifica no Porto (29% e 28% respetivamente). Note-se que dos 35.6 mil beneficiários de prestações de desemprego residentes no distrito do Porto em outubro de 2023, cerca de 45% recebia uma prestação inferior a 501€, ou seja, inferior ao limiar de pobreza.

Tabela 7. Proporção (%) de agregados domésticos privados com todos os indivíduos membros desempregados por local de residência (à data dos Censos 2021)

	2021
Porto	5,04
Bonfim	5,18
Campanhã	7,39
Paranhos	4,96
Ramalde	4,40
U.F. Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	3,53
U.F. Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	5,32
U.F. Lordelo do Ouro e Massarelos	4,53

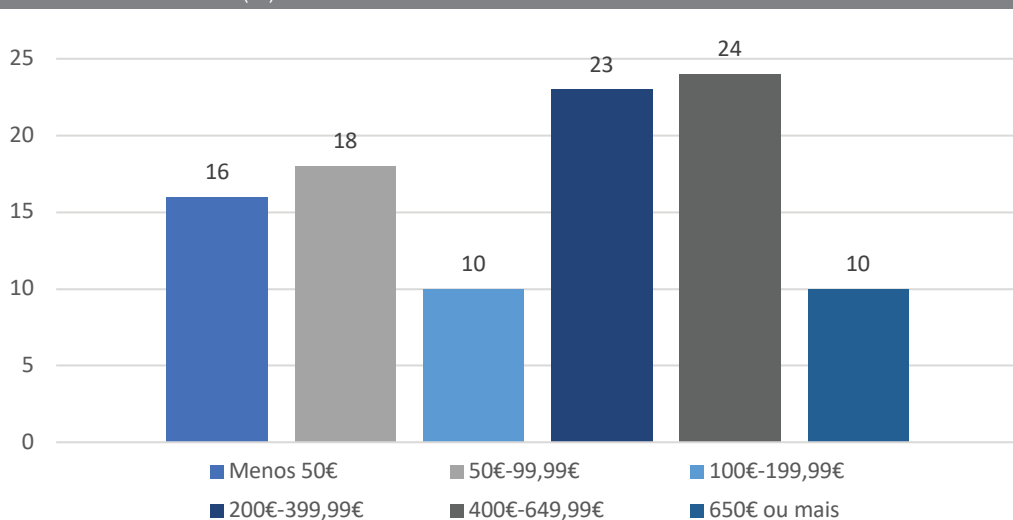
Fonte: INE, Censos 2021

A tabela 7 fornece dados sobre a proporção de agregados domésticos privados com todos os membros desempregados. Neste sentido, Campanhã, a União de Freguesias do centro histórico e Bonfim são os locais onde este indicador atinge os valores mais elevados. Paranhos, por sua vez, encontra-se numa posição central face às sete freguesias do Porto, com uma proporção ligeiramente inferior à cidade do Porto. Por outro lado, quando olhamos para a proporção de núcleos familiares de casais com ambos desempregados esta proporção é de 1,12% em Paranhos, portanto superior à proporção verificada no Porto município 1,07%.

f) Habitação

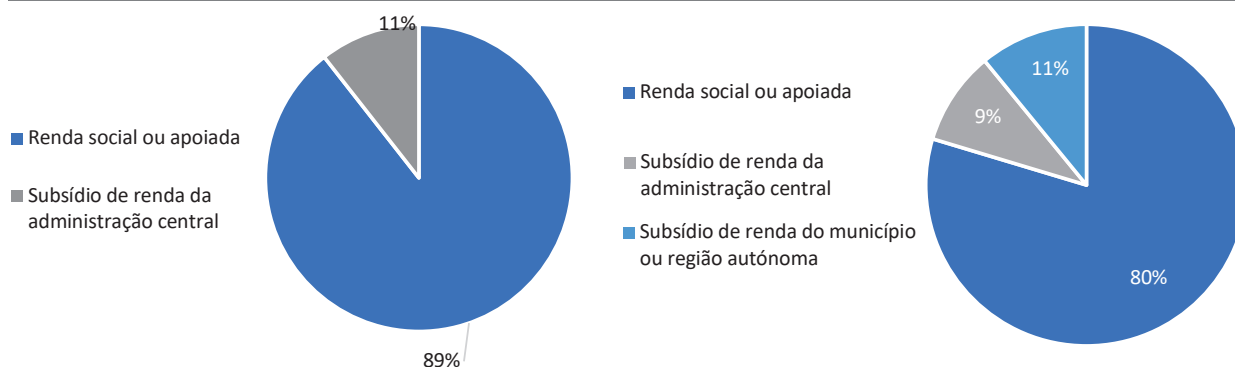
Focando agora os dados obtidos pelos Censos 2021 relativamente à habitação, 24% dos residentes pagam entre 400€ a 649,99€ por mês e 23% entre 200€ e 399,99€ de renda mensalmente. Ainda, importa destacar duas tendências, por um lado a proporção elevada de indivíduos residentes na freguesia a pagar menos de 50€ (16%), o que poderá corresponder a beneficiários de habitação social ou outras situações de precaridade habitacional ou económica e, portanto, num quadro de instabilidade e vulnerabilidade social e económica. Por outro lado, 10% têm encargos de mais de 650€ por mês com a renda da sua

Gráfico 27. População residente em Paranhos nos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por escalão do valor mensal da renda (%)



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 28 e 29. Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual em Paranhos por existência e tipo de apoio ao arrendamento (%)



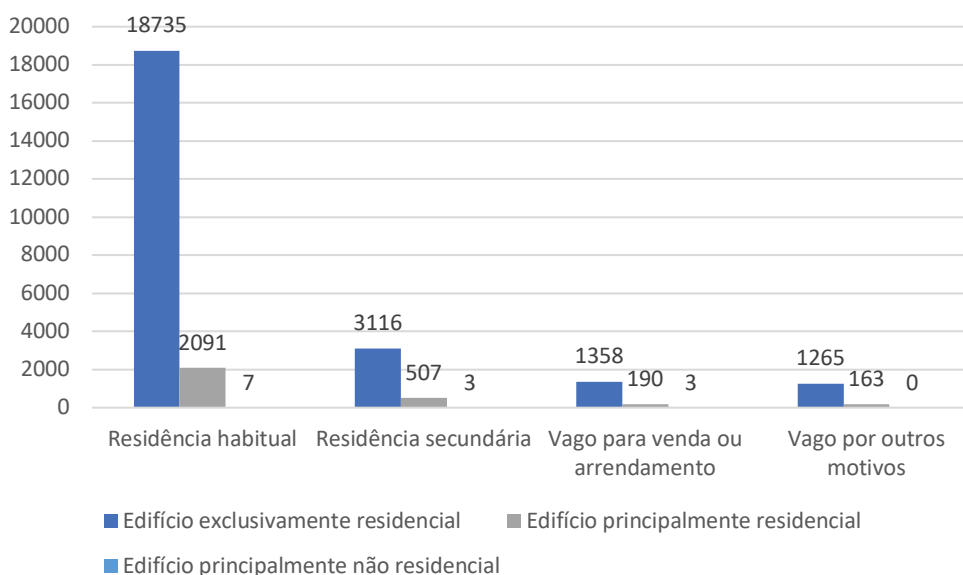
Fonte: INE, Censos 2021

habitação na freguesia. Aqui, importa salientar a evolução da proporção de residentes a pagar tal valor: em 2011, na freguesia, apenas 2% pagavam mais de 650€ de renda. Este indicador sublinha a subida acentuada das rendas e é comprovado pelos dados disponibilizados pelo INE relativamente ao valor mediano das rendas por m² dos alojamentos familiares: em 2017, primeiro ano em que é possível obter esta informação, em Paranhos o m² custava em média 6,67€, tendo subido para os 8,48€ em 2019 e atingindo os 9,49€ em 2022. No Porto a subida foi similar, passando dos 6,77€/m² em 2017 para os 9,98€/m² em 2022.

No mesmo sentido, 85% dos residentes em Paranhos não tem apoio ao arrendamento (gráfico 28). Dos que beneficiam deste apoio, 80% corresponde à renda social ou apoiada (gráfico 29).

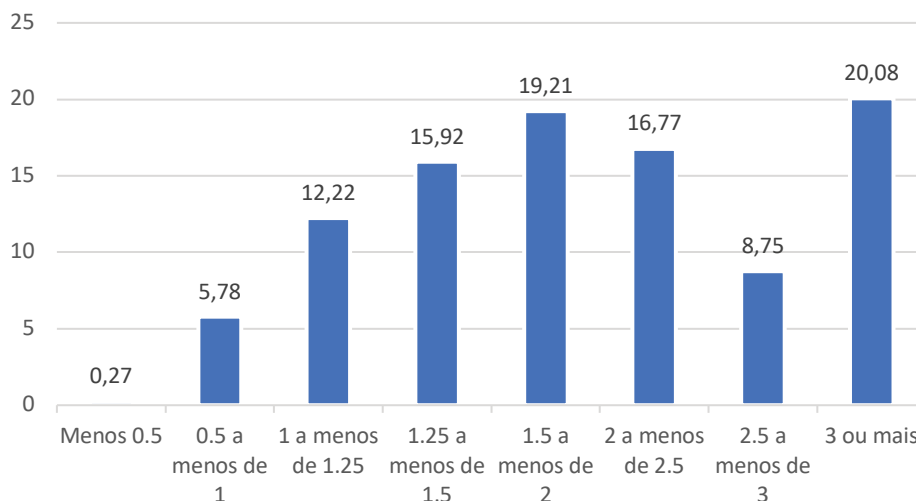
Na freguesia, os alojamentos familiares são maioritariamente residências habituais e exclusivamente residenciais (gráfico 29). Ao nível do escalão de divisões por ocupante, os dados obtidos nos Censos para Paranhos são positivos. Efetivamente, o maior número de respostas (20%) situa-se nas 3 ou mais divisões e nas 1,5 a 2 divisões (19%) por pessoa. O mesmo se verifica a nível municipal.

Gráfico 30. Alojamentos familiares clássicos em Paranhos por forma de ocupação e tipo de utilização



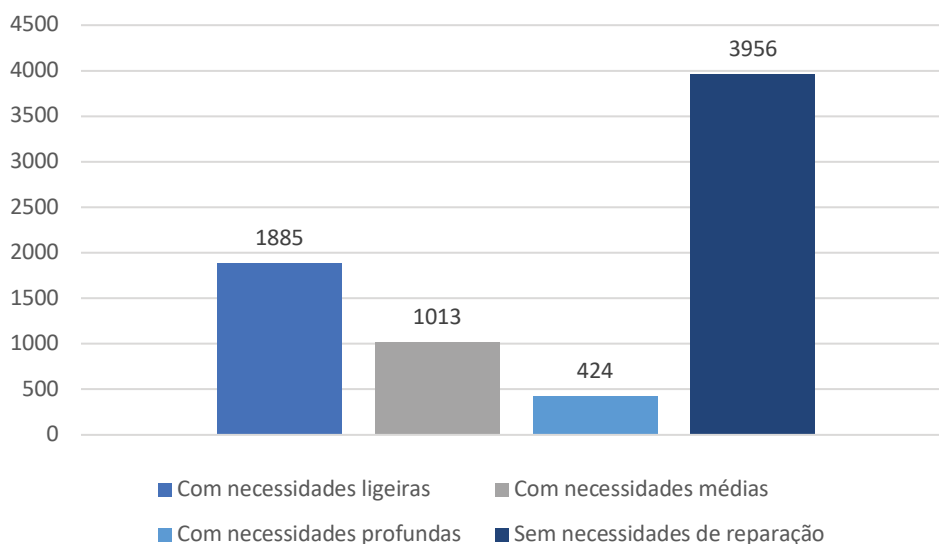
Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 31. População residente em Paranhos nos alojamentos familiares clássicos por escalão de divisões por ocupante



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 32. Edifícios em Paranhos por dimensão da reparação

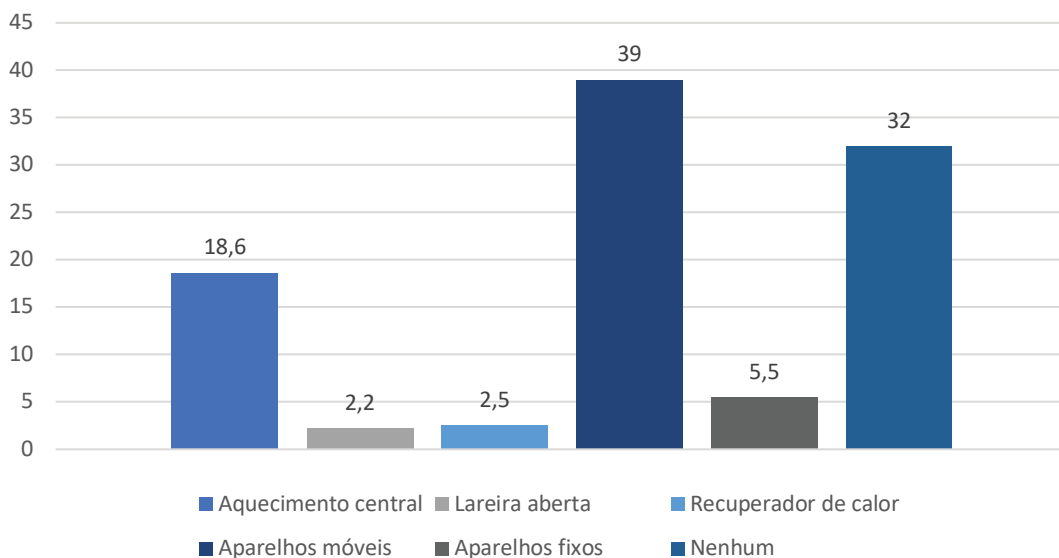


Fonte: INE, Censos 2021

A maioria dos edifícios encontra-se em bom estado de conservação, não necessitando de reparação, como se verifica pelo gráfico 32. Contudo, importa atentar nos 25% de alojamentos que necessitam de reparações ligeiras e nos 20% que têm necessidades médias a profundas de reparação. No Porto, este número é mais baixo, situando-se nos 17%.

Os aparelhos móveis (aquecedores elétricos, a gás, etc.) surgem como o principal tipo de aquecimento (39%) utilizado com frequência pelos residentes na freguesia, sendo que existe uma grande parte que afirma não utilizar nenhuma fonte de aquecimento (32%). Ao nível nacional esta proporção desce para os 30% e municipal para os 31%. Este dado é relevante num contexto de crise energética e num país onde cada vez mais pessoas têm frio

Gráfico 33. População residente em Paranhos nos alojamentos por tipo de aquecimento utilizado com maior frequência (%)

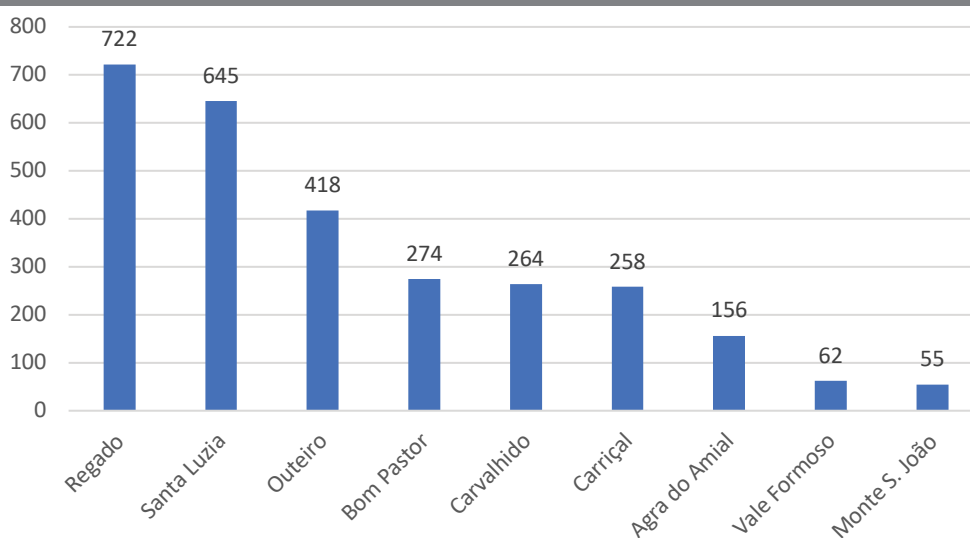


Fonte: INE, Censos 2021

durante o inverno nas suas casas. Efetivamente, em Portugal a pobreza energética é uma realidade cada vez mais presente, sendo que em 2022 o país registou a quarta maior taxa da União Europeia (17,5%) de pessoas que não conseguiram aquecer devidamente as suas casas. Note-se que a média da UE, no mesmo ano, situava-se nos 9,3% segundo o Eurostat.

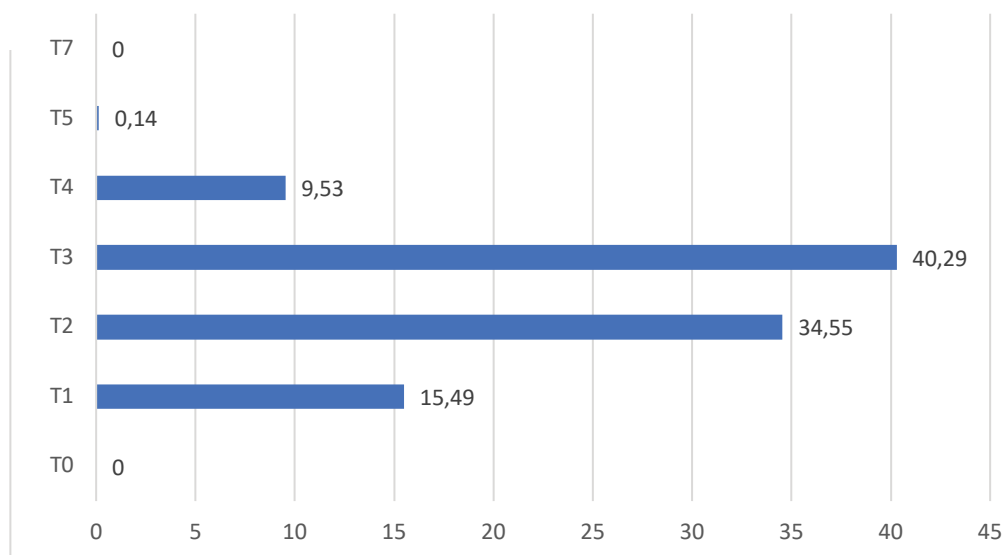
Focando a habitação social, em Paranhos o maior aglomerado de fogos habitacionais está localizado em Regado e Santa Luzia (gráfico 33). Estes são geralmente T3 (40%) ou T2 (35%) (gráfico 35). Assim, Paranhos detém 23% dos fogos habitacionais do município do Porto.

Gráfico 34. Fogos por Conjunto de Habitação Social de Paranhos



Fonte: Domus Social

Gráfico 35. Fogos por tipologia em Paranhos (%)



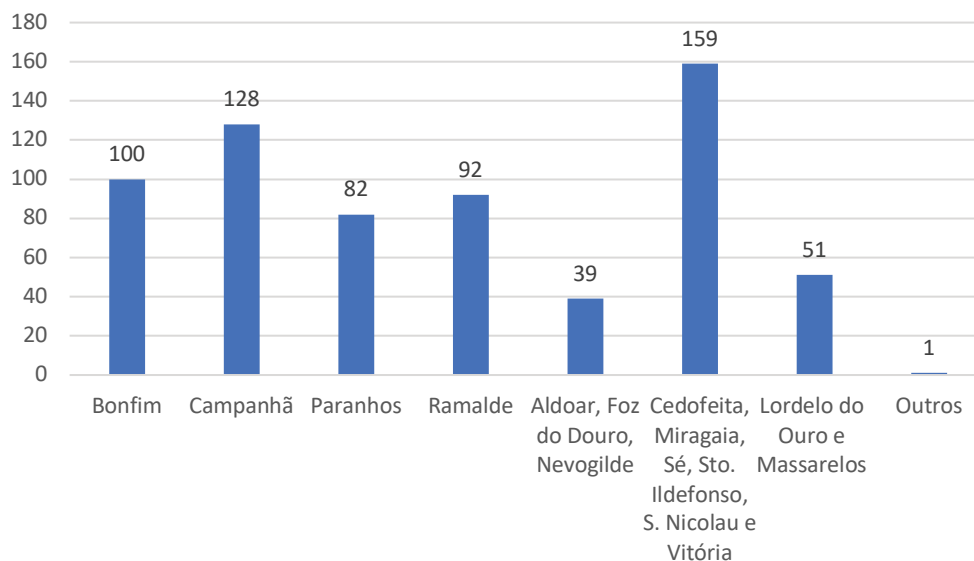
Fonte: Domus Social

Noutro sentido, segundo dados da Domus Social, Paranhos tem ainda 128 ilhas.

Sinal, ainda, de vulnerabilidade social e de risco de pobreza é a necessidade de recorrer a apoios no âmbito de habitação social. Nesta linha, entre 1 de janeiro e 30

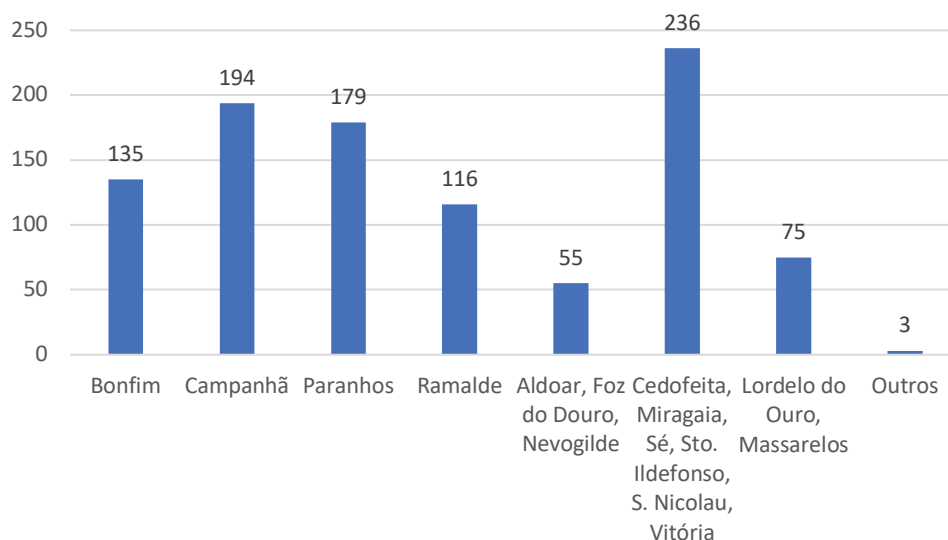
de junho do presente ano, a Domus Social aponta para a existência de 82 pedidos na freguesia de Paranhos (gráfico 36). De notar que, ainda que esta não seja a freguesia com o maior número de pedidos de habitação no município do Porto no período referido, é a terceira freguesia com mais pedidos a aguardar atribuição de habitação (gráfico 37).

Gráfico 36. Pedidos de habitação instruídos de 1 janeiro a 30 de junho de 2023



Fonte: Domus Social

Gráfico 37. Pedidos a aguardar atribuição de habitação em 2023



Fonte: Domus Social

g) Respostas da Junta de Freguesia de Paranhos às principais vulnerabilidades da população

A Junta de Freguesia de Paranhos tem reunido esforços no sentido de colmatar algumas das principais vulnerabilidades sentidas pela população residente na freguesia. O Programa de Emergência Social (PES) visa a participação no pagamento de encargos e despesas imediatas e em 2022 apoiou 120 agregados, sendo 73% do sexo feminino. Este apoio foi procurado, principalmente, em contexto de cessação de outros apoios sociais ou em períodos de espera de prestações sociais e serviu para colmatar despesas em especial ligadas à renda de habitação, de eletricidade e de óculos graduados.

A Loja Social de Paranhos, criada em 2011, oferece uma solução mais direta e específica através da recolha de bens usados e novos, doados quer por particulares, quer por empresas. Novamente, os residentes que mais procuraram este apoio eram do sexo feminino (72%) e geralmente (32%) parte de um agregado composto por duas pessoas. Não obstante, 59% dos homens que recorrem a este apoio constituem agregados unipessoais.

No mesmo sentido, o Movimento Paranhos Zero Desperdício, criado em 2015, visa o aproveitamento de refeições excedentes e funciona em articulação com IPSS,

Universidades, Hospitais e Empresas, apoiando em média 30 agregados por mês que se traduzem em aproximadamente 50 pessoas.

A articulação destes apoios com um acompanhamento social destas famílias é essencial para reforçar a capacidade de ação na integração de pessoas em situação de vulnerabilidade; para prevenir um agravamento das condições de vida que, sem uma resposta imediata, irá dificultar o processo de inclusão social da família; e para uma melhor articulação entre medidas de política pública no sentido de colmatar limitações associadas às condições de acesso e ao tempo de análise dos pedidos de apoio.

Numa resposta mais direta ao envelhecimento acentuado da população, e numa tentativa de combate ao seu isolamento, a Junta oferece Serviço de Teleassistência, em parceria com a Câmara Municipal do Porto. Este serviço está disponível 24 horas por dia e procura apoiar pessoas idosas ou dependentes, com baixos recursos económicos. Assim, com um pequeno dispositivo, é possível prestar cuidado permanente, num serviço totalmente gratuito. Na freguesia, 64 pessoas beneficiam deste apoio, sendo 81% do sexo feminino. Ainda, 55% vive em habitação social e 52% tem filhos. Não obstante, a grande maioria (84%) vive isolado, com uma perceção ligeira a elevada de solidão (92%). A média de

rendimentos destes utentes, ronda os 572€ por mês. Por seu turno, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) prestava apoio a cerca de 205 utentes em 2023.

Por fim, a Junta oferece ainda apoio a nível da saúde oral, pela parceria com a Clínica Pedagógica de Medicina Dentária da Universidade Fernando Pessoa. Assim,

o programa “+ Saúde Oral” possibilita o acesso a procedimentos primários de saúde oral de forma gratuita, tais como extrações, restaurações, desvitalizações e destartarizações. Em 2022, 342 pessoas, parte de 139 agregados beneficiaram deste apoio. Em anexo, é possível encontrar outras respostas disponíveis na Junta de Freguesia de Paranhos.

IV

Breve Retrato da Freguesia

Para concluir, destacam-se alguns pontos que sobressaem na freguesia portuense:

- Paranhos é a terceira freguesia com menor idade média;
- É marcadamente mais jovem do que o Porto, verificando-se um forte peso dos jovens entre os 20 e os 34 anos;
- Aumento da população em 3,6%;
- Subida do índice de renovação da população em idade ativa;
- Redução na ordem dos 34% da taxa de analfabetismo nas mulheres;
- Aumento do número de residentes com o ensino superior;
- Forte aumento de indivíduos estrangeiros a residir na freguesia;
- Taxa de atividade (47%) superior à do Porto (46%), sendo a das mulheres superior à municipal e nacional;
- Descida da taxa de desemprego na ordem dos 27%;
- Existência de várias respostas sociais da JF

Poutro lado, alguns aspetos merecem atenção:

- Agravamento do envelhecimento populacional, que surge relacionado com várias questões que aumentam a vulnerabilidade social;
 - 22,7% com dificuldade em ver, 17,22% com dificuldades de memória e concentração e 5,98% com dificuldade de andar e subir degraus;
- MAS mais de 50% das casas não têm acessibilidade para cadeira de rodas, o que pode resultar em idosos excluídos e isolados;
- Aumento das famílias monoparentais, sendo preponderante o elevado número de mães solteiras, relativamente aos pais solteiros;
- Note-se, o risco de pobreza e exclusão social nas famílias monoparentais é de 35,7% a nível nacional;
- 10% dos residentes de Paranhos não têm qualquer nível de ensino, sendo que 1% está entre os 20 e os 34 anos e 2% entre os 35 e os 49 anos. Isto aumenta a vulnerabilidade social e o risco de pobreza;
- 18% dos residentes têm alguma dificuldade, sendo que 23,15% tem pelo menos 2 dificuldades e 14% pelo menos 3 tipos de dificuldade, o que aumenta a sua vulnerabilidade social;
 - Dos residentes entre os 5 e os 19 anos, 4% tem algum grau de dificuldade, sendo que dos 18 aos 64 anos 29,64% tem pelo menos 1 dificuldade;
- 10% dos homens são trabalhadores por conta própria ou trabalhadores isolados, estando, assim, mais suscetíveis ao risco de pobreza;
- Entre a população desempregada, 26% tinham entre os 15 e os 29 anos, sendo que os detentores do grau correspondente ao ensino básico representavam 40% dos desempregados, número que desce para os 32% no ensino secundário e para os 26% no ensino superior. Os valores permanecem, contudo, elevados e merecem atenção;
- Sinal de vulnerabilidade social é, ainda, o facto de 31% dos desempregados subsistirem com fase no subsídio de desemprego e 29% dependerem do apoio de familiares;

- 16% dos habitantes pagam menos de 50€ mensais de renda, o que estará ligado ao recurso a habitação social e apoios similares e, portanto, demonstra instabilidade social e económica;
- 10% paga mais de 650€ mensais de renda, sendo que há 10 anos, aquando dos últimos censos, apenas 2% da população residente tinha o mesmo encargo;
- 25% das habitações necessitam de reparações ligeiras e 20% de reparações médias a profundas, o que levanta necessidade de atenção, especialmente num cenário de envelhecimento populacional;
- 32% não utiliza fontes de aquecimento, o que se relaciona diretamente com a crise energética e o facto de Portugal apresentar a quarta taxa de pobreza energética (17,5% em 2022) mais alta da UE;
- Ainda, no primeiro semestre de 2023, a Domus Social registou 82 novos pedidos de habitação social, sendo a 3ª freguesia com mais pedidos a aguardar resposta.

V

Paranhos pelos residentes

Este capítulo condensa as principais informações recolhidas numa série de auscultações feitas a diferentes atores socioinstitucionais: duas reuniões, uma primeira com o Executivo da Junta de Freguesia de Paranhos e outra com a Comissão Social de Freguesia; três grupos focais temáticos, decididos com base nos dados apresentados no capítulo anterior (Envelhecimento; Educação/Formação e Qualificações, e Migrações) e um último com um grupo de residentes na freguesia. Os grupos focais temáticos contaram com a participação de profissionais de organizações com intervenção nessas áreas na freguesia de Paranhos. Em todos se pretendeu complementar a análise quantitativa com dados qualitativos mais próximos do quotidiano, que nos fornecesse um conhecimento mais completo e atualizado sobre o território.

Verdadeiros debates e momentos de partilha de experiências, e preocupações, estas reuniões e grupos focais seguiram, mais ou menos, a mesma metodologia: primeiro uma reflexão sobre o território (segundo a temática, quando definida), pensando nos principais públicos afetados pelos problemas sociais em questão e que ferramentas e estratégias de combate às mesmas no terreno as suas instituições apresentam. O final era marcado pela busca conjunta de miniprojectos que possam servir no combate à pobreza e às pautas prioritárias expostas no debate.

a) Envelhecimento

O envelhecimento surge como uma tendência crescente em todo o território nacional, constituindo-se como uma das principais preocupações políticas e sociais da atualidade. As evoluções científicas e os cuidados de saúde têm permitido o aumento da esperança média de vida,

enquanto as baixas taxas de natalidade têm contribuído para uma população envelhecida. A sociedade não preparada para esta nova realidade, vê emergir vários desafios associados a este quadro.

De facto, este tema foi destacado, quer na reunião com o Executivo da Junta de Freguesia, quer na reunião com a Comissão Social de Freguesia. Ainda que os dados quantitativos apontem para uma atração dos jovens, especialmente em idade de frequência do ensino superior, os mesmos mostram que não existe fixação destes residentes, permanecendo assim, Paranhos, uma freguesia envelhecida. O mesmo é afirmado pelos fregueses, que referem existir muitos moradores com 80 e 90 anos.

Nesta linha, um dos principais obstáculos referidos, quer nas reuniões, quer no grupo focal temático, é a saúde destes residentes. Por um lado, a saúde mental, quer sob a forma de doenças como as demências (que surgem em idades cada vez mais precoces), quer sob a forma de transtornos como a depressão e a ansiedade. Isolados, ora porque se encontram em estado de debilidade física para sair de casa, ora porque a fragilidade mental os obriga a recolherem-se, estes idosos vêm a sua qualidade de vida diminuir. Ao mesmo tempo, estão, na generalidade, segundo os testemunhos recolhidos, abandonados pelas suas famílias ou apresentam uma retaguarda familiar insuficiente, que os deixa, frequentemente, entregues à solidariedade dos vizinhos. Assim, a saúde mental e o isolamento funcionam numa relação simbiótica. Por outro lado, ainda que o envelhecimento não seja linear – e vários foram os relatos de idosos de 90 anos em bom estado físico e mental em detrimento de outros com 60 e 70 anos que se tornam dependentes a passos largos –, a saúde física enfraquecida graças ao avançar da idade, coloca

este grupo numa situação de clara vulnerabilidade social e económica. Aqui, refira-se, por exemplo, a falta de acessibilidade da via pública com passeios demasiado altos e inclinados ou até mesmo buracos, que dificultam a mobilidade independente dos idosos, como relatado no FG dos cidadãos.

Assim, o grupo focal constitui-se como um momento produtivo de troca de experiências entre as instituições que trabalham mais diretamente com os idosos de Paranhos. Presentes o Centro de Saúde do Covelo e de Paranhos e os Centros Sociais do Regado (Obra Diocesana), da Areosa e Paroquial do Amial, as vivências cruzam-se: são confrontados com idosos em estados debilitados e abandonados (ou dependentes dos vizinhos); necessitam de um apoio mais completo que ultrapasse a intervenção ao nível da fisioterapia ou higiene, mas que antes lhes ofereça a companhia que muitas vezes não têm.

“[...] é claramente insuficiente ir trocar uma fralda, ou ir entregar a marmita com a alimentação, quando depois estamos a faltar de tudo o resto.” (entrevistado 7, reunião CSF, 22/01/24)

Os fins de semana e as noites, por exemplo, é quando este cenário se agrava. Os idosos sem retaguarda que necessitam de acompanhamento continuado, não o têm. Não há vagas nos lares e as instituições de apoio domiciliário e os centros de dia não têm recursos humanos, materiais e financeiros para resolver esta questão.

No mesmo sentido, os idosos, que cada vez mais cedo se vêm tomados por demências, estão também excluídos de algumas respostas sociais, já que não vão ao encontro dos critérios definidos:

“Não cabem em nenhuma resposta que existe. Quando os utentes idosos estão bem, numa boa retaguarda familiar, nós temos as respostas todas que eles precisam. Temos centro de dia, temos o serviço de apoio domiciliário, que são incansáveis na ajuda destes idosos. [...] Agora o que mais tem aparecido nas consultas são idosos demenciados, os familiares estão desesperados, desesperados.” (entrevistado 1, grupo focal envelhecimento, 8/02/24).

Portanto, por um lado, segundo os intervenientes, existe falta de recursos e burocracias que condicionam o acesso de alguns idosos aos apoios sociais e de saúde. As insti-

tuições afirmam querer fazer mais e ser necessário fazer mais, pelo aumento da procura destes serviços. Os hospitais, na mesma linha, não conseguem garantir a continuidade do acompanhamento e tratamento e contactam constantemente estas entidades na procura de vagas, que não existem. Por outro lado, existem entraves a esta ação. Em primeiro lugar, a falta de uma retaguarda familiar implica um retrocesso naquele que foi o trabalho dos agentes de saúde, especialmente a nível de fisioterapia:

“[...] anda em reabilitação uma utente minha e descia as escadas com o fisioterapeuta do centro de saúde. E tem retaguarda, mas **não tem** retaguarda. E ela descia as escadas e, ahm, acabou esse apoio e ela nunca mais desceu as escadas. A família não assume...” (entrevistado 2, grupo focal envelhecimento, 8/02/24).

Em segundo lugar, este apoio é muitas vezes dificultado pelas condições de acessibilidade das habitações dos utentes. “Presos em 3ºs e 4ºs andares”, como referido no grupo focal, estes idosos não conseguem, muitas vezes, locomover-se pelas escadas e não têm acesso a elevadores ou cadeiras de rodas (como mostraram os dados quantitativos do capítulo anterior). Logo, vêm-se impossibilitados de aceder de forma independente aos centros de dia ou até mesmo a consultas médicas. O apoio domiciliário, já dificultado neste cenário, encontra, ainda, casas pequenas que não permitem a troca por camas mais adequadas à saúde do utente, por exemplo. Mesmo existindo a possibilidade de a Câmara ou a Junta de Freguesia auxiliarem na troca de casa, por vezes não existem T1s disponíveis, tanta é a procura, ou os próprios idosos recusam-se a deixar as suas casas, numa tentativa de preservar o pouco que ainda lhes pertence e traz conforto.

Mas, então, que recursos existem? Quais têm sido as estratégias para auxiliar os idosos e combater a sua posição de vulnerabilidade social e económica? Uma das soluções mais recentes passa pelo Estatuto de Cuidador Informal, contudo, o grupo focal acredita que esta medida não resulta. Apesar de o tópico não ter sido aprofundado, acredita-se que existe falta de preparação e de ressarcimento financeiro, o que leva muitas pessoas a não adotarem este papel quando percebem, efetivamente, o que implica, como referiu um elemento do grupo focal.

Mais, o sistema de armazenamento de dados é obsoleto e não garante a segurança do depósito de dados, já que

é facilmente editável por todos aqueles que a ele têm acesso.

O Executivo da Junta de Freguesia afirma que o caminho passa pelo incentivo ao envelhecimento ativo. Assim, disponibiliza múltiplas atividades:

- Protocolo com ginásio, oferecendo aula de reabilitação física uma vez por semana e aulas de hidroginástica (a cerca de 200 pessoas por semana atualmente);
- Aulas de literacia digital (smartphone) totalmente gratuitas uma vez por semana;
- Tardes dançantes gratuitas;
- Festas temáticas (Carnaval; 25 de Abril; Páscoa, etc.);
- “Pedalar sem idade”, projeto que oferece o acesso a uma bicicleta adquirida pela JF que, inclusive, vai ao domicílio se necessário;
- Passeios mensais (que captam cerca de 300 pessoas) e anual (cerca de 150/180 pessoas);
- Neste verão, organizou, ainda, idas coletivas à praia.

Este trabalho é apreciado pelos fregueses, sendo que um residente reformado aproveitou o grupo focal dos cidadãos para partilhar a sua experiência positiva.

“E já tirei aqui também um curso de computadores, porque eu nem sabia ligar. Já andei na ginástica, aqui também pela Junta. Eu acho que a Junta tem... e quando preciso de renovar a carta, venho aqui à Junta. Quanto uma pessoa precisa, a Junta lá nisso...”
(Entrevistado 3, grupo focal cidadãos, 13/03).

Na freguesia, existem, ainda, outras instituições que procuram dar resposta às necessidades dos residentes mais envelhecidos. Aqui, surgem não só os apoios a nível alimentar, disponibilizados por várias instituições, mas também o trabalho da Associação Compassio, dedicada ao apoio na fase final da vida que apresenta dois projetos. O “Porto Compassivo”, direcionado para o combate à solidão de pessoas com mais de 65 anos, com algum tipo de patologia e que se encontrem num quadro de isolamento. O objetivo é perceber de que apoios o idoso beneficia e a que outros apoios terá direito, procurando a resposta no seio da comunidade. O “AcompanhaARTE” é constituído por uma bolsa de nove artistas (uma palhaça, uma musicoterapeuta, pessoa do teatro, pessoas que fazem biografias, pessoas das artes plásticas...) e leva a arte e a companhia ao domicílio.

Assim, percebemos que Paranhos apresenta algumas respostas para o seu público mais velho ao nível do envelhecimento ativo, medidas que apoiam na prevenção de problemas de saúde física e mental e de redução do isolamento, ainda que não seja possível no âmbito deste projeto proceder a uma avaliação das medidas para verificar a sua eficácia, abrangência ou impacto. Porém, existem obstáculos a nível de recursos (humanos e financeiros), das respostas existentes no território para fazer face aos problemas emergentes do envelhecimento e de abertura dos idosos para que a ajuda lhes seja prestada. Contudo, no capítulo seguinte serão apresentadas algumas ações delineadas pelos intervenientes como pertinentes e necessárias.

b) Educação, Formação e Qualificações

Ao nível da educação o diagnóstico de Paranhos segue, linha geral, as tendências verificadas no Porto e no território nacional, mas um indicador levanta surpresa na reunião com o Executivo da Junta de Freguesia de Paranhos. De facto, a existência de 108 jovens residentes na freguesia sem qualquer nível de ensino segundo dados dos Censos de 2021 foi prontamente referida pelos intervenientes como um dado preocupante. A este fenómeno atribuem a socialização primária como principal explicação: falam de uma dependência de subsídios do Estado, que passa de geração em geração e da ausência de uma cultura de esforço e trabalho. Esta tônica colocada na responsabilidade individual acaba por ser acompanhada por um breve reconhecimento do papel da escola. Refere-se a necessidade de um “encaminhamento socioprofissional” que reconhece as competências de cada jovem e procura potencializá-las com base nas ofertas e necessidades do mercado laboral e nas aptidões e interesses de cada aluno.

Outro problema diagnosticado pelo *Focus Group* da educação foi o impacto do aumento do custo de vida na escola, com o crescimento do número de crianças abrangidas pelo escalão A e o escalão B sendo já atribuído a 50% das crianças. Neste sentido, a quebra do poder económico manifesta-se em claros sinais de pobreza, como a incapacidade de ter uma alimentação completa. Efetivamente, foi relatado a existência de um número considerável de alunos que têm a sua única refeição do dia na escola, à hora do almoço. Os esforços no sentido de

combate desta realidade têm passado, sobretudo, pela disponibilização de pão e fruta gratuitas e, em algumas escolas, da oferta de lanche da manhã e da tarde a todas as crianças. Algumas instituições escolares conseguem, através de parcerias, fazer cabazes semanais com alguns bens alimentares essenciais que entregam às famílias mais carenciadas. Outras, ainda, disponibilizam refeições mesmo durante o período de férias. De notar, que este quadro não só explica o fraco aproveitamento escolar de algumas crianças e adolescentes, que subnutridas não conseguem aprender, como também levanta o véu para uma realidade social marcadamente desigual, onde o risco de pobreza se sedimenta e compromete o sucesso escolar.

“Quando se pergunta aos meninos se querem um pão e têm fome e ninguém tem fome. Então, essa escola decidiu ter o cesto do pão e o cesto da fruta num determinado local onde as crianças podem, tal como em casa, ir buscar um pão... o que acontece é que ao final da tarde não há pão nem há fruta no cesto. Não deitaram fora. As crianças vão buscar...” (Entrevistado 3, Grupo Focal Educação, 20/02).

Este diagnóstico das necessidades dos estudantes, que ultrapassam as dificuldades de aprendizagem, é possível através de um corpo profissional escolar atento, referem os agrupamentos. Estes afirmam contar com um conjunto de profissionais sensibilizado para o reconhecimento de casos de emergência, ainda que a CPCJ afirme que, muitas vezes, os casos chegam a si “demasiado tarde”, em parte graças à falta de proximidade entre os agentes educativos e de apoio às crianças e jovens. Neste sentido, a instituição sublinha que o seu trabalho é também dificultado pelos estereótipos perpetuados sobre aquilo que é a sua ação, causando desconfiança e afastamento por parte das famílias e alunos.

“Eu peço desculpa, mas ainda há professores que dizem “se te portas mal, enviamos-te para a comissão”. [impercetível]. Eu acho que isto é nós recuarmos no tempo. A comissão está aqui para ajudar, para contribuir e para melhorar.” (Entrevistado 1, grupo focal educação, 20/02).

É, principalmente, neste quadro que as instituições reiteram a necessidade de “trabalhar as famílias”, de as sensibilizar, quer no que toca aos cuidados primários dos seus educandos, quer à valorização da escola e da formação.

A este respeito, destacam principalmente as famílias imigrantes. Segundo os agentes escolares, as escolas hoje mais diversificadas são pautadas pela existência de dois perfis distintos de estudantes: os da Europa de Leste, que singram, assim que superam as barreiras linguísticas e os alunos vindos do Brasil e dos PALOP, caracterizados por uma adaptação mais difícil e uma maior resistência à formação. É nos últimos que, segundo os intervenientes do grupo de trabalho sobre a educação, deve incidir mais especificamente as ações de instrução. Aqui, deve-se também referir as frequentes mudanças de escola, de freguesia e até de país que muitas destas crianças imigrantes fazem, o que dificulta a sua estabilidade e a sua motivação para a integração, mas também das escolas, colocando obstáculos à sua atuação.

“Muitas crianças saem do ATL, nós nem somos informados, e depois dizem “ah mudou de escola, foi para outra escola”, fora já do Porto, fora já da freguesia, e qual é o motivo? É que os pais arranjam emprego noutro local. Portanto, essa dificuldade de se fixarem, de cumprir normas, acaba por ser difícil, porque estas crianças não sabem quanto tempo vão estar nesta escola.” (Entrevistado 4, grupo focal educação, 20/02).

É, ainda, percebido que a pandemia e o isolamento das crianças e jovens face à interação com os seus pares e a restante sociedade, tornaram-se terrenos férteis para o comportamento impróprio. Aqui surgem, assim, novos desafios para os agentes de educação e formação e levanta a necessidade de mais formação dos mesmos. De facto, o panorama de pobreza crescente, as dificuldades no aproveitamento escolar e a diversidade do corpo estudantil (em termos de cultura, proveniência e necessidades) requerem sensibilidade dos técnicos e professores.

“É importante que os nossos técnicos de ação educativa, auxiliares, o que quer que seja, estejam preparados para isso. Como lidar com as crianças? Que sinais tenho de ter em conta? O que é importante para a alimentação? Desmistificar a questão, junto com os pais, que são o ponto fundamental, como foi aqui dito, acerca da alimentação... isto também tem de ser trabalhado com os pais. Ações de formação para os pais, para os profissionais das escolas, porque efetivamente alguém que trabalha numa escola hoje... as crianças hoje são diferentes.” (Entrevistado 10, grupo focal educação, 20/02).

Esta transformação sentida no corpo estudantil, mas também a alteração do mercado de trabalho, leva à reflexão sobre o papel da educação e do seu formato. Enquanto a educação não formal ganha terreno no debate sobre a educação, as instituições ouvidas defendem uma formação específica direcionada para os perfis dos alunos. Isto pode contribuir para a diminuição de sentimentos de apatia e de desmotivação face ao estudo, aproveitando o conhecimento dos educandos. Desta feita, o IEFP disponibilizou-se para desenvolver ações várias com os alunos.

“Quando se calhar, se na altura certa, tivessem sido encaminhados como profissão... para uma qualificação mais técnica, para uma tarefa mais executiva, mais de operacional, digamos assim. Se calhar, podia-se ter criado um belíssimo profissional. E isso não aconteceu.” (Entrevistado 1, reunião com o executivo, 9/01).

“É preciso realmente com estes jovens, a par das escolas, trabalhar desta forma e arranjar soluções e metodologias alternativas. Eu sei que temos as formalidades, o sistema, está implementado com regras: há as avaliações, há os instrumentos de avaliações. Pronto, e há coisas que não se podem ultrapassar, mas as equipas pedagógicas, eu acho que têm liberdade nisso” (Entrevistado 10, grupo focal educação, 20/02).

A nível de formação de adultos, o grupo de trabalho debruçou-se sobre os imigrantes que, quando não conseguem equivalências, têm de seguir por RVCC.

c) Migrações

As migrações surgem, talvez, como um dos principais temas nas reuniões realizadas com o Executivo e com a CSF. Realidade também transversal a todo o território nacional, já os dados quantitativos acima descritos apontam para uma evolução significativa a este nível em Paranhos, confirmando-se o aumento, principalmente, de paquistaneses, indianos, brasileiros e cabo-verdianos, segundo os interlocutores.

Esta transformação social tem sido percebida pelas várias instituições do terreno na sua atuação. Afirmam que,

desde logo, os novos residentes procuram ajuda junto das várias entidades – recorrem à JF¹, ao centro de saúde e às múltiplas instituições que dão auxílio a nível alimentar e habitacional, sendo que pedem, muitas vezes, roupa e emprego. De facto, o número de pedidos de cabazes alimentares tem vindo a aumentar em Portugal desde a pandemia e graças ao aumento do custo de vida, mas é sobretudo ao nível dos imigrantes que, na freguesia de Paranhos, se percebe um maior crescimento.

“Embora nós tenhamos as sacadas semanais, que é à sexta-feira, com produtos que nos são doados pelos supermercados e que nós distribuímos à sexta-feira... quando nós tínhamos cerca de 60, 70, 80 pessoas, nós agora temos cerca de 200, 230 já com os imigrantes que vêm por esses bens essenciais.” (entrevistado 5, CSF, 22/01).

Estes novos residentes partem dos seus países à procura de novas oportunidades e melhores condições de vida, mas são confrontados com múltiplas dificuldades, sendo, assim “[...] os novos pobres”. (entrevistado 10, CSF). Num país em que a crise habitacional está instalada e os nacionais encontram dificuldades na procura de um lar, os imigrantes vivem cenários de exploração e deficiência de condições dignas. As rendas são altas e é exigido 2 ou 3 meses adiantados, logo à partida. Face aos preços altos, não é raro os casos de quartos partilhados por até 9 pessoas a dormir em 3 beliches. Famílias completas a partilhar casas com desconhecidos com uma casa de banho para todos:

“Casais como os brasileiros têm 2 filhos, um filho, e temo-nos deparado com algumas situações que são péssimas porque estão em quartos com crianças, com casas de banho para todos, cozinha partilhada e isso traz alguns problemas. (entrevistado 4, CSF, 22/01).

Há, inclusive, rumores de uma habitação onde o colchão é alugado à hora, dando para três pessoas por dia. A este respeito as instituições encontram-se num dilema. Raras vezes encontram soluções acessíveis, como relatou a Cruz Vermelha, mas na maioria dos casos isso não é possível e os dilemas morais levantam-se:

“Mas nós não podemos. Nós temos que pensar que eles estão melhor na rua do que ali. Elas na rua, pelo

¹ _ A Junta de Freguesia afirma que do seu atendimento diário cerca de 95% são estrangeiros.

menos não estão a ser aproveitadas. É preferível viver na rua do que viver assim.” (entrevistado 1, grupo focal migrações, 20/02).

Neste sentido, o Executivo afirma reportar às autoridades as casas onde vivem pessoas nestas situações indignas e acrescenta que este aglomerado de imigrantes em espaços confinados, tendo livre acesso a álcool, resulta em frequentes conflitos, o que gera um sentimento de inseguranças nos residentes nacionais.

“Acho que há muita gente que começa a olhar para os fluxos migratórios com uma postura de desconfiança. Muito, no meu ponto de vista, muito também derivado da diferença cultural das pessoas que nós estamos a receber.” (entrevistada 1, reunião com o executivo, dia x).

“Eu não me refiro a isso. Eu refiro-me é a, por exemplo, eu ouço isto várias vezes nos supermercados: ‘eu vou votar Chega porque estou farto desta estranheirada’”. (entrevistado 2, reunião com o executivo, 9/01).

As escolas são outro local onde esta diversidade crescente é mais visível. Múltiplas línguas ocupam os lugares nas salas de aulas, colocando em evidência os diferentes sistemas de ensino, assim como os modelos distintos de educação parental e padrões sociais culturais. O Executivo defende que crianças vindas da Ucrânia ou Rússia têm um ótimo aproveitamento escolar que contrasta com alguns alunos portugueses, como visto no subcapítulo anterior.

Mas este acesso à educação nem sempre é fácil, ainda que constitua um direito de todas as crianças. Nas várias partilhas feitas quer no *Focus Group* das Migrações e no *Focus Group* com Cidadãos há relatos de situações complexas em que as escolas colocam entraves pela falta de documentos, incluindo título de residência. O cenário é de imprevisibilidade e de subjetividade na forma como a legislação é interpretada e implementada: há escolas que facilitam o acesso, outras não. Ao nível das creches, para além desta dificuldade, surge a falta de vagas, especialmente quando os imigrantes chegam a Portugal após o período normal das inscrições. Assim, muitas mães imigrantes abdicam de trabalhar para ficar a cuidar dos filhos, o que agrava a situação económica precária do agregado. Ao nível daqueles que embarcam para Portugal para ingressar no ensino superior, as condições não

são mais fáceis. Residem de igual forma em casas sobrelotadas e encontram-se sem retaguarda familiar. Muitas vezes, recebem uma bolsa de estudos paga pelo seu país de origem que só cobre as despesas do 1º mês e permanecem desamparados, sem que as universidades se responsabilizem ou auxiliem. Detentores unicamente de um visto de estudante, veem-se excluídos dos restantes apoios sociais que permitiriam diminuir os efeitos desta exclusão social e económica.

Esta imprevisibilidade no acesso aos serviços também é sentida ao nível da saúde. Sendo um dos principais locais onde os imigrantes recorrem, assim que chegam ao país, nem sempre veem os seus direitos cumpridos. Aqui estão também dependentes da solicitude dos funcionários dos centros de saúde. Uma das intervenientes do grupo focal das migrações relata como um imigrante, após ter sido vítima de um ataque e ter sido cuidado no hospital São João, já não conseguiu o mesmo apoio no Centro de Saúde, ainda que este lhe fosse devido. Os participantes acreditam que, por um lado, existe “má vontade”, por outro, há desconhecimento dos direitos dos imigrantes. Neste acesso é importante, ainda, ter em conta o fator económico. Sem título de residência ou isenção, a consulta aberta tem um custo de 35€, o que poderá estar fora do alcance de muitos imigrantes.

A inexistência de um título de residência, que demora, por vezes, entre 1 e 2 anos, trava o acesso a outros apoios económicos disponibilizados pela segurança social, câmara e pela ação social. As instituições vão conseguindo auxiliar, graças ao suporte dos voluntários e Igreja, mas esta ação circunscreve-se a um âmbito assistencialista. Por outras palavras, traduz-se em apoios pontuais no pagamento de rendas, oferta de roupas, medicação e alimentação, assim como apoio na procura de habitação e emprego. A verdade é que as entidades locais são contactadas pelos imigrantes cada vez mais cedo, afirmando que, já se verificaram situações em que este pedido de ajuda é feito ainda antes da sua chegada a Portugal. Este fenómeno pode ser explicado pelas redes de apoio entre imigrantes que se têm criado, que possibilita a rápida difusão de informação e dos passos que cada um deve dar no seu processo de imigração. Contudo, este parece ser também terreno fértil para atitudes mais hostis, associadas ao processo longo de integração, que começam a ser sentidas no atendimento.

A atuação no terreno destas instituições confere-lhes uma proximidade importante na triagem de problemas e necessidades. Destarte, acredita-se que existam redes de tráfico, ligadas a este volume significativo de imigrantes a chegar a Portugal. Sentem o controlo de terceiros nos momentos de atendimento e de primeiro contacto de ajuda.

“Eu tenho sempre atenção a isso. Quando vêm 2 pessoas, quem é que traz o passaporte. Se é o que precisa do documento, se é outro fulano. É uma coisa que eu tenho sempre muita atenção.” (Entrevistado 6, grupo focal migrações, 20/02).

Ainda que este seja um claro sinal de alerta e que urja intervenção no sentido de proteção dos imigrantes, a falta de acesso das entidades à SEA² (Serviço de Estrangeiros e Asilo) e à AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), deixa-os sem espaço para ação, por falta de formação e de conhecimento sobre como proceder, não reunindo, nesta fase, todas as provas para garantir a existência de tráfico. O certo, é que as situações se agravam e aumenta o número de pessoas em situações de risco.

De forma mais superficial, foi sublinhado o aumento de pessoas em situação de sem abrigo, neste caso, imigrantes sem teto e sem emprego e o estado debilitado de saúde mental dos mesmos. Este deve-se a um longo percurso de saída do seu país de origem e à luta constante por uma vida digna. Foi partilhado no grupo focal a existência de instituições, incluindo faculdades, que disponibilizam o atendimento psicológico de forma acessível e até gratuita, por vezes.

Mas existem ainda outros perfis de imigrantes que requerem atenção. Por um lado, os refugiados; por outro, os imigrantes que já cá residem há um tempo considerável e têm garantido alguns aspetos básicos da sua vida. Os primeiros constituem uma verdadeira exceção ao cenário que foi descrito até ao momento neste subcapítulo. Partem dos seus países com todo o processo de integração garantido e não enfrentam entraves burocráticos aquando da sua chegada. Relatou-se, no entanto, que no caso dos Ucrânianos que foram acolhidos em casas de famílias no momento do despoletar da guerra, o Governo esqueceu-se dos mesmos e das famílias portuguesas, não garantido um caminho a longo prazo.

“Entretanto, o Estado faz aquela grande campanha “acolham ucranianos”, mas depois esqueceram-se que os ucranianos ficaram lá a viver. Portanto, e as famílias queriam ver-se “livres”, entre aspas. Foi isso que aconteceu. Eu tinha famílias a ligar para cá.” (Entrevistado 3, grupo focal migrações, 20/02).

Por outro lado, aqueles que há mais tempo residem no país ou pelo menos que se encontram a trabalhar, com habitação para morar e com os filhos na escola ainda enfrentam desafios. Relembrem, no FG dos cidadãos, a dificuldade de ultrapassar burocracias, vendo cada documento que conseguem ser recusado e nunca visto como válido ou suficiente. Sublinham as dificuldades de subsistir quando se recebe o salário mínimo (820€), se paga uma renda de 600€ e se é mãe solteira. Não têm médico de família, a escola não auxilia e as portas são constantemente fechadas. A solidão é imensa e contar dinheiro é rotina. Aqui discute-se a necessidade de as instituições não olharem só o indivíduo como grupo, mas como pessoa. Ter regras, claro, que permitam o bom funcionamento das suas funções e que garantam a igualdade de todos perante as respostas sociais, mas que também prevejam exceções que permitam auxiliar famílias particularmente vulneráveis.

“Taxa de esforço? Eu vivo sem dinheiro para comprar remédio para o meu filho. Olha que doideira. Porque o Domus é uma coisa que é feita para o macro, entende? Porque obviamente eu estou comprometendo mais que 30% do meu salário, eu entendo, mas como é que eles acham que eu não conseguiria pagar 250? [...] E é isso, a gente bate na parede e eu continuo pagando 600€ de aluguer sem dinheiro para fazer nada e tenho apartamento que eu poderia estar pagando muito menos lá.” (Entrevistado 2, grupo focal cidadãos, dia 13/03).

d) A voz de Paranhos: residentes e instituições locais

O grupo de trabalho com os cidadãos constituiu um momento fulcral deste trabalho. As instituições e organizações estão no terreno e conhecem-no bem, sabem a realidade social que se vive e os obstáculos ao apoio dos residentes excluídos e em situação (ou vias de) pobreza.

² _ Antigo SEF.

Não obstante, o relato em primeira mão carrega em si uma força insubstituível. No geral, estes contributos estão já condensados nos três subpontos acima expostos, uma vez que, também na vivência da população, a educação, o envelhecimento e as migrações, com tudo o que englobam, são temáticas prioritárias. Os desafios de mães monoparentais imigrantes, face a um mercado habitacional inflacionado e um serviço nacional de saúde incapaz de fazer face à procura, foram importantes partilhas, assim como o relato de um reformado que beneficia dos vários projetos da Junta, pensados para o envelhecimento ativo, que, simultaneamente, auxilia como voluntário os seus pares que se encontram abandonados pela família. Outras preocupações mais específicas foram partilhadas: o estado degradado da via pública que surge como um problema real numa freguesia envelhecida e com dificuldades de mobilidade associados ao envelhecimento.

Sublinhado foi, assim, a importância do papel da Junta de Freguesia como mediador e quase confidente dos residentes, como veremos no capítulo seguinte.

Antes de terminar o projeto, definiu-se um momento, em conjunto com a JF, aberto à comunidade, pensado para uma nova partilha do “Pensar Paranhos!” e dos dados já recolhidos até ao momento, incluindo destes grupos de trabalho. O objetivo? Continuar a garantir o carácter participativo que pautou este projeto e a representação daquelas que são as necessidades do terreno. Deste momento sublinha-se a valorização dada pela comunidade ao projeto, explicitando a necessidade de investigações deste âmbito: atualizadas, localizadas e participadas. O trabalho em rede foi novamente defendido como importante motor na superação de obstáculos encontrados no terreno pela ação social.

O que pode ser feito?
Desenho de microprojectos

Este capítulo surge como uma das paragens mais importantes deste roteiro pela pobreza em Paranhos. Sendo um dos principais objetivos, procurou-se desenhar e definir possíveis miniprojectos em conjunto com os vários intervenientes que possam ser desenvolvidos futuramente.

Ao nível do envelhecimento, o debate demonstrou que dois projetos anteriormente criados pela Segurança Social e que, entretanto, foram descontinuados merecem ser renovados. Ainda que não tenha sido desenvolvido pelos intervenientes no que consistiam propriamente estes projetos, sabemos que um deles assentava na existência de um grupo de cuidadores voluntários e outro numa seleção de famílias de acolhimento. Este último, note-se, ainda que funcionasse bem no geral, existiam casos de irregularidades e condições de insalubridade.

Nesta linha, o grupo defendeu como principal solução a criação de uma bolsa de voluntários com a devida formação e acompanhamento por parte das instituições locais, que permitissem a criação de pontes entre estes e os utentes idosos. Isto permitiria uma integração mais fluida e ultrapassar medos e desconfianças por parte dos idosos.

Relativamente à educação, a principal solução encontrada reside no estabelecimento de parcerias entre as múltiplas instituições (agrupamentos de escolas, IEF e CPCJ), criando formações, quer para os professores, quer para os estudantes.

O grupo focal das migrações destacou a importância do trabalho em rede, de resto também sentido nos restantes grupos focais, e no quão importante seria fomentar uma relação próxima (até à data inexistente) com a SEA e a AIMA. Esta relação, porém, deve também ser estabelecida

entre instituições locais daí que tenha surgido como projeto futuro a implementação do MIAGC (Modelo Integrado de Acompanhamento e Gestão de Casos). Este modelo consiste na realização de reuniões online a cada quinze dias com a duração entre 1 hora e 1 hora e meia. O objetivo é reunir 4/5 entidades, das áreas de intervenção mais pertinentes para o enquadramento da ação, e juntas pensar em caminhos possíveis para a resolução de situações concretas e complexas. No fundo, sistematizar o percurso que já se iniciou nos grupos focais, dado que em certos casos foram encontradas possíveis soluções para frustrações e obstáculos que algumas instituições partilhavam no momento da recolha de dados. Parece-nos, assim, que esta metodologia seria pertinente para qualquer uma das instituições que foram entrevistadas, quer das migrações, mas também da educação e do envelhecimento. O trabalho em rede mostrou-se, ao longo deste percurso pelo “Pensar Paranhos”, valioso, como veremos no último capítulo.

Por fim, os cidadãos permitiram pensar em futuras pistas de intervenção bastante diretas e focadas para as suas necessidades. Por um lado, ficou a carência de um espaço de partilha, um quase grupo de autoajuda, que permitiria trocar experiências e refletir conjuntamente em ferramentas de superação de problemas.

Por outro lado, a criação de um “balcão único”, que também foi referido no grupo focal das migrações, que condensasse num só local as informações principais, relativamente a burocracias, por exemplo, que permitisse evitar algumas contradições e impasses que são causados pela dispersão e falta de informação.

Ainda, adotando uma prática já realizada na Freguesia do Bonfim, ficou a ideia de criar convívios comunitários num

processo de tomada do espaço público: o objetivo é fechar algumas ruas estratégicas e organizar atividades transversais às várias faixas etárias, estimulando a apropriação das

ruas, mas também a sedimentação dos laços entre residentes de Paranhos. Esta medida contribuiria para o bem-estar geral e o combate ao isolamento e solidão.

Tabela 8. Miniprojectos cocriados com a comunidade

Projeto: Bolsa de Cuidadores/Voluntários para idosos

Necessidade identificada: Falta de acompanhamento continuado (noite e dia), especialmente aos fins de semana; Necessidade de acompanhamento para lá da intervenção a nível de higiene e cuidados de saúde; Isolamento e solidão

Objetivo: Colmatar as limitações de recursos humanos e a falta de vagas das instituições; combater o isolamento e solidão dos idosos, permitir o envelhecimento ativo e evitar a institucionalização

Metodologia e atividades: Assistência médica e geriatria; acompanhamento a consultas e transporte para o lar/centro de dia; assistência na tomada de medicação; atividades lúdicas e de promoção da sociabilidade (como passeios, por exemplo)

Identificação de aspetos de sucesso: Formação e acompanhamento frequente dos voluntários; envolvimento das instituições de contacto do idoso para garantir confiança no voluntário e assegurar o cumprimento das suas funções; articulação institucional para a identificação de respostas que possam ser desenvolvidas no âmbito do voluntariado (ex. Articulação com teatros ou cinemas para angariação de bilhetes gratuitos para espetáculos onde o idoso seja acompanhado pelo voluntário)

Parceiros: instituições locais, centros de saúde, universidades

Financiamento: Fundação La Caixa, Fundação Calouste Gulbenkian, BPI Solidário

Projeto: Adoção do Modelo Integrado de Acompanhamento e Gestão de Casos (MIAGC) na freguesia – esta é uma resposta que já existe

Necessidade identificada: Falta de informação e de trabalho em rede; dificuldade em resolver casos complexos

Objetivo: Fomentar o trabalho em rede e a partilha de conhecimento/informação; auxiliar as instituições a resolver os obstáculos diários na sua prestação de serviços

Metodologia e atividades: Reuniões online quinzenalmente com um grupo de trabalho a definir, conforme a pertinência. Solicitação de autorização para a adoção da metodologia na freguesia e pela JF

Identificação de aspetos de sucesso: Formação por parte da JF numa primeira fase, até as entidades estarem capacitadas para mobilizar o modelo de forma independente. Garantir a existência de um dinamizador responsável que durante os primeiros anos deverá ser um elemento da JF. Identificar de forma clara o âmbito de intervenção pretendido para poder identificar as organizações que devem ser convidadas para este grupo de trabalho. Este âmbito de intervenção poderá ser um público-alvo (ex. Imigrantes, etc.), uma área (saúde mental, educação, envelhecimento ativo) ou um tipo de resposta social (ex. Apoio alimentar, RSI). Iniciar com um grupo piloto podendo posteriormente alargar para outras áreas/temáticas.

Parceiros: entidades públicas e IPSS da freguesia

Financiamento: este projeto requer apenas a disponibilização de recursos humanos das instituições parceiras

Projeto: Grupos de Apoio (autoajuda)

Necessidade identificada: Sentimento de solidão; necessidade de convívio/desabafo, especialmente da população imigrantes;

Objetivo: Criar espaços de partilha entre os residentes que partilham uma problemática ou uma característica comum; promoção do bem-estar da população e de relações de entreajuda

Metodologia e atividades: Criar um grupo de apoio (autoajuda) que partilhem uma problemática. Este grupo deve reunir com uma periodicidade definida, deve ter um dinamizador responsável pela gestão do grupo e o seu funcionamento deverá ser balizado por um código de ética que permita definir claramente os limites de atuação do grupo, o anonimato e a confidencialidade do que é debatido no grupo, assim como outras normas de conduta necessárias para o bom funcionamento do grupo. Será necessário definir em conjunto com os participantes a periodicidade do encontro, garantindo o espaço e um ambiente informal e seguro.

Identificação de aspetos de sucesso: Cedência de espaço e moderação para garantir o bom-funcionamento, a segurança e o conforto de todos; especialista em psicologia para moderar e auxiliar no processamento de sentimentos; deve ser criado um código de ética ou normas de funcionamento do grupo; deve ser acautelada a capacidade de comunicação de todos os participantes numa língua comum (português, inglês ou francês) ou garantir a existência de um tradutor para migrantes que não falem português.

Parceiros: Universidades, Instituições locais

Financiamento: Esta iniciativa poderá contar com os recursos de uma Universidade em relação a cedência de um profissional da área da psicologia, psicoterapia e com um RH da Junta de Freguesia no sentido da facilitação.

Projeto: Balcão Único

Necessidade identificada: Desconhecimento de leis, regras e burocracias; Dispersão e contradição nas informações apresentadas pelos vários serviços

Objetivo: Reunir num espaço único funcionários informados para o auxílio dos residentes aos vários níveis (questões de habitação, apoio social, saúde, etc.)

Metodologia e atividades: Atendimento presencial aos residentes da freguesia

Identificação de aspetos de sucesso: menos burocracia, maior proximidade aos serviços da Junta de Freguesia, maior conhecimento dos problemas sociais dos fregueses.

Parceiros: Centros de Saúde, Agrupamentos de Escolas, Camara Municipal do Porto, serviços ligados á Imigração.

Projeto: Viver Paranhos

Necessidade identificada: Isolamento e solidão; Falta de momentos de convívio; conhecimento da Freguesia

Objetivo: Fomentar o convívio entre moradores de Paranhos independentemente da sua idade; apropriação do espaço público

Metodologia e atividades: Selecionar a/s rua/s a fechar, criando um espaço adequado para o lazer e o convívio dos fregueses; garantir mesas e cadeiras; organizar jogos e atividades em grupo, quer físicas (dança; espaço para andar de bicicleta/patins), quer quer mentais (damas; xadrez).

Identificação de aspetos de sucesso: Garantir a segurança e atividades lúdicas e interessantes; assegurar a divulgação do evento; garantir a sua continuidade ao longo de várias semanas ou meses (ex. de maio a setembro); garantir as licenças necessárias a utilização do espaço público; garantir a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.

Parceiros: CMP, PSP, coletividades culturais e desportivas

Financiamento: JFP e CMP

Projeto: Formações pais/professores/técnicos

Necessidade identificada: Dificuldades no trabalho com as crianças e jovens; necessidade de profissionais com conhecimento e sensibilidade para trabalhar com as crianças e jovens; mudanças sociais e culturais que exigem adaptação nas metodologias de trabalho com crianças e jovens

Objetivo: Capacitar os profissionais que trabalham com crianças e jovens para o diagnóstico de situações de alerta (comportamental, familiar, alimentação), assim como para a sensibilidade necessária no trabalho diário

Metodologia e atividades: Formações temáticas disponibilizadas pelo IEFP em colaboração com os agrupamentos de escolas e a CPCJ, segundo as necessidades dos mesmos

Identificação de aspetos de sucesso: Parceria entre escolas, CPCJ e IEFP, Fio do Ariana

Projeto: Reuniões esporádicas com os moradores

Necessidade identificada: Necessidade de relação mais próxima com a JF; necessidade de um ponto de contacto, de 1 instituição capaz de intervir na defesa das necessidades e direitos dos residentes

Objetivo: Garantir que as necessidades e obstáculos diários dos moradores são ouvidos e que chegam às entidades competentes, quando a JF não dispõe dos meios para solucionar os problemas

Metodologia e atividades: Organizar reuniões com periodicidade a definir, similares à Comissão Social de Freguesia, que permitam dar espaço aos moradores para relatarem os seus problemas, tais como no acesso a serviços ou estado de degradação da via pública

Identificação de aspetos de sucesso: Garante da periodicidade das reuniões; divulgação forte; espaço informal que estimule o diálogo aberto e a partilha sem receios

Projeto: Balcão virtual/aplicação móvel

Necessidade identificada: Necessidade de relação mais próxima com a JF; necessidade de um ponto de contacto, de 1 instituição capaz de intervir na defesa das necessidades e direitos dos residentes

Objetivo: Fomentar a proximidade entre a JF e os moradores; garantir que as necessidades e obstáculos diários dos moradores são ouvidos e que chegam às entidades competentes, quando a JF não dispõe dos meios para solucionar os problemas

Metodologia e atividades: Criar um balcão virtual no site da JF ou nas redes sociais ou uma aplicação para que os fregueses consigam relatar os seus problemas, incluindo fazer o upload de fotografias ou documentos que expliquem as suas necessidades

Identificação de aspetos de sucesso: Acessibilidade e simplicidade de navegação no site/aplicação; gratuidade da aplicação; formação para a utilização dos fregueses;

Financiamento: parceria com a Faculdade de Engenharia da UP para o desenvolvimento da aplicação informática.

Contributos dos Peritos

1. O desafio do envelhecimento precário na agenda da intervenção local comunitária: algumas notas para reflexão

Alexandra Lopes
Universidade do Porto

Parece ser hoje consensual que um domínio importante de intervenção em matéria de política pública local passa pela salvaguarda das condições que permitam a plena participação dos mais velhos na comunidade, não só reconhecendo o seu valor e o que acrescentam a esta, mas também o seu direito à experiência de uma cidadania plena que não seja constrangida pela idade ou por eventos e condições que a idade de alguma forma potencie. Isso convoca-nos, antes de mais, a refletir sobre como se envelhece e como se vive a e na velhice.

Na discussão sobre como se envelhece e como se vive a velhice, nas suas mais diversas dimensões, têm sido dominantes duas molduras conceptuais principais. Por um lado, a moldura do **curso de vida**, que coloca o desenvolvimento individual e familiar em contextos sociais e históricos e procura compreender os múltiplos fatores que moldam a vida das pessoas desde o nascimento até à morte. Por exemplo, nos estudos sobre pobreza e privação na velhice é amplamente reconhecido que, para compreender plenamente as condições de vida na idade avançada, é necessário situá-las no âmbito de todo o curso de vida socialmente construído, no qual os riscos e os recursos são distribuídos de forma desigual e através do qual as desigualdades estruturais existentes moldam a experiência vivida da velhice.

Por outro lado, temos a moldura teórica da **interseccionalidade**, que olha para os indivíduos como seres que incorporam simultaneamente múltiplas características ou identidades sociais, como o género, a raça, a etnia, a idade e a posição socioeconómica ou de classe social. Neste quadro conceptual parte-se da ideia de que os subgrupos estão posicionados de forma diferente na hierarquia social e, por conseguinte, têm poder, recursos e oportunidades de vida diferenciados. Nos estudos sobre o envelhecimento, este quadro analítico desafiou a heterogeneidade do envelhecimento, contribuindo para a compreensão das relações de poder em relação à idade e às múltiplas e diversas localizações sociais.

Justifica-se, julgo, neste momento, e para este momento particular de debate, abraçar uma proposta teórica complementar, que avança com o conceito de **velhice precária** ou de **envelhecimento precário**, muito na senda do trabalho recente de autores como Chris Phillipson e Amanda Grenier¹. Trata-se de uma proposta que oferece uma perspetiva aliada e complementar das anteriores e que nos convida, sobretudo, a olhar para a experiência e a vivência do envelhecimento como uma experiência localizada no tempo e no espaço, mas sobretudo para a forma como as mudanças sociais que ocorrem em cada momento e local, como as decisões políticas de cada momento e em cada local, concorrem para a criação e sustentação de riscos e vulnerabilidades que marcam experiências de uma velhice precária. Por velhice precária entendemos a experiência vivida de se sentir incerto, inseguro e/ou vulnerável num ou mais domínios da vida na idade avançada e em face do processo de envelhecimento.

¹ _ Grenier, A., & Phillipson, C. (Eds.). (2020). Precarity and ageing: Understanding insecurity and risk in later life.

Gostaria, neste texto, de chamar o conceito de velhice precária para enquadrar a discussão de três temas mais concretos, que elegi por entender serem provavelmente mais interessantes para um enquadramento geral do tema específico que nos congrega e que nos leva a olhar para a realidade do envelhecimento num território específico, o território da freguesia de Paranhos. Assim, gostaria de olhar, brevemente, para o lugar das pessoas idosas na sociedade, para o que significa ser mais velho nas sociedades contemporâneas; para a idade nos lugares e para a precariedade através e no espaço; e finalmente para a insegurança económica.

O lugar das pessoas mais velhas na sociedade

Anunciava-se, recentemente, nos canais de comunicação social, a publicação de um estudo² sobre literacia digital entre os mais velhos em Portugal. Era então lançado um alerta para o risco de ter os mais velhos a ficar para trás, a ficarem excluídos da transição digital em curso. Porquê este exemplo? Porque vejo aqui um exemplo de algo que todos os estudos indicam ser muito prevalente entre os mais velhos nas sociedades contemporâneas: o sentimento de não pertença – *I don't belong*.

Os dados do Inquérito à Qualidade de Vida do *Eurofound 2016* indicavam que, em Portugal, 1 em cada 10 indivíduos com 65+ anos sentia-se posto de lado pela sociedade³. Entre aqueles com 80 ou mais anos, esse sentimento era assinalado por 1 em cada 5 indivíduos. Talvez aqui possamos retomar o conceito de vinculação descrito por Bowlby, já bem velhinho mas que julgo pode ser útil – Bowlby definia vinculação como uma ligação duradoura entre seres humanos que sustenta familiaridade e relacionamentos sociais. Bowlby observou as relações sociais e defendia que os comportamentos de vinculação decorrem de uma necessidade inata que todos os seres humanos têm de segurança e proteção, que é necessária para o bem-estar físico, psicológico, social e emocional (Carragher e Ryan, 2020)⁴. E isto é particularmente relevante para os adultos mais velhos, dado o maior potencial de

separação, perda e vulnerabilidade associadas ao envelhecimento.

Ora, a questão é se as nossas comunidades são promotoras dessa ligação fundamental ou se, pelo contrário, encerram dinâmicas que concorrem para um risco acrescido, ou pelo menos uma perceção de ameaça acrescida, para os mais velhos. Por exemplo, de acordo com dados do Eurostat, em 2019, 1 em cada 5 pessoas com 75+ anos apresentava sintomas de depressão. A taxa de suicídio entre as pessoas com 65+ anos nesse ano foi, em Portugal, o triplo da registada entre pessoas com menos de 65 anos (cerca de 18 em 100 000)⁵. Ou, por exemplo, resultados do Inquérito Europeu de Saúde, indicavam que mais de 12% dos portugueses com 75+ anos não tinham tido, no ano anterior, nenhum contacto com familiares ou amigos⁶.

Onde eu quero chegar é ao significado de envelhecer e ser mais velho nas sociedades contemporâneas, onde o risco de desvinculação, de desligamento, das redes de proximidade e dos diferentes sistemas sociais é elevado e fonte de ansiedade e insegurança, logo, de precariedade. Colocando as coisas de forma mais simples: o que sentem as pessoas face à perspetiva de envelhecer nas suas comunidades? Que ideias associamos ao envelhecimento?

Envelhecer e ser velho na sociedade contemporânea é, para muitos, uma experiência precária porque confronta o indivíduo com um não lugar, com um sentimento de que já não se pertence, já não se faz parte, de que já não se consegue acompanhar o ritmo.

E isto leva-me ao segundo tema que queria discutir desde esta perspetiva do envelhecimento precário: o lugar das pessoas mais velhas não já no sentido simbólico, mas o lugar em sentido mais material.

O envelhecimento no lugar

Há um consenso alargado sobre o modelo do *ageing in place* como o ideal para conciliar questões de sustentabi-

² _ Notícia publicada no Observador (último acesso a 26 de julho de 2024)

³ _ Cálculos da autora.

⁴ _ Carragher, L., & Ryan, C. (2020). Dying to belong: The importance of familiarity in later life. *Gerontology and Geriatric Medicine*, 6, 2333721420941976.

⁵ _ Fonte: Mental health statistics, Eurostat

⁶ _ Cálculos da autora.

lidade económico-financeira com questões de bem-estar e felicidade. Multiplicam-se os planos estratégicos para a promoção do envelhecimento ativo e saudável e em todos vemos a apologia de que o objetivo deve ser criar condições para que as pessoas possam permanecer nas suas comunidades, à medida que envelhecem, evitando-se ruturas espaciais e mudanças de lugar que são disruptivas e desempoderadoras.

Ora também aqui é preciso um olhar crítico capaz de identificar os riscos e desafios que o envelhecimento no lugar implica para muitos, identificando aspetos que, longe de promoverem bem-estar e qualidade de vida, podem reforçar vulnerabilidades e funcionar como fatores de precariedade na vida avançada.

Começando por um olhar mais macro, para o lugar físico da comunidade onde se envelhece, é importante perceber como algumas tendências recentes para o recuo do Estado em diferentes domínios têm afetado alguns territórios de forma mais marcante, territórios que são também aqueles onde há uma presença proporcionalmente maior de pessoas mais velhas. Por exemplo, encerramento de unidades de saúde, unidades de saúde sem profissionais de saúde, encerramento de postos de correio, diminuição da cobertura de redes de transportes. À luz de um argumento de sustentabilidade dos serviços e de eficiência no uso de recursos públicos, assistimos a uma dinâmica de precarização de lugares, o que coloca desafios acrescidos aos mais velhos. Isto é muito visível nos territórios rurais, mas os espaços urbanos têm também evoluído de formas que se traduzem, para muitas pessoas mais velhas, em insegurança e precariedade. O exemplo da reconfiguração e turistificação dos centros históricos das grandes cidades oferece matéria para discussão da falácia do envelhecimento na comunidade se não houver um *mainstreaming* do envelhecimento em todos os domínios de política pública. A especulação imobiliária, as alterações legislativas em relação a regras de arrendamento, o recuo de serviços públicos e de comércio tradicional de proximidade, tornam o espaço físico da comunidade um espaço hostil e, sobretudo, onde o futuro é perspectivado como incerto.

Outro tema importante neste âmbito do envelhecimento na comunidade tem que ver com as políticas para a habitação e para o conforto habitacional. O conforto habita-

cional é uma das medidas de qualidade de vida que nos permite aferir da capacidade de fazer face a problemas que se agravam ao longo do tempo. Quando a habitação não é confortável e adaptada, ou acessível, bem isolada, vários problemas tendem a intensificar-se. Temas que têm tido alguma visibilidade incluem a pobreza energética, mas também os entraves a uma vivência autónoma, indispensável à garantia da não institucionalização das pessoas, quer por inadaptação e falta de condições do local onde se vive – e que pode acarretar doenças –, quer por acidentes provocados por casas que não foram pensadas para acompanhar o ciclo de vida e se transformam em fontes de perigo ao longo dos anos.

Sobre a pobreza energética, sabemos que a definição a situa numa forma distinta de pobreza e que tem “uma série de consequências adversas para a saúde e o bem-estar das pessoas — com doenças respiratórias e cardíacas e saúde mental, exacerbadas devido às baixas temperaturas e ao stress associados a contas de energia inacessíveis” como bem explica o Observatório de pobreza energética da UE⁷. Da definição de conforto habitacional do Eurostat sabemos que a existência de algumas deficiências habitacionais, como sejam infiltrações e humidades, ou ainda fraco isolamento de janelas e portas, confluem para um mau conforto habitacional. Em 2020, o Eurostat dava conta de que cerca de 30% das pessoas com 65+ anos que vivem sozinhas assinalavam a presença de, pelo menos, uma destas condições de deterioração na sua habitação. Já se nos focarmos na pobreza energética e na ineficácia de acesso a isolamento térmico, segundo dados do Observatório Europeu da Pobreza Energética, Portugal ocupa o 5º lugar como país onde é mais difícil o acesso a energia para manter o conforto térmico habitacional. Tendo em conta os rendimentos disponíveis de largos segmentos da população mais velha, estas terão ainda mais dificuldade em garantir a adaptação às condições materiais que necessitam para viver com o mínimo de conforto e sem que as condições habitacionais agravem o seu estado de saúde.

A experiência de envelhecer num lugar precário torna-se ela própria uma experiência precária. E sem que os próprios consigam ter capacidade para inverter o quadro de precariedade.

⁷ _ Consultar aqui: <https://energy-poverty.ec.europa.eu/>

E já começo a entrar no último tema que gostaria de trazer à discussão: o tema da insegurança económica.

Insegurança económica

O último tema que gostaria de abordar nesta minha apresentação tem a ver com uma dimensão de precariedade no envelhecimento que passa pela dimensão económico-financeira. O tema da pobreza na velhice é um tema já muito discutido e não é exatamente sobre isso que queria falar. Sabemos que as taxas de pobreza entre os mais velhos, em alguns países, são muito elevadas e persistem elevadas. A questão que eu gostaria de colocar tem a ver com a eficácia, ou falta de eficácia, de políticas e programas públicos na criação de resiliência financeira que viabilize uma vivência do processo de envelhecimento com qualidade. No fundo, a questão que estará em análise é a questão de saber se o rendimento de que as pessoas dispõem é adequado ou não para garantir uma vivência segura do processo de envelhecimento. Aliás, a segurança económica faz mesmo parte de uma série de índices de envelhecimento saudável e com qualidade. A perceção de insegurança financeira, nomeadamente em contexto de rendimentos disponíveis mais modestos tem impactos em vários domínios da vida, condicionando escolhas no plano dos consumos. Esta perceção de risco financeiro pode ser agravada quando se combina com a perceção de insuficiência no plano da satisfação de necessidades decorrentes do envelhecimento.

Uma fonte de grande preocupação para os mais velhos tem a ver com o acesso a cuidados de saúde e a medicamentos. O peso crescente que estes tendem a ter à medida que se avança na velhice cria precariedade, nomeadamente pela insuficiência de recursos para suprir todas as necessidades. Políticas de acesso e financiamento de cuidados de saúde são particularmente impactantes na idade mais avançada. Algumas áreas em particular revelam a dimensão da precariedade de que estamos a falar. Em Portugal, por exemplo, a saúde oral está praticamente ausente da cobertura pública de serviços de saúde. Ora, a deterioração da dentição faz parte, para muitos, do processo físico de envelhecimento. Se não houver acesso a cuidados de saúde oral adequados, por exemplo a próteses e outros produtos promotores da boa saúde oral, a insuficiência de recursos económicos próprios irá precarizar de forma acentuada a vivência quotidiana, por exemplo no campo da nutrição.

Por outro lado, em contexto de escassez de recursos económico-financeiros, em que as necessidades se multiplicam e entram em concorrência, os indivíduos vêem-se na contingência de ter de ajustar consumos, poupando nuns domínios para poder suportar outros. A alimentação é uma das dimensões mais rapidamente afetadas em contexto de escassez de recursos económico-financeiros, seja pela redução de consumos, seja por escolhas mais baratas que comprometem muitas vezes a qualidade da alimentação.

Outro tema que gera grande insegurança entre os mais velhos é o do acesso a cuidados de longa duração em face do risco de doença ou fragilidade que comprometam a independência para as atividades da vida diária. A fraca cobertura de cuidados, com um desencontro grande entre procura e oferta, confronta muitas pessoas com o medo de não ter «quem cuide de si» se a necessidade vier a surgir. Alternativas no mercado são inacessíveis para a maior parte das pessoas. O resultado é, muitas vezes, uma vivência extraordinariamente precária de uma velhice com dependência, com apoios mínimos e de baixa qualidade, onde a perceção de dignidade fica largamente comprometida.

Em suma:

O convite é que olhemos para as realidades locais, nos seus níveis mais micro, e discutamos os modos de vivência da experiência do envelhecimento marcados por incerteza, por insegurança e por vulnerabilidade produzidas por mudanças nas relações económicas, sociais e culturais globais, bem como pelas escolhas e decisões tomadas sobre como gerir e responder a essas mudanças. O convite é para que olhemos para a insegurança, para os riscos indesejados da vida contemporânea como elementos que condicionam as experiências de como cada um envelhece e vive os vários domínios da sua vida, que para alguns acabam por se traduzir em experiências de vulnerabilidade e precariedade acentuadas. E que pensemos as intervenções locais à luz não só da mitigação desses fatores de precariedade, mas que antecipemos os riscos que podem emergir das intervenções que temos em matéria de política pública local, que podem gerar externalidades que acentuam a precariedade de alguns grupos, mesmo que beneficiem outros.

2. Pessoas migrantes na Freguesia de Paranhos: um olhar sobre as realidades e desafios emergentes

Joana Topa⁸

Os processos migratórios são tão antigos como a própria humanidade (IOM, 2024). Ao longo da história, as pessoas migraram em busca de uma vida melhor, para fugir de conflitos ou em busca de segurança, ou simplesmente para encontrar novas oportunidades para si e para os seus familiares. Na atualidade, a chamada Era das Migrações (Castles & Miller, 2009; Haas et al., 2020) revela um aumento dos movimentos migratórios e da mobilidade de pessoas, que tem sido inequivocamente crescente.

O agravamento das desigualdades económicas, das assimetrias demográficas e do declínio populacional, com a escassez de população e mão de obra qualificada e não qualificada, desastres ambientais, guerras e conflitos armados, populações deslocadas, mudanças tecnológicas no mundo e novas dinâmicas das economias e novas profissões a nível global têm sido os principais impulsores para novas vagas migratórias, de cariz mais temporário ou de longa duração.

Portugal surge como um país atrativo, não só pela sua localização geográfica, mas também por ser visto como um país em claro crescimento económico, o que simboliza oportunidades em termos laborais, melhoria das condições de vida, sociais, de segurança, políticas como também culturais.

A cidade do Porto, tem emergido como um importante centro urbano e económico no país, atraindo desta forma pessoas migrantes de diferentes geografias mundiais.

Quando analisamos os dados do relatório PENSAR PARANHOS (Santos et al., 2024) realizado pela Junta de Freguesia de Paranhos em colaboração com a EAPN Portugal é curioso verificar que a principal motivação para a imigração para Paranhos foi por “Outro motivo” que lidera com 24,9%. Diria que seria muito interessante e muito importante perceber quais são estas outras motivações que sustentam estes fluxos migratórios. Segue-se a educação e formação (22,93%), onde o polo universi-

tário, de elevada qualidade, contribui para o aumento do número de estudantes internacionais que vivem na freguesia. O trabalho é o quinto motivo mais apontado (12,1%), com uma diferença significativa entre os sexos: é o quarto motivo para os homens (15,8%) e o sexto para as mulheres (8,6%). A reunificação familiar parece ser um grande motivador para as mulheres (13,7%).

Esta mobilidade humana, tem não só contribuído para o aumento da diversidade étnica e cultural como tem trazido implicações significativas na dinâmica social, económica e cultural da região e da freguesia em particular.

Segundo os dados do último relatório dos indicadores de integração de imigrantes (Oliveira, 2023) e do último relatório estatístico do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2023) o número de pessoas migrantes não só tem vindo a aumentar, como a diversidade de pessoas com distintas nacionalidades tem sido cada vez mais expressiva, correspondendo a 10% da população residente em Portugal. Esta diversidade é notória também na Freguesia de Paranhos, sendo a maioria dos residentes provenientes de países africanos, seguida de cidadãos/ãs da América do Sul e da Europa (e.g., França).

Outro aspeto que surge no relatório de forma muito evidente é a expressividade do número de mulheres que residem na freguesia, percebendo-se claramente que Portugal assiste a uma feminização da migração com mulheres de várias idades e proveniências a virem de forma autónoma ou por reunificação familiar para Portugal e onde a sua presença, contributo e necessidades não pode ser negligenciada. As dificuldades de integração e inclusão das mulheres imigrantes são bastante destacadas pela literatura nacional e internacional (e.g., laborais, conciliação trabalho-família), destacando a sua maior vulnerabilidade para vivenciarem situações de violência e discriminação social. A maioria das mulheres migrantes da freguesia encontra-se a trabalhar na economia informal (e.g., serviço doméstico, cuidados pessoais) o que em última instância contribui para uma invisibilidade das suas realidades e reais necessidades.

A inclusão das pessoas migrantes (adultos, jovens e crianças) é crucial para garantir a coesão social nos mais variados eixos onde se movimentam, nomeadamente nos

⁸ _ Joana Topa, Professora Auxiliar na Universidade da Maia, Investigadora no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG/ISCSP-ULisboa) e no Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP) na área das migrações e violência de género.

contextos de trabalho, educação e saúde. Num momento histórico e social peculiar, onde se verificam grandes mudanças institucionais, a nível do apoio às pessoas migrantes, nomeadamente com extinção do Alto Comissariado para as Migrações e do SEF e a criação da nova Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA), enormes desafios se levantam tanto para as pessoas migrantes, para as freguesias e municípios onde estas pessoas residem, instituições e profissionais.

Simultaneamente, assiste-se a uma exaltação de discursos anti-imigração, manifestações racistas, nacionalistas e populistas, onde a luta pela dignidade e respeito pelos direitos humanos destas pessoas se impõe. A “demonização” das pessoas migrantes e a criação de regimes de fronteira pode intensificar os estereótipos e, consequentemente, aumentar a discriminação social a que estas pessoas estão sujeitas. Sem a assunção destes valores, que surgem como pilar da sociedade portuguesa, jamais se alcançará o pleno desenvolvimento humano, onde possa prevalecer a interculturalidade, a não-discriminação e a inclusão de todas as pessoas, em todas as áreas da vida em sociedade.

Claro que se percebe que com estas novas dinâmicas a própria sociedade, instituições, serviços e profissionais têm de se readaptar a novas demandas e a novas práticas, o que nem sempre é fácil. A atratividade da freguesia por pessoas imigrantes, refugiadas ou requerentes de asilo tem implicado um elevado número de contactos feitos à Junta de Freguesia de Paranhos, ao centro de saúde e às múltiplas instituições que dão auxílio a nível alimentar e habitacional, solicitando apoio e orientação.

O relatório elenca que as dificuldades e barreiras no processo de integração são grandes e múltiplas. Começa logo pelas questões de regularização no país, as questões de reconhecimento e validação das suas competências, as dificuldades linguísticas, as questões habitacionais, a inserção laboral (muitas vezes marcada por precariedade), o acesso, utilização de serviços de saúde, entre outras.

Ao nível da habitação, o relatório evidencia que existem pessoas que se têm aproveitado da vulnerabilidade destas pessoas para as extorquir, colocando em causa a sua dignidade e os seus direitos fundamentais. As barreiras

nos acessos à colocação das crianças em escolas, a falta de suporte a estas crianças, a falta de vagas em creches, assim como as condições precárias em que estudantes internacionais se encontram foram outro dos pontos ressaltados. A vulnerabilidade em que o sistema as coloca leva a que estejam mais atreitas a situações de exclusão social, tráfico, violência e discriminação social.

Os/as próprios/as profissionais e as instituições parecem fazer interpretações distintas da lei e apresentam dificuldades no conhecimento dos direitos destas pessoas, assim como dificuldades no atendimento e encaminhamento destas pessoas.

Apesar de neste diagnóstico a migração ter surgido e conceptualizado como um problema social, ele também deve ser visto como uma oportunidade, destacando que Portugal se encontra numa grave situação demográfica, apresentando índices de envelhecimento muito elevados, taxas de fecundidade baixas e saldos naturais negativos, analisando-se que a imigração pode atenuar as consequências da situação demográfica do país, conduzindo a um aumento de efetivos em idade jovem, ativa, matrimonial e fértil (Oliveira, 2023). Portugal e o norte do país, tem necessidade de mão de obra em variadíssimos sectores económicos de atividade. Contudo, as pessoas trabalhadoras migrantes continuam a estar, por comparação aos trabalhadores nacionais, sobre representados em atividades com remunerações mais baixas, mais arriscadas, de maior instabilidade contratual e precariedade e muitas vezes mais expostos ao desemprego⁹ continuam a estar em maior situação de privação material e de risco de pobreza ou exclusão social que as pessoas nacionais, e têm maior prevalência de trabalhadores que não usam as suas habilitações superiores nas funções que exercem no mercado de trabalho português devido à dificuldade na certificação das suas qualificações (Oliveira, 2023).

Vários são os países europeus que implementaram/alteraram medidas para melhorar o reconhecimento das competências e das qualificações académicas das pessoas migrantes, nomeadamente nacionais de países terceiros, a fim de aproveitar as suas competências e melhorar o seu acesso ao mercado de trabalho. As medidas incluíram reuniões interministeriais para promover a cooperação e a partilha de informações entre ministérios, a oferta de formação profissional linguística, a atribuição às escolas de

⁹ _ Em 2021, a taxa de desemprego da população estrangeira era mais do dobro da média nacional.

ensino e formação profissional do direito de reconhecer a educação não formal, a oferta de aconselhamento individual e de serviços personalizados para pessoas migrantes e o tratamento dos pedidos de reconhecimento de diplomas estrangeiros (European Migration Network [EMN], 2024).

Se pensarmos no saldo financeiro da segurança social que com o contributo destas pessoas atingiu um valor inédito em 2022, +1.604 milhões de euros, refletindo um grande incremento das contribuições e a maior capacidade contributiva para a segurança social. Quando se veiculam mensagens falaciosas de que muitas pessoas migrantes vivem à custa do Estado, a realidade é que em 2022 as pessoas migrantes receberam 256 milhões de euros da Segurança Social, mas contribuíram sete vezes mais para a sustentabilidade económico-social nacional (Oliveira, 2023).

É importante reforçar a necessidade de uma abordagem holística e integrada para lidar com as migrações no Grande Porto. Estes dados sublinham a necessidade de mais dados de caracterização, políticas públicas e locais focadas na inclusão social, melhoria da acessibilidade, combate à vulnerabilidade económica, especialmente para as populações mais desfavorecidas.

No sentido de tentar colmatar algumas dessas dificuldades surge o projeto MIGAP- Migração no Porto, um projeto de investigação-ação, coordenado por Joana Topa e Ana Luisa Martinho (ISCAP/CEOS.PP), que pretende caracterizar os perfis de pessoas migrantes no município do Porto e municípios limítrofes com vista a conhecer as suas experiências individuais e coletivas, a analisar os desafios enfrentados durante o processo de integração e estratégias de adaptação, a conhecer as percepções públi-

cas da migração e entender como essas percepções afetam a integração e o bem-estar das pessoas migrantes, identificar e compreender as estratégias utilizadas no terreno por profissionais que contactam de forma direta com pessoas migrantes e suas dificuldades e propor recomendações específicas para políticas públicas que promovam a igualdade, a diversidade e a coesão social no contexto da migração no Grande Porto.

Será, sem dúvida, uma boa prática a freguesia de Paranhos continuar a monitorizar estas tendências e adaptar as suas estratégias para garantir que todos os/as seus/suas fregueses/as, independentemente da sua origem ou condição, possam viver com dignidade e acesso igualitário aos serviços. Envolver as pessoas migrantes na criação e implementação de políticas pode resultar em soluções mais eficazes e inclusivas. Além disso, promover uma narrativa positiva sobre a migração e a diversidade pode ajudar a reduzir preconceitos e fomentar uma sociedade mais acolhedora e inclusiva.

Referências

- Castles S. & Miller, M.J. (2009). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. (4th edition). Palgrave MacMillan
- EMN (2024). *Annual Report on Migration and Asylum 2023*. European Migration Network.
- Haas, H., Castles, S. & Miller, M. (2020). *The age of migration: International population movements in the modern world*. 6th edition. Macmillan International & Red Globe Press.
- IOM (2024). *World Migration Report 2024*. International Organization for Migration.
- Oliveira, C. (2023). *Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório estatístico anual 2023*. Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações. ACM.
- SEF (2023). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022*. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Considerações finais

O exercício que foi feito com este projeto permitiu, num primeiro momento, explorar dados estatísticos que nos permitem fazer um retrato da freguesia, ainda que que limitativos, impedindo alcançar outras dimensões importantes. Na base do trabalho temos, sobretudo, os Censos de 2021, pelo que seria importante obtermos outras fontes de informação, que, infelizmente, não conseguimos.

No entanto, este breve diagnóstico foi a base para a segunda parte do trabalho que passou pelos grupos focais e reuniões com o Executivo e com a CSF. Estes momentos de partilha e reflexão permitiram debater 3 grandes áreas que foram consideradas prioritárias pelo Executivo: envelhecimento, educação/formação e migrações. A reflexão em torno destas 3 áreas permitiu que as instituições se conhecessem entre si, favorecendo sinergias e permitiu debater soluções futuras para os problemas identificados. Havia a preocupação de chegar a ideias concretas de projetos que fossem passíveis de ser concretizados a curto e médio prazo e surgiram várias ideias que foram sendo co construídas com os diferentes atores com quem foram promovidos os debates.

De referir que dos diferentes momentos de reflexão houve unanimidade em considerar que a Junta de Freguesia deve assumir um papel de intermediação com diferentes estruturas /serviços locais. Efetivamente, a Junta de freguesia assume-se como central na vida da comunidade e o local onde os residentes devem recorrer para resolver os seus problemas do quotidiano e esta visão é partilhada pelos intervenientes auscultados. É, assim, uma estrutura de proximidade que pode não ter a capacidade de resolver todos os problemas que podem surgir, mas pode assumir um importante papel de mediador e de ponte. Do

Focus Group com a comunidade ficou claro que a imagem que a Junta de Freguesia passa para o exterior é de proximidade, de apoio, ajuda e de que as outras entidades que existem na freguesia (ex. Escolas) acabam por ser instituições que poderiam “conviver” de uma forma mais próxima com a comunidade, impedindo que a burocracia assumisse muitas vezes uma dimensão que impede a resolução dos problemas.

Consideramos que este projeto, para além dos objetivos a que se propôs teve efeitos indiretos muito importantes:

- Maior conhecimento interinstitucional;
- Permitir que mais entidades reflitam sobre os problemas sociais que afetam a freguesia, procurando usar as sinergias existentes para melhor resolver os problemas;
- Maior abertura da JF à comunidade (com feedback direto e importante para a JF);
- Maior conhecimento dos problemas sociais;
- Capacidade de identificar áreas que são passíveis de atuação em rede, percebendo que as entidades estão interessadas em cooperar e que podem surgir ideias de atividades /projetos conjuntos;
- Necessidade de pensar em formas alternativas de resolução dos problemas sociais.

Ainda, fica clara a pertinência deste projeto, esperando-se que o caminho iniciado não cesse aqui: o “Pensar Paranhos” deve ser um ponto de partida para uma atuação local pensada na tónica da pobreza e da exclusão social, visando o bem-estar dos residentes e o atenuar das clivagens sociais.

A nível macro, urge, ainda, salientar a necessidade de uma homogeneização dos critérios de acesso aos serviços,

diminuindo a incoerência sentida pelos seus beneficiários diretos. A burocracia, mais uma vez, surge como um muro difícil de ultrapassar que obriga muitos a permanecerem na pobreza e na exclusão social. O quadro social e económico atual exige, assim, um investimento nos recursos de resposta social, a formação e sensibilização dos profissionais de ação social e dos serviços públicos para que possamos auxiliar cada vez mais pessoas e permitir que usufruam de uma vida digna.

Sublinhamos, assim, algumas das recomendações que resultam deste processo de reflexão.

- É essencial um reforço do investimento financeiro no combate à pobreza e na resolução dos principais problemas sociais. Não se pode combater a pobreza numa lógica de gestão emergente dos problemas sociais. As organizações necessitam de recursos humanos e financeiros suficientes e devidamente qualificados para responderem às solicitações. O aumento das necessidades de combate à pobreza ocorre em diferentes dimensões: envelhecimento da população, educação e migrações, como abordamos neste documento, mas também ao nível da habitação, das necessidades de respostas na área da saúde e da saúde mental, também identificadas ao longo do contacto com cidadãos e instituições. Estas necessidades devem usufruir do devido investimento financeiro que permitam prevenir o seu escalonamento. O escalonamento destes problemas sociais implica também a sua complexificação, não só ao nível da inclusão social destas populações, mas também no descontentamento social e no aumento de fenómenos de populismo. Entre os problemas sociais que necessitam de um investimento político e financeiro urgente está a habitação a preço acessível. Este é um problema que abrange quer a população em risco de pobreza, quer uma classe média que se vê confrontada com a iminência de uma situação de pobreza. Estes não são problemas que possam ser resolvidos ao nível da esfera de atuação das Juntas de Freguesias. No entanto, também aqui estas entidades podem assumir um papel central na sinalização periódica e constante de casos e dos novos problemas sociais que surgem. A invisibilidade dos problemas sociais reforça uma inação do poder central ou uma atuação tardia. A proximidade das Juntas de Freguesias às populações permite uma identificação
- quase em tempo real dos problemas sociais e do seu agravamento.
- É importante o desenvolvimento de ações de formação ou de sensibilização de diferentes profissionais das escolas para a sinalização de situações de vulnerabilidade social entre as crianças. Neste aspeto os auxiliares de ação educativa assumem um papel relevante pela sua proximidade às crianças nos momentos de refeições e recreio. No entanto, esta formação deve ser acompanhada pelo reforço do trabalho em rede com diferentes organizações do território, desde organizações da área da saúde, da cultura, do desporto, da ação social, etc. Apenas com este trabalho em rede será possível um processo integrado e articulado no desenvolvimento de respostas às reais necessidades destas crianças e das suas famílias.
- Deve-se investir na sensibilização contra o discurso de ódio. Esta é uma intervenção urgente num momento que cresce a intolerância perante os estrangeiros e quando a integração desta população é bloqueada por diferentes obstáculos (acesso a habitação acessível, acesso a documentação que permita regularizar a situação, acesso à saúde, etc). Para além de campanhas de sensibilização é importante promover o conhecimento mútuo entre nacionais e estrangeiros que residem na freguesia, permitindo um melhor conhecimento mútuo das diferenças e semelhanças culturais, religiosas, sociais, etc. Importa desenvolver ações que ajudem na desconstrução de uma identidade que separa o nós e o outro e na sensibilização para as dificuldades acrescidas vivenciadas por esta população vulnerável. Neste sentido, atividades como as bibliotecas vivas podem ajudar a um melhor conhecimento das vivências dos estrangeiros em Paranhos.
- Importa pensar em respostas sociais na área do envelhecimento que vão ao encontro das novas orientações europeias no que respeita ao “aging in place”, o que exige por parte da Segurança Social o repensar das valências tradicionais e a articulação com diferentes entidades nomeadamente a saúde. Verificamos pelos FG que as questões relacionadas com as demências surgem como particularmente urgentes de resolução pela falta de respostas. A dimensão dos cuidadores informais e a necessidade de respostas para este grupo da população que necessita de capacitação, apoio psicológico e apoio de pessoal especializado que permita assegurar o descanso do cuidador. Ao

nível do envelhecimento e dado que a Freguesia é pausada por uma população idosa que maioritariamente se encontra em casa importa pensar em respostas sociais em parceria com a Câmara Municipal e com outras entidades (Fundações) e o tecido empresarial local. Envolver a academia neste trabalho seria também de grande utilidade pois poderia ser possível pensar em soluções inovadoras recorrendo às novas tecnologias e à inteligência artificial.

- A promoção de troca de experiência e boas práticas entre escolas pode igualmente ser benéfica na capacidade de apoiar as escolas na identificação de novas soluções para as dificuldades que surgem com o aumento do número de alunos estrangeiros e da diversidade linguística e cultural que trazem. O desenvolvimento de ações que permitam reunir boas práticas que estão a ser desenvolvidas em outras escolas do município ou fora do município poderá potenciar uma maior reflexão sobre estes assuntos e uma partilha de instrumentos que estão a ser aplicados em outros territórios.
- Será igualmente pertinente que a Junta de Freguesia possa promover uma maior articulação entre as organizações do território e a AIMA, desenvolvendo sessões de esclarecimento sobre os direitos e deveres dos imigrantes. É importante esclarecer os diferentes profissionais que trabalham com estes públicos, não esquecendo os profissionais administrativos que estão no front office dos serviços. Estes profissionais assumem muitas vezes um papel de porteiro, que vedam o acesso aos serviços (saúde, educação, etc)

- Por fim, importa dar continuidade ao trabalho de reflexão iniciado com este projeto, permitindo avançar num melhor conhecimento sobre os problemas existentes na freguesia e na capacidade de trabalho conjunto e efetivamente articulado na resolução destes problemas.

Este relatório é assim o início de um roteiro que se pretende que culmine com uma Estratégia Local de Combate à Pobreza para a Freguesia de Paranhos. Esse roteiro foi iniciado com sucesso e exige agora vontade dos diferentes atores socioinstitucionais para que se possa consubstanciar. Trata-se de um trabalho integrado, capaz de usar as sinergias dos diferentes intervenientes no espaço local. Importa agora dar continuidade a estes passos prévios e para isso importa envolver as entidades sociais da freguesia, a educação, a saúde, o emprego, a ação social, etc.

Seriam muito úteis a articulação com a Câmara Municipal do Porto para o garante de respostas integradas e a articulação estreita com outras juntas de freguesia na medida em que os problemas sociais complexos a que assistimos exigem respostas coordenadas e estratégias de médio e longo prazo que possam envolver o maior número possível de parceiros.

Consideramos que o poder local tem um papel central pela proximidade aos cidadãos e deve estar capacitado para responder às necessidades do território com respostas inovadoras e atualizadas. Daí a necessidade de diagnósticos atualizados dos territórios que permitam uma ação mais eficaz e atempada.

DOMUS SOCIAL (s.d.). Porto. Domus Social. [Em linha] <https://www.domussocial.pt/>

INE – Instituto Nacional de Estatística (s.d.). Plataforma de divulgação dos Censos 2021. [Em linha] <https://tabulador.ine.pt/censos2021/>

FREGUESIA DE PARANHOS (2024) – Junta de Freguesia de Paranhos. [Em linha] <https://www.jfparanhos-porto.pt/>



Anexos

ANEXO 1 – Tabela respostas sociais da Junta de Freguesia

Respostas Sociais da Junta de Freguesia de Paranhos

Atividade: Programa de Emergência Social

Descrição: Esta resposta visa combater a pobreza através da atribuição de um apoio económico, visando exclusivamente a comparticipação no pagamento de encargos e despesas imediatas, que de outro modo não conseguiriam suportar.

Este apoio permite que as famílias consigam enfrentar despesas extraordinárias que surjam num determinado período, ou mesmo, despesas fixas que por diferentes motivos não conseguem liquidar contribuindo para que as famílias não entrem numa situação de endividamento.

Este apoio requer sempre uma avaliação da situação económica do requerente e respetivo agregado.

Público-alvo: Residentes na freguesia de Paranhos que comprovem carência económica.

N.º Beneficiários no último ano: 126

Caracterização dos beneficiários: Maioritariamente pessoas isoladas e famílias monoparentais.

Data de início: 2016

Periodicidade: Anualmente é aprovado em sede de assembleia de freguesia um plafond/ano por agregado familiar (em 2023 o plafond 200€ e atualmente é de 250€).

Parceiros envolvidos na dinamização: Entidades sinalizadoras como Centros de Saúde SAASI, entre outras.

Atividade: Loja Social

Descrição: A Loja Social de Paranhos constitui uma resposta solidária de intervenção e emergência na área social, com o objetivo de suprir as necessidades imediatas de famílias carenciadas através da recolha de bens usados ou novos, doados por particulares ou empresas. Visa promover a melhoria das condições de vida de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, através da atribuição totalmente gratuita de bens de primeira necessidade. A LS disponibiliza ainda cabazes de emergência constituídos por produtos de higiene pessoal e casa, alimentos e roupa, para situações de necessidade emergente. Outra das vertentes da LS é a cedência gratuita de produtos de apoio para adultos como camas articuladas, cadeiras de rodas e de produtos de apoio destinados a crianças.

Público-alvo: Indivíduos/famílias residentes em Paranhos em situação de vulnerabilidade económica.

N.º Beneficiários no último ano: 131 agregados e 330 pessoa.

Caracterização dos beneficiários: Maioritariamente famílias monoparentais, beneficiárias de RSI, residentes em Habitação Social e outros indivíduos maioritariamente em situação de desemprego.

Data de início: 2011

Periodicidade: mensal

Parceiros envolvidos na dinamização: Particulares, associações de moradores, associações de estudantes entre outros grupos organizados.

Atividade: Zero Desperdício

Descrição: O Movimento Paranhos Zero Desperdício, utiliza refeições excedentárias de cozinhas de restaurantes, faculdades ou outras entidades. Tem como objetivo, eliminar o desperdício alimentar, usando os excedentes para colmatar necessidades alimentares de pessoas mais carenciadas.

Atualmente são apoiados uma média de trinta agregados por mês, abrangendo cerca de cinquenta pessoas. Até à presente data deixaram de ser desperdiçados mais de 123.174 kg de alimentos.

Público-alvo: Indivíduos/famílias residentes em Paranhos em situação de vulnerabilidade económica – utentes da Loja Social.

N.º Beneficiários no último ano: 30

Caracterização dos beneficiários: Maioritariamente famílias monoparentais, beneficiárias de RSI, residentes em Habitação Social e outros indivíduos maioritariamente em situação de desemprego.

Data de início: 2015

Periodicidade: Dias úteis

Parceiros envolvidos na dinamização: Faculdade de Engenharia da UP; Faculdade de Medicina da UP; Hospital Lusíadas; Hospital de São João, LIDL, Pingo Doce.

Atividade: +Saúde Oral

Descrição: O programa “+ Saúde Oral” destina-se a todos os cidadãos (adultos e crianças), residentes nesta freguesia, que apresentem uma situação económica desfavorável no acesso aos cuidados na área da saúde oral. Este programa possibilita o acesso totalmente gratuito a cuidados primários de saúde oral, nomeadamente extrações, restaurações, desvitalizações e destartarizações.

Público-alvo: Residentes na freguesia de Paranhos que comprovem carência económica, “dos 0 aos 100 anos”

N.º Beneficiários no último ano: 150

Caracterização dos beneficiários: maioritariamente famílias residentes em Habitação Social, beneficiários de prestações sociais, idosos com baixos rendimentos. População migrante, maioritariamente brasileira.

Data de início: 2017

Periodicidade: Dependente do tratamento.

Parceiros envolvidos na dinamização: Clínica Pedagógica de Medicina Dentária da Universidade Fernando Pessoa

Atividade: Terapia Assistida por Animais

Descrição: Projeto que colabora com as salas de educação especial das escolas públicas da freguesia, a terapia assistida por cães tem como missão promover o bem-estar e estimular o desenvolvimento dos alunos. Pretende melhorar o desenvolvimento social, emocional, físico e cognitivo, através da estimulação sensorial para a prática de exercício físico, aumento de concentração e atenção.

Público-alvo: Crianças e jovens com deficiência.

N.º Beneficiários no último ano: 40

Caracterização dos beneficiários: Crianças e jovens que frequentam as escolas públicas da freguesia que integram a educação inclusiva.

Data de início: 2017

Periodicidade: 1 vez/semana

Parceiros envolvidos na dinamização: Associação Ladra Comigo.

Atividade: Esterilização de Animais de Estimação

Descrição: Este projeto visa colmatar a sobrepopulação de animais, quer no espaço público, quer no espaço privado, através do controlo de animais em risco, pela esterilização.

Público-alvo: Famílias carenciadas residentes na freguesia, com animais de companhia

N.º Beneficiários no último ano: 16

Caracterização dos beneficiários: famílias com baixos rendimentos, beneficiários de prestações sociais.

Data de início: 2019

Periodicidade: Até 2 animais de companhia por agregado

Parceiros envolvidos na dinamização: Associação Miacis – Proteção e Integração Animal.

Atividade: Programa “Estamos Juntos” – Teleassistência

Descrição: Resposta municipal de teleassistência, dirigida à população sénior, para combater a solidão e o isolamento e promover o bem-estar destes cidadãos. Aumentando o sentimento de segurança e promovendo a inclusão social e relações afetivas, este programa prolonga a estadia dos idosos nos seus domicílios, evitando a institucionalização involuntária.

O Estamos Juntos permite o acompanhamento monitorizado dos aderentes, de forma contínua, através de um equipamento de teleassistência, cómodo e prático, resistente à água, com capacidade de resposta dentro e fora de casa. Disponibiliza, ainda, aos beneficiários um serviço extra de apoio emocional.

A Junta de Freguesia tem competência para sinalizar os beneficiários interessados, monitorizar e acompanhar os processos e informar a autarquia de alterações nas candidaturas.

Público-alvo: Municípes com +65 anos, em comprovada situação de vulnerabilidade económica e risco de isolamento.

N.º Beneficiários no último ano: 67

Caracterização dos beneficiários: Utentes cuja média de idades se situa nos 84,22 anos. 81% são do sexo feminino, 54% dos utentes, reside em habitação social e 85% vive isolado e 6% com pessoa com dependência. O rendimento médio dos utentes é de 576, 50€.

Data de início: 2023

Periodicidade: Diária

Parceiros envolvidos na dinamização: CMP; Juntas de Freguesia.

Atividade: Centro de Convívio da Gruta de Arca d'Água

Descrição: Espaço de convívio que pretende combater o isolamento social, aumentando e reforçando as redes de apoio e de convivência.

Público-alvo: Reformados e pensionistas recenseados em Paranhos.

N.º Beneficiários no último ano: 60

Caracterização dos beneficiários: Pessoas reformadas ou pensionistas, maioritariamente residentes em Habitação Social.

Data de início: 2008

Periodicidade: Dias úteis

Parceiros envolvidos na dinamização: AOSL; Transformers/(Re)formers

Atividade: Pedalar sem Idade

Descrição: Este é um projeto ao qual a Freguesia de Paranhos se associou e consiste em proporcionar uma experiência única a pessoas com mobilidade reduzida, oferecendo passeios pela cidade em bicicletas adaptadas, conduzidas por voluntários. Pretende-se com esta ação proporcionar aos idosos a possibilidade de um envelhecimento ativo, assente no combate ao isolamento, no envolvimento da comunidade e no voluntariado e generosidade dos cidadãos, ao mesmo tempo que permite um reencontro com o passado, lembrando a cidade, as memórias e a partilha de histórias.

Público-alvo: Residentes na freguesia de Paranhos, maiores de 65 anos, com mobilidade reduzida e preferencialmente institucionalizadas.

N.º Beneficiários no último ano: 160

Caracterização dos beneficiários:

Data de início: 2018

Periodicidade: semanal

Parceiros envolvidos na dinamização: Pedalar sem Idade.

Atividade: Paranhos Sorridente

Descrição: Este é um projeto de saúde oral comunitária, desenhado com uma vertente pedagógica que passa por sessões de saúde oral direcionadas a crianças do pré-escolar e alunos do 1.º ciclo do ensino básico e outra vertente de rastreio destinada a crianças do 1.º ano do 1.º ciclo. Todas as crianças que fazem o rastreio na clínica da Faculdade, têm direito a um cartão, cuja cor indica a necessidade de tratamento. As cores vermelho, amarelo e verde alternam mediante as necessidades de tratamento.

Público-alvo: Todas as crianças das escolas públicas da freguesia de Paranhos, do pré-escolar ao 1.º ciclo.

N.º Beneficiários no último ano: Em rastreios – 294; em sessões – 1511.

Caracterização dos beneficiários: Todas as crianças das escolas públicas da freguesia de Paranhos, do pré-escolar ao 1.º ciclo.

Data de início: 2005

Periodicidade: Anual (decorre durante todo o ano letivo).

Parceiros envolvidos na dinamização: Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto.

Atividade: Entrelaçar

Descrição: Este projeto tem como principal objetivo estreitar laços entre pais e filhos através da participação conjunta em atividades lúdicas, pedagógicas e inovadoras, que aliam a diversão e o conhecimento.

Público-alvo: Crianças do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico que frequentam as escolas públicas da freguesia e respetivos pais

N.º Beneficiários no último ano: 400 (200 crianças e 200 encarregados de educação).

Caracterização dos beneficiários: Os participantes destas atividades são as crianças do 1.º e 2.º ciclo do ensino básico que frequentam as escolas públicas da freguesia e respetivos pais, pertencentes a agregados monoparentais empregados. Tem-se verificado maior adesão de participação de migrantes, nomeadamente brasileiros.

Data de início: 2010

Periodicidade: Mensal

Atividade: ATL de Pontas e Paragens Letivas

Descrição: Os ATL têm como propósito proporcionar atividades lúdicas, pedagógicas, desportivas e socioculturais, às crianças que frequentam as EB da Freguesia, fora do período de responsabilidade escolar, permitindo que os encarregados de educação possam cumprir com as suas obrigações de natureza laboral ou outra, sabendo que os seus educandos se encontram em segurança e a realizar atividades que proporcionam o seu desenvolvimento integral.

Público-Alvo: crianças do 1.º ciclo do ensino básico que frequentam as escolas públicas da freguesia.

N.º Beneficiários no último ano: 250

Caracterização dos beneficiários: As crianças que frequentam os ATL são oriundas de agregados muito heterogéneos em termos de estratificação social. Verifica-se frequência por crianças oriundas de famílias com carência económica e beneficiárias de RSI, a crianças de agregados com rendimentos elevados.

Data de início: 2011

Periodicidade: Dias úteis, exceto mês de agosto.

Atividade: Férias Desportivas

Descrição: As Férias Desportivas, visam constituir um elemento de motivação e promoção da atividade física e desportiva, assentando nos seguintes conceitos: respeito e promoção de uma prática desportiva e educativa saudável; variedade e pluridisciplinaridade, e abrangência cultural e ecológica. Este projeto pretende proporcionar uma oportunidade para que os jovens experimentem um conjunto de modalidades desportivas e atividades no âmbito sociocultural, sensibilizando-os para a continuidade da sua prática e para a transmissão de valores coincidentes com uma forma de vida saudável. As férias decorrem sempre no mês de julho e contam com professores de educação física, na qualidade de monitores.

Público-Alvo: Jovens com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos, residentes na freguesia de Paranhos.

N.º Beneficiários no último ano: 175

Caracterização dos beneficiários: Crianças e jovens provenientes de agregados muito heterogéneos em termos de estratificação social. Verifica-se a participação de crianças e jovens oriundos de famílias com carência económica e beneficiárias de RSI, a crianças de agregados com rendimentos elevados.

Data de início: 2002

Periodicidade: Anual

Atividade: Um mês uma visita

Descrição: As iniciativas desenvolvem-se sob a forma de visitas guiadas a diferentes espaços /elementos patrimoniais do Porto (concelho e área metropolitana), promovendo o interesse pelo Património, nas suas múltiplas vertentes, pela sua defesa e valorização.

Público-Alvo: Recenseados em Paranhos.

N.º Beneficiários no último ano: 236

Caracterização dos beneficiários: população heterogénea, maioritariamente aposentada, com habilitação superior.

Data de início: 2018

Periodicidade: 1 visita por mês, de outubro a junho

Parceiros envolvidos na dinamização: Museus e espaços afins, instalações universitárias, edifícios e espaços de carácter religioso, estruturas militares, espaços verdes, galerias de arte, bibliotecas, entre outros.

Atividade: Books Help!

Descrição: Esta iniciativa consiste numa Feira do Livro Solidária, onde se pode trocar um género alimentar ou produto de higiene ou 1€, por um livro. Os livros, usados e de temática diversa, são excedentes do espólio de doações à Biblioteca da Casa da Cultura. Os donativos revertem na totalidade a favor da Loja Social.

Público-alvo: Munícipes do Porto e concelhos vizinhos.

N.º Beneficiários no último ano: (sem informação).

Caracterização dos beneficiários: Indivíduos/famílias residentes em Paranhos em situação de vulnerabilidade económica – utentes da Loja Social.

Data de início: 2014

Periodicidade: 1 a 2 vezes por ano

Parceiros envolvidos na dinamização: Academia de Música de Costa Cabral; Escola de Música de Santa Cecília.

Fonte: Junta Freguesia de Paranhos

ANEXO 2 – Guião da reunião com o Executivo e com a Comissão Social da Junta de Freguesia de Paranhos

- Até que ponto consideram que os dados recolhidos espelham a realidade da freguesia? Que evolução social e económica consideram que ocorreu na freguesia entre 2021 e o momento atual?
- Quais as **principais forças** da freguesia para o combate à pobreza?
 - Quais são os principais recursos da freguesia que podem ser mobilizados para este fim?
 - Quais as áreas com melhores condições para uma evolução e um contributo positivos no combate à pobreza?
- Quais as **principais fragilidades** para o combate à pobreza?
 - Quais são os principais desafios / constrangimentos no combate à pobreza na freguesia?
 - Quais as áreas com maiores obstáculos na promoção do combate à pobreza?
- Quais as **principais oportunidades**?
 - Tendo em conta o contexto externo (contexto municipal, nacional e europeu), que recursos consideram que estão disponíveis e podem ser mobilizados para o combate à pobreza ao nível da freguesia?
- Quais as **principais ameaças**?
 - Tendo em conta o contexto externo (contexto municipal, nacional, europeu/internacional), quais os principais desafios que encontramos atualmente no combate à pobreza?
 - Que desafios consideram que podem surgir nos próximos anos com impacto no combate à pobreza em Paranhos?
- Que estratégias podem ser mobilizadas para o combate à pobreza?
 - Quais as cinco prioridades no combate à pobreza em Paranhos?
 - Tendo em conta as competências das JF
 - Independentemente das competências das JF

ANEXO 3 – Guião do grupo focal do Envelhecimento

1) Caracterização do perfil dos idosos vulneráveis e dos seus problemas

Quais os desafios vivenciados pela população idosa em Paranhos? Como esses desafios têm evoluído nos últimos anos? Quem são os idosos vulneráveis de Paranhos (qual ou quais os seus perfis)?

2) Caracterização da intervenção feita junto desta população e dos seus desafios

Quais as respostas e os recursos que existem neste território para fazer face aos desafios vivenciados pela população idosa?

Que desafios/obstáculos encontram nesta intervenção?

3) O envelhecimento

Paranhos segue o mesmo contexto de envelhecimento da população que ocorre ao nível municipal e nacional. Na vossa opinião, que é necessário fazer para inverter esta dinâmica de envelhecimento da população? O que é possível fazer no âmbito de intervenção das freguesias?

4) Reflexão sobre micro-projetos de combate à pobreza e à vulnerabilidade dos idosos em Paranhos

- a. O que é necessário fazer para melhorar a qualidade de vida da população idosa em Paranhos?
- b. Se tivéssemos a possibilidade de desenhar projetos de combate à pobreza e à vulnerabilidade dos idosos em Paranhos, que possam ser desenvolvidos e aplicados pelos atores sociais que existem na freguesia, que tipo de projetos / intervenções consideram que seriam importantes de serem desenvolvidos?

ANEXO 4 – Guião do grupo focal da Educação/Formação e Qualificações

4) Caracterização do perfil da população residente ao nível da educação e formação

Quais os desafios vivenciados na educação e formação em Paranhos? Como esses desafios têm evoluído nos últimos anos? Quem são os residentes sem formação e educação em Paranhos (qual ou quais os seus perfis)?

4) Caracterização da intervenção feita junto desta população e dos seus desafios

Quais as respostas e os recursos que existem neste território para fazer face aos desafios vivenciados sentidos na educação e formação?

Que desafios/obstáculos encontram nesta intervenção?

4) Residentes sem escolaridade e fora do sistema de ensino

Se por um lado, os indicadores sublinham uma evolução positiva na educação, existe um número significativo de residentes jovens sem qualquer nível de ensino. Na vossa opinião, que desafios surgem para o território? O que é possível fazer no âmbito de intervenção da freguesia?

4) Reflexão sobre micro-projetos de combate à pobreza e à vulnerabilidade dos residentes em Paranhos

O que é necessário fazer para melhorar a qualidade de vida da população em Paranhos?

Se tivéssemos a possibilidade de desenhar projetos de combate à pobreza e à vulnerabilidade do sistema de ensino em Paranhos, que possam ser desenvolvidos e aplicados pelos atores sociais que existem na freguesia, que tipo de projetos / intervenções consideram que seriam importantes de serem desenvolvidos?

ANEXO 5 – Guião do grupo focal das Migrações

1) Caracterização do perfil dos imigrantes e dos seus problemas

Quais os desafios vivenciados pela imigrante em Paranhos? Como esses desafios têm evoluído nos últimos anos? Quem são os imigrantes de Paranhos (qual ou quais os seus perfis)?

2) Caracterização da intervenção feita junto desta população e dos seus desafios

Quais as respostas e os recursos que existem neste território para fazer face aos desafios vivenciados pela população imigrante?

Que desafios/obstáculos encontram nesta intervenção?

3) Os movimentos migratórios

A imigração é um fenómeno em claro crescimento na freguesia, mas também a nível municipal e nacional. Na vossa opinião, que desafios surgem para o território? O que é possível fazer no âmbito de intervenção da freguesia?

4) Reflexão sobre micro-projetos de combate à pobreza e à vulnerabilidade dos imigrantes em Paranhos

a. O que é necessário fazer para melhorar a qualidade de vida da população imigrante em Paranhos?

b. Se tivéssemos a possibilidade de desenhar projetos de combate à pobreza e à vulnerabilidade dos imigrantes em Paranhos, que possam ser desenvolvidos e aplicados pelos atores sociais que existem na freguesia, que tipo de projetos / intervenções consideram que seriam importantes de serem desenvolvidos?

ANEXO 6 – Guião do grupo focal dos cidadãos

1) Caracterização dos principais problemas sociais e do perfil dos residentes afetados

Quais os desafios vivenciados em Paranhos? Quais são os principais problemas que a população sente? De que forma estes obstáculos impactam a vida dos residentes? Quem são os residentes que mais são impactos por estes desafios?

2) Caracterização da intervenção feita junto desta população e dos seus desafios

Quais as respostas e os recursos que existem neste território para fazer face aos desafios vivenciados? Que obstáculos/desafios encontram nesta intervenção?

1) Reflexão sobre microprojectos de combate à pobreza e à vulnerabilidade dos residentes em Paranhos

Tendo a possibilidade de desenhar projetos de combate à pobreza e à vulnerabilidade dos residentes, que possam ser desenvolvidos e aplicados pelos atores sociais que existem na freguesia, que tipo de projetos/intervenções consideram que seriam importantes ser desenvolvidos?

www.eapn.pt



EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza
Rua de Costa Cabral, 2368 | 4200-218 Porto
telf. +351 225 420 800 | fax +351 225 403 250
E-mail: geral@eapn.pt

Apoio

